

quentes preparadas pela empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

c) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa;

d) Análise da extensão dos valores do caixa e dos procedimentos de registo e controlo associados;

e) Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

f) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

g) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social;

h) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

i) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;

j) Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;

k) Análise dos acontecimentos subsequentes ao encerramento do exercício.

3.6 — Solicitação da declaração do órgão de gestão a qual foi emitida com data de 10 de Março de 2006.

4 — Em consequência do trabalho efectuado, entendemos dever relatar os seguintes aspectos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação legal das contas:

4.1 — A política de seguros existente na empresa, apresenta algumas deficiências ao nível da correcta cobertura dos riscos decorrentes de eventuais sinistros. Alertamos a administração para o facto, a qual nos comunicou que já estava a encetar as devidas diligências para colmatar esta lacuna.

4.2 — A empresa procedeu ao abate de imobilizado informático *hardware* que se encontrava totalmente amortizado e que havia sido adquirido por 13 362,08 euros, sem contudo ter sido efectuada a respectiva comunicação às finanças.

4.3 — No decorrer do exercício foram realizados 95 500,00 euros do capital por subscrever. Está ainda em feita a realização de 177 500,00 euros, o qual deverá ser liberado até Junho de 2008. Importa ainda referir, que no decorrer do exercício a sociedade aumentou o capital social mediante a conversão de prestações suplementares, no montante de 112 513,66 euros. Posteriormente reduziu o capital social para 638 741,00 euros, através da cobertura de prejuízos, no valor de 973 772,66 euros.

4.4 — A empresa não dispõe, até à data da elaboração do presente relatório, dos modelos exigidos legalmente para aplicação da convenção sobre a dupla tributação referentes a serviços pagos a não residentes e para os quais não foi efectuada qualquer retenção na fonte.

4.5 — No final do exercício foram atribuídos prémios a funcionários, porém para estes valores não foram efectuadas retenções na fonte, as quais ascenderiam a cerca de 5500,00 euros de acordo com as regras do CIRS.

4.6 — O capital próprio da sociedade, em resultado dos prejuízos do exercício anterior, encontra-se inferior ao capital social, cumprindo, no entanto, o valor mínimo exigido pelo Banco de Portugal para os fundos próprios.

5 — Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do conselho de administração, o qual satisfaz os requisitos legais e que

verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Manifestamos o nosso agradecimento pela colaboração prestada pela administração e todo o pessoal com quem nos relacionámos no exercício das nossas funções.

Porto, 10 de Março de 2006. — António Anjos, F. Brandão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jónatas de Jesus Margarida, revisor oficial de contas. 3000210037

SLN — SOCIEDADE LUSA DE NEGÓCIOS, SGPS, S. A.

Relatório e contas consolidadas de 2005

Relatório do conselho de administração

Enquadramento económico

A economia internacional

De acordo com as últimas estimativas do FMI, o crescimento económico mundial em 2005 foi de 4,3%, desacelerando de 5,1% em 2004.

Crescimento económico

	2004	2005	Previsões
			— 2006
Economia mundial	5,1	4,3	4,3
EUA	4,2	3,5	3,3
Zona euro	2,0	1,2	1,8
Japão	2,7	2,0	2,0
Outras economias desenvolvidas	4,4	3,2	3,9
Economias emergentes	7,3	6,4	6,1

Fonte. — FMI.

A economia do Japão constituiu uma das maiores surpresas de 2005, apresentando um crescimento real de 2,0%, enquanto que os Estados Unidos cresceram entre 3,5% e a zona euro cerca de 1,2%.

O ano caracterizou-se pela continuação da tendência de recuperação da economia global, que tem vindo a ser observada desde 2002. Apesar do abrandamento verificado em 2005, os países mais desenvolvidos revelaram um impacto do elevado preço do petróleo inferior ao esperado, conseguindo manter níveis de crescimento muito aceitáveis.

Em linha com o sucedido em 2004, o crescimento económico mundial continuou a ser liderado pelos EUA cujo PIB aumentou 3,5%. A economia global continua a beneficiar do bom desempenho de toda a região asiática destacando-se a China, a Índia e um Japão cada vez mais forte e que parece emergir do período de deflação onde se encontra.

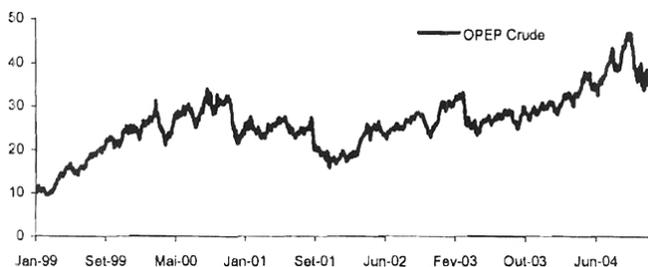
O PIB da zona euro deverá ter crescido 1,2% em 2005, o que constituiu uma diminuição do crescimento verificado em 2004. Apesar desta desaceleração, a zona euro apresentou boas perspectivas no segundo semestre de 2005, reforçando as expectativas de um crescimento perto de 2% para 2006. É de realçar também o bom desempenho das principais economias da América Latina que beneficiaram dos preços altos das matérias-primas e do forte crescimento mundial. Segundo o FMI, o volume do comércio mundial cresceu 7,0% em 2005, depois de 10,3% em 2004.

Zona euro

	2002	2003	2004	2005	Previsões	
					2006	2007
PIB	1,2	1,2	2,4	1,5	2,1	2,4
Consumo	1,5	1,3	1,3	1,2	1,3	1,6
Formação bruta de capital fixo	-1,2	0,8	3,0	2,3	3,5	3,6
Taxa de desemprego	8,3	8,7	9,0	8,7	8,5	8,1
Inflação	2,3	2,1	2,1	2,3	2,2	1,8
Défice público (percentagem de GDP)	-2,4	-3,0	-2,6	-	-2,7	-2,7
Dívida pública (percentagem de GDP)	51,4	63,0	63,4	64,3	64,2	64,3
Saldo BTC (percentagem de GDP)	0,3	0,1	-	-0,3	-0,4	-0,3

Fonte. — Comissão Europeia.

O ano de 2005 ficou marcado pelo aumento dos preços do petróleo, chegando a cotação do cabaz de petróleo dos países da OPEP a atingir os 60 dólares. Este aumento de preços resulta da crescente dificuldade de encontrar novas reservas petrolíferas, da necessidade de investimento nas áreas de extracção e refinação e do aumento da procura, em face do forte crescimento que economias como a China e a Índia continuam a apresentar. A estes factores estruturais juntou-se a perturbação da produção no Golfo do México, depois dos furacões Katrina e Rita.



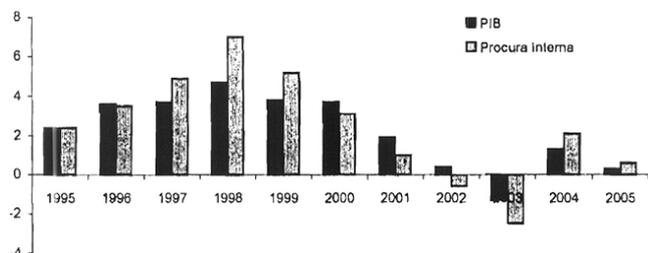
A economia portuguesa

O PIB português em 2005 deverá ter crescido 0,3%, abrاندando do ritmo de 2004 que foi de 1,3%. Tal desempenho deveu-se em grande parte à acentuada desaceleração do crescimento da procura interna de 2,1% em 2004, para 0,6% em 2005.

	Portugal			
	2004	2005	Previsões	
			2006	2007
Consumo privado	2,3	1,8	1,2	2,1
Consumo público	2,6	1,1	0,7	0,4
Formação bruta de capital fixo	0,2	-3,1	-1,1	-0,8
Procura interna	2,1	0,6	0,6	0,6
Exportações	5,4	1,8	4,0	5,2
Procura global	2,8	0,8	1,3	1,6
Importações	6,8	2,4	2,8	3,2
PIB	1,3	0,3	0,8	1,0
Balanço corrente + balanço de capital (percent do PIB)	-5,9	-8,2	-8,5	-8,8
Inflação	2,5	2,1	2,5	2,3

Fonte. — Banco de Portugal.

Apesar de ter moderado de 2,3% para 1,8% em 2005, o crescimento do consumo privado continuou, a ser a componente mais dinâmica da procura interna, seguida do consumo público, o qual teve um aumento real de 1,1% (2,6% em 2004).

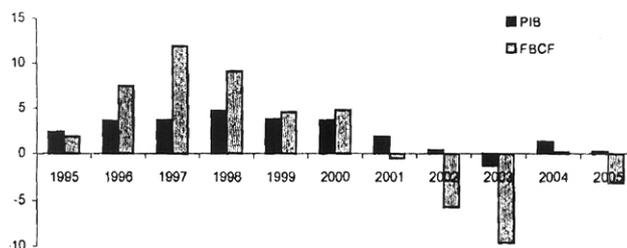


As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2005) apontam para uma recuperação modesta do ritmo de crescimento da actividade económica, com subidas do PIB na ordem dos 0,8% em 2006 e 1% em 2007.

A economia não deverá conseguir um arranque forte nos próximos dois anos, dadas as limitações existentes ao crescimento da procura interna ao nível do consumo privado (endividamento elevado dos particulares e aumento da taxa de desemprego), do consumo público (necessidade de consolidação orçamental) e do investimento (fraco crescimento económico acumulado desde 2001).

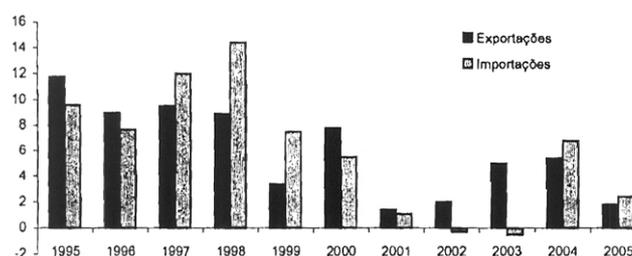
Após o modesto crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF) em 2004 (0,2%), o qual interrompeu uma sequência de que-

das que começou em 2001, o investimento voltou a ter uma variação negativa de 3,1% em 2005. De todas as componentes deste indicador económico, só o investimento das famílias em habitação não terá apresentado uma evolução negativa em 2005, ao estabilizar ao nível do ano anterior.

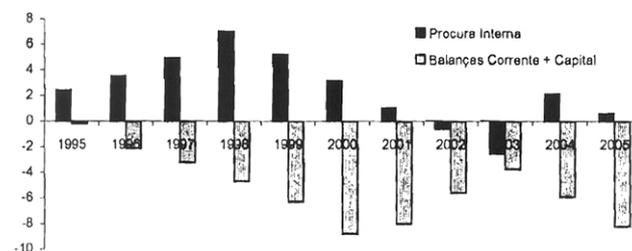


No ano de 2005, as exportações registaram um crescimento inferior (1,8%) ao verificado em 2004 (5,4%). Por outro lado verificou-se em 2005 uma expansão de apenas 2,5% das importações, o que contrasta com um crescimento de 6,8% em 2004.

A evolução modesta das exportações portuguesas está associada a uma perda de quotas de mercado de 3,6% em 2005, a qual se segue à perda anterior de 2% em 2004.



Estima-se que ao longo do ano de 2005, as necessidades de recurso ao financiamento externo pela economia portuguesa (que se reflectem no défice agregado das balanças correntes e de capital), aumentaram de 5,9% do PIB em 2004, para cerca de 8,2% do PIB em 2005.



O aumento das necessidades de financiamento externo da portuguesa em 2005 resultou, por um lado, de um crescimento das exportações (em termos reais), inferior ao crescimento verificado nas importações e, por outro lado, do aumento que a factura energética teve ao longo do ano.

De facto, o saldo negativo da balança de bens energéticos atingiu os 5% do PIB, quando em 2003, não ia além dos 3%.

Depois de uma redução significativa entre 2000 e 2003, acompanhando a queda da procura interna, o défice externo da economia portuguesa voltou a agravar-se para um valor muito expressivo em 2005. Tal facto sublinha a necessidade de aumentar a poupança interna portuguesa, como forma de financiar sustentavelmente o crescimento da nossa economia no longo prazo.

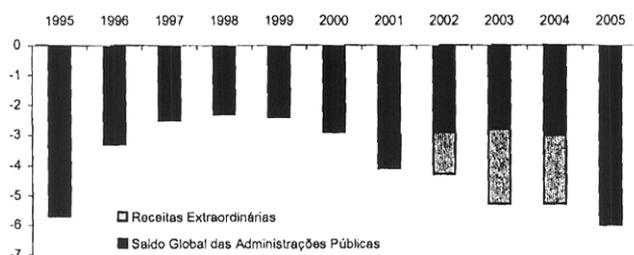
Finanças públicas

O défice do orçamento de Estado de 2005, cifrou-se em 6% do PIB, regressando ao nível de 1994 e ultrapassando o valor de referência de 3% que decorre das condições de participação dos países da zona euro na moeda única.

Este facto desencadeou em Setembro um procedimento por défice excessivo por parte da Comissão Europeia.

No entanto, se aos valores dos défices reportados em 2003 e 2004 fossem adicionados os montantes das receitas extraordinárias obtidas, os défices nesses anos já teriam sido superiores a 5% do PIB. A desa-

celeração da economia e o aumento do desemprego em 2005, levou a um agravamento suplementar do défice público.



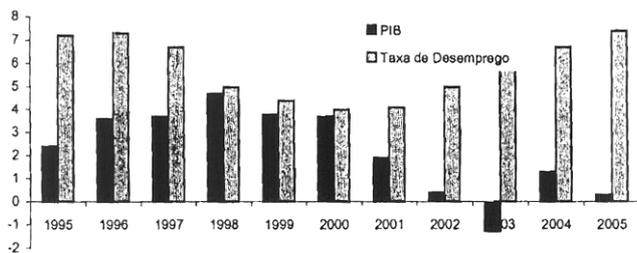
Depois da consolidação das finanças públicas empreendida na fase de preparação da economia portuguesa para a integração na moeda única e conseguida numa fase de grande crescimento económico (e, sobretudo, da procura interna), a desaceleração da economia, a partir de 2001, veio evidenciar a rigidez dos compromissos não discricionários subjacentes à despesa orçamental portuguesa, provocando um novo período de aumento do défice orçamental.

Em 2005, assistiu-se a uma inflexão do modelo de consolidação orçamental. Este deixa de repousar na obtenção anual de receitas extraordinárias, as quais se estavam a revelar mais difíceis de encontrar e de aprovar em Bruxelas. Assim, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2005/09 passa a ter subjacente uma estratégia de consolidação orçamental, destinada a reduzir o valor do défice estrutural das contas públicas, sem receitas extraordinárias significativas. A consolidação orçamental será, no curto prazo, mais assente na obtenção de receita fiscal adicional, esperando-se que com as medidas que têm vindo a ser tomadas reduzir o crescimento da despesa pública, produzam os desejáveis efeitos.

Inflação e emprego

A inflação média em Portugal foi de 2,3% em 2005, o que representa um crescimento do nível médio do índice de preços inferior ao de 2004, onde a inflação foi 2,4%. No índice de preços harmonizado (IIPC), a descida foi ainda maior, de 2,5% para 2,1%.

Em 2006, o valor da inflação média (harmonizada) deverá voltar a subir, ainda que modestamente para 2,5%, em consequência da subida verificada, em Julho de 2005, na taxa do IVA de 19% para 21% e do aumento significativo do preço dos produtos petrolíferos ocorrido, agravado pela valorização do dólar face ao euro. O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a aproximar-se de 3% e ocorra na primeira metade de 2006.



Após um ano de 2004, em que se verificou um aumento de apenas 0,1% no volume de emprego da economia portuguesa, no ano de 2005 deverá ter-se registado uma descida marginal do volume do emprego. O aumento da taxa de desemprego para 7,4% em 2005 resultou desta redução e, em maior medida, do aumento da população activa.

Depois de um mínimo em torno dos 4% da população activa em 2000, a taxa de desemprego encetou uma trajetória ascendente que a recolocou em 2005 ao nível da taxa do ano de 1996. De acordo com a experiência macroeconómica do passado recente, será necessário que a economia volte a crescer a um ritmo superior a 2% ao ano, para que o desemprego em Portugal possa voltar a diminuir de forma significativa.

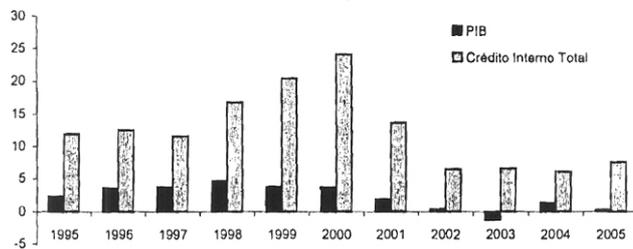
Evolução monetária e do sector bancário

De acordo com os dados disponíveis, o crédito ao sector privado não monetário registou um crescimento de 7,8% até Novembro de 2005.

Dentro deste agregado há a registar a evolução moderada da taxa de crescimento anual do crédito às empresas não monetárias que aumentou de 4,5% para 5,2%, relativamente ao período homólogo. Já a variação anual do crédito a particulares manteve-se estável em 9,9%, sendo o crescimento anual no crédito ao consumo e para outros fins de 4,1% e o aumento do crédito para a aquisição de habitação de 11,3%.

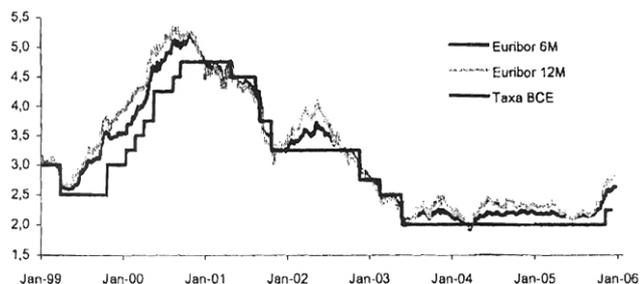
É assim certo que o endividamento dos particulares (em percentagem do seu rendimento disponível), continuou a aumentar em 2005, embora não existam ainda dados finais sobre este indicador.

Por seu lado, o endividamento das empresas privadas não monetárias deverá ter-se mantido estável em relação ao PIB.



Taxas de juro

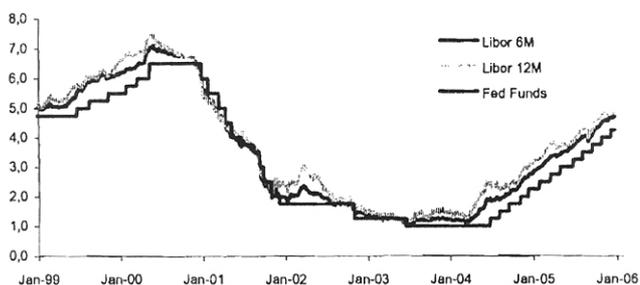
Na zona euro assistiu-se à manutenção do período de taxas de juro baixas que começou em meados de 2003. No entanto, caso se confirme a evolução favorável da economia da zona euro, verificada no 4.º trimestre de 2005, prevê-se que o Banco Central Europeu continue, em 2006, com a política de subida lenta das taxas de juro, iniciada em 1 de Dezembro, com o aumento de 0,25% na sua taxa directora.



O ano de 2005 ficou marcado pela evolução positiva do dólar norte-americano, apesar do desequilíbrio externo dos EUA se ter mantido acima dos 6% do PIB. A subida dos preços do petróleo provocou uma necessidade de investimento dos superávits das contas externas, obtidos por parte dos países exportadores, provocando uma fonte de sustentação para o dólar.



Ao longo de 2005, assistiu-se a uma subida progressiva das taxas de juro de referência por parte da Reserva Federal (4,25% no final de 2005), elevando para 3,25% a subida total desde o mínimo de 1% verificado em 2003-2004. Estas subidas das taxas de juro ajudou a transformar o dólar norte-americano numa divisa com taxas de juro elevadas, o que favoreceu a atracção de capital de curto prazo. Adicionalmente, a economia dos EUA, continuou a beneficiar de taxas de juro de longo prazo abaixo do que seria expectável, o que tem tido um efeito muito favorável no respectivo sector imobiliário.



Mercados financeiros

O ano de 2005 foi claramente positivo para os mercados accionistas mundiais, ainda que com uma maior dispersão de rendibilidades do que no ano anterior. O índice MSCI World com cobertura para euro, subiu 12,9% em 2005, apesar do aumento dos preços das matérias-primas, com destaque para o petróleo, que se verificou ao longo do ano.

O Japão distinguiu-se pela positiva, entre as principais bolsas mundiais, enquanto que na bolsa dos EUA se fizeram sentir os efeitos das sucessivas subidas de taxas pelo FED, tendo esta encerrado com uma valorização modesta. O ano de 2005 é já o terceiro ano de um ciclo favorável para as bolsas de valores mundiais.



Principais acontecimentos do Grupo

Janeiro

A Revista *Prémio* considera o BPN Renda Mensal — O Melhor na sua Classe em 2004 (obrigações taxa indexada euro).

Março

A DECO considera o BPN Global 3% como o melhor DP para os prazos de seis meses e um ano.

Maiο

A Diocese de Braga estabelece uma parceria com Grupo Português de Saúde, para construção e gestão de uma clínica na cidade de Braga.

No âmbito dos PIN (Projectos de Potencial Interesse Nacional), a Direcção de Projectos e Empresas (DPE) do BPN realizou dois trabalhos que se traduziram na assinatura de contratos entre o Estado Português e as empresas Martifer Energia e Labicer.

Abertura de agência no Porto Santo.

Junho

A agência internacional de *rating* Moodys atribuiu as notações de *rating* de longo prazo/curto prazo de Baa2/Prime — 2 à BPN — SGPS, S. A., e ao BPN — Banco Português de Negócios, S. A., em ambos os casos com *Outlook Stable*. Estas notações que classificam o BPN e o Grupo financeiro em que se insere como de *investment grade* reflectem, por um lado, o seu enfoque no nicho de mercado das PME em que tem registado um forte crescimento e, por outro, o seu bom perfil de *funding* e uma rendibilidade estável.

Constituição do BPN IFI (Instituição Financeira Internacional), S. A., a 30 de Junho de 2005.

O Grupo Português de Saúde tem uma nova sede na Avenida da Liberdade. Localizada no centro da cidade, a nova sede pretende dar condições de trabalho de excelência aos seus colaboradores tendo-se, para isso, projectado um espaço amplo e moderno, acolhedor e com uma zona de convívio alargado.

Julho

O Grupo BPN torna-se no patrocinador oficial das Selecções Nacionais de Hóquei em Patins. A Federação de Patinagem de Portugal poderá assim contar com o apoio do BPN e da seguradora do Grupo — Real Seguros — para as respectivas equipas.

O BPN reforçou a sua presença junto dos madeirenses com a realização do seu 1.º Torneio de Golf BPN em Porto Santo no dia 2 de Julho, no Porto Santo Golf.

O BPN e o ISLA de Lisboa (Instituto Superior de Línguas e Administração) celebraram um protocolo com objectivo de apresentar condições especiais de financiamento aos alunos desta Instituição. As condições especiais aprovadas são aplicáveis a licenciaturas e pós-graduações.

Com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade de serviços prestados, o BPN criou o Gabinete de Provedoria do Cliente.

Agosto

BPN intervém em grandes projectos do sector automóvel através da colaboração da Direcção de Projectos e Empresas, nos projectos de criação de raiz de uma unidade industrial localizada no Parque de Fornecedores da AutoEuropa, em Palmela, da responsabilidade da SPPM — Sociedade Portuguesa de Pintura e Módulos e na expansão e modernização da unidade Continental Mabor.

BPN, com a certificação Visa e Mastercard, lança a rede *Netpay*, expandindo a sua actividade à aceitação de cartões de crédito e de débito, função também designada por *acquirer*.

Quebrou-se, assim, um monopólio de facto que durante décadas foi responsável pelas altas comissões que eram cobradas aos concorrentes. É oportuno destacar que a iniciativa do BPN, ao tornar-se conhecida, no decurso de 2004, provocou de imediato uma redução das comissões que, até Setembro daquele ano, estavam a ser cobradas aos agentes económicos, com taxas frequentemente acima dos 4,5%, nos cartões de crédito, como pode ser testemunhado pela generalidade dos comerciantes.

O início da operação foi fortemente prejudicada pela VISA Portugal que ao fixar taxas de *interchange fees* (importância que os *acquirers* têm de entregar aos bancos emissores de cartões), cerca de 40% inferiores às suportadas pelo operador dominante, criou uma grave distorção da concorrência.

Setembro

Abertura de Agência na Batalha.

Grupo Português de Saúde entra no sector da imagiologia com compra do IMI (Imagens Médicas Integradas).

Com esta aquisição o Grupo Português Saúde passa a gerir na grande Lisboa 4 centros especializados de diagnóstico, o IMI Parque, IMI República, IMI Cascais e IMI Almada, a par das 6 unidades de saúde de que já dispunha, nomeadamente o British Hospital Lisbon XXI e o British Hospital Campo de Ourique, o Hospital St. Louis, as Clínicas Unimed Entrecampos e Linda-a-Velha e a Microcular.

Outubro

O BPN assina um acordo para a obtenção de um crédito sindicado. A operação, concretizada no mercado internacional, foi constituída por uma concessão de crédito de 130 milhões de euros, por um prazo de cinco anos, e contando com a participação de 16 bancos de seis países.

Abertura de agência em Santo Tirso.

Novembro

Fundos BPN Tesouraria e BPN Conservador lideram rendibilidade. Abertura de agência em São Mamede de Infesta.

Dezembro

É estabelecido um novo regime de MCCs. Devido à iniciativa do BPN, que solicitou a intervenção da autoridade da concorrência, as MCCs suportadas pelos *acquirers* a favor dos bancos emissores de cartões foram fixadas em paridade para os diferentes operadores, com entrada em vigor a partir de Janeiro de 2006, embora persistam desigualdades que dificultam a livre concorrência do pleno uso dos cartões como meio de pagamento electrónico e de consulta. É um problema que interessa à generalidade dos portugueses, já reportada à autoridade da concorrência, e que mereceu, recentemente, a atenção das autoridades de Bruxelas.

Tendo em conta a evolução do Grupo e a necessidade de responder adequadamente às exigências do rigoroso cumprimento das normas legais, estatutárias, regras internas, éticas e de conduta, que se espera da actividade em geral e muito especialmente da área financeira, foi decidido criar, no âmbito do BPN — SGPS, S. A., o Gabinete de Compliance, para vigorar a partir de 2006. Trata-se de uma função muito exigente para a qual era preciso obter a colaboração de uma figura que reunisse atributos de experiência e conhecimentos profissionais adequados à função.

O Dr. António Augusto Almeida respondeu positivamente ao desafio, facto que registamos com muito apreço.

Actividade da SLN — SGPS, S. A.

Estrutura jurídica

O ano de 2005 foi o sétimo ano de actividade da SLN, elevando-se presentemente os seus activos a 5,6 mil milhões de euros. A este universo acrescem cerca de 2471 milhões de euros de activos sob gestão, referentes às reservas técnicas da área seguradora e a valores mobiliários e imobiliários, geridos por empresas do Grupo e que não se encontram reflectidos no balanço consolidado.

Os capitais próprios consolidados da SLN, SGPS, S. A. atingiram 654 286 milhares de euros, aos quais podem ser acrescidos 12 260 milhares de euros, retidos no Fundo para Riscos Bancários Gerais, que se destina a cobrir riscos contingentes de natureza não específica, relacionados com a actividade.

A estrutura jurídica do Grupo SLN encontra-se estabilizada tendo-se efectuado alguns ajustamentos necessários ao aumento da eficiência legal e à eficácia da gestão das empresas participadas.

O BPN, SGPS, S. A. é a holding que lidera o Grupo BPN, com actividade nas áreas financeira e seguradora, elevando-se o respectivo capital social a 280.000 milhares de euros, que cobrem as necessidades de investimento permanente nas empresas participadas.

O BPN, o BPN Crédito IFIC, o Banco Efisa, a Fincor, a BPN Gestão de Activos e a BPN Imofundos, integram o conjunto de entidades financeiras do Grupo que exercem a sua actividade em Portugal.

A SLN Madeira, SGPS, S. A. detém participações no BPN Cayman, no BPN IFI, no BPN Brasil e no BPN Créditos Brasil.

A actividade seguradora é exercida pela Real Seguros, Real Vida Seguros e AVS Corretores de Seguros, que integram o universo do BPN, SGPS.

A Partinvest, SGPS, S. A. detém participações em empresas do sector agro-alimentar, destacando-se as empresas de produção de vinhos e espumantes, SACV-Murganheira, Tapada do Chaves e Caves Raposeira. Completam a carteira de investimentos desta sub-holding as empresas Castânia e Geosil com actividade na área de produção de produtos agrícolas e a Sortegel, proprietária de uma unidade industrial de tratamento e transformação de produtos agrícolas, com especial destaque para a castanha.

A Pléiade, SGPS, S. A., detém participações na Inapal Plásticos, Omni e CNE, entre outras.

A SLN Car, SGPS, S. A. manteve as participações nas empresas Coimbracar, Miatacar, Portalegrear e Garagem Lopes, com actividade de comércio de retalho automóvel, na SLV — Sociedade de Leilões de Veículos, na Sorel SGPS, e na actividade de AOV, através da Rentilusa, sob a marca Fleet Partner. Esta presença no sector automóvel, a que deve acrescentar-se o acordo preferencial com a Sorel onde a SLN Car detém uma participação de 19,5%, tem como objectivo potenciar as actividades na área financeira e seguradora.

A Gpsaúde, SGPS, S. A., a marca «*umbrella*» do Grupo Português de Saúde, integra participações na área de cuidados hospitalares, através do British Hospital (LUKH — Lisbon United Kingdom Hospital) e do BH XXI (British Hospital XXI); na área de cuidados especializados e diagnóstico através das Clínicas UNIMED, Microcular, GPDíalise, IMI e IMI-Cedima; na vertente de cuidados continuados, com participações na Clínica Lotus Cascais, entre outras e na vertente de gestão de redes e serviços de saúde através da UNIMED.

A SLN Investimentos, SGPS, S. A., detém uma participação de 75% no capital da sociedade World Rest — Gestão de Hotelaria e Turismo, S. A., que é a entidade gestora do Hotel da Costa da Caparica, detém uma participação de 100% no Santa Maria Park Hotel, proprietária de uma moderna unidade hoteleira em São João da Madeira, que se encontra em fase final de construção e cuja abertura se prevê para o dia 10 de Junho. Detém ainda uma participação de 100% na Turiscaramulo, entidade detentora do Hotel do Caramulo e da Estalagem do Caramulo e, por fim, detém uma participação no Hotel Lawrences de Sintra, o mais antigo hotel da Península Ibérica, que representa uma referência de alta qualidade na nossa oferta de serviços.

A SLN Novas Tecnologias, SGPS, S. A., é a holding que integra as participações em empresas do sector das novas tecnologias, através da participação na Datacomp, I2S — Informática, Sistemas e Serviços, New Link Solution (NLS) e Easy Quick.

A Partinvest Imobiliária, SGPS, S. A. detém participações em empresas do sector imobiliário, nomeadamente, na sociedade Foz Garden, Partenon, Planmediação, Socenta, Turifenus e Dywidag II.

Investimentos

Durante o ano de 2005 foram efectuados investimentos no sector financeiro e segurador no montante de 14 000 milhares de euros, que correspondem a um acréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior.

No final de 2005 o investimento consolidado do Grupo, para os referidos sectores, apresentava o seguinte quadro de evolução e de distribuição:

Grupo SLN — Investimento consolidado nas áreas financeira/seguradora

Empresa participada	(Em milhares de euros)		
	2003	2004	2005
BPN, S. A.	253 900	323 900	323 900
BPN Cayman	27 700	33 100	38 100
BPN Gestão de Activos	4 900	4 900	4 900
BPN Imofundos	500	500	500
BPN Crédito, IFIC	53 900	63 900	63 900
Real Seguros	17 500	17 800	20 300
Real Vida Seguros	10 500	18 000	18 000
AVS, Corretora	—	4 400	4 400
Fincor	4 500	4 500	4 500
Banco Efisa	21 500	21 500	21 500
Rentilusa	—	—	500
BPN IFI	—	—	6 000
BPN Créditos Brasil	340	340	340
BPN Brasil	4 570	11 480	11 480
Total	399 610	504 320	518 320

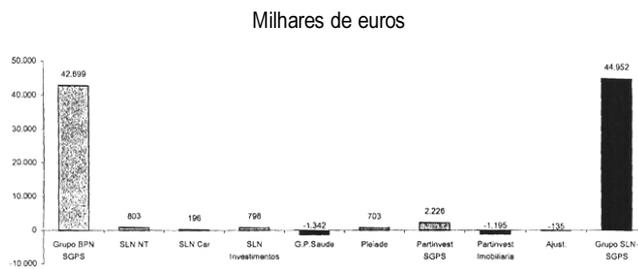
Valores acumulados no final de cada ano.

No decurso do ano foi aumentado o capital da Real Seguros, em 2500 milhares de euros.

Evolução do investimento consolidado nas áreas financeira e seguradora



Contribuição para o resultado consolidado



Estrutura operacional

A organização interna da SLN obedece ao princípio da separação estrutural de três áreas funcionais: registo e divulgação de informação, execução de operações e auditoria e controlo.

Em obediência a este princípio, a organização interna da SLN conta com as seguintes direcções de serviços: financeira, assuntos legais e fiscais, contabilidade, informação corporativa, auditoria, controle e avaliação estratégica, controle de gestão operacional.

A direcção financeira, como órgão de execução, compete a gestão financeira do Grupo e a execução de todas as operações financeiras relativas a aquisições, alienações, distribuição de dividendos, bem como a

coordenação de todas as operações financeiras relevantes das empresas participadas.

A direcção de assuntos legais e fiscais, tem como objectivo executar, juridicamente, os actos e decisões da administração e controlar todos os actos relevantes das sociedades, nomeadamente quanto ao cumprimento das normas internas, regulamentares e legais.

As direcções de contabilidade e informação corporativa, são os órgãos que processam e registam a informação procedendo posteriormente à sua divulgação.

A área de controlo, é assegurada por três direcções de serviços: direcção de auditoria, direcção de controlo e avaliação estratégica e direcção de controlo operacional. Cada uma destas direcções, com âmbito de actuação complementares, tem a seu cargo o controlo e

análise da gestão das empresas participadas, elaborando de forma sustentada, relatórios periódicos sobre as actividades desenvolvidas e sobre as previsões de resultados de operações futuras.

A estrutura atrás referida, durante o ano de 2005, continuou a consolidar a sua actividade de apoio e assessoria à administração da SLN, elaborando informação mensal consolidada, relatórios de actividade das empresas participadas, *report* e análise de desvios orçamentais e apoio nos aspectos jurídicos e fiscais nas diversas operações do Grupo durante o ano.

Este modelo de organização respeita as linhas orientadoras que enformam e moldam o nosso modo de agir: capacidade e agilidade de decisão; centralização e controlo de informação; hierarquização reduzida, profissionalismo e dedicação.

Modelo de organização



Recursos humanos da SLN, SGPS, S. A.

No presente exercício, os elementos essenciais caracterizadores de emprego e recursos humanos, acompanharam a evolução global dos negócios das diversas sub-holdings.

Neste sentido, por via de abertura de novas agências ou integração de novas empresas/unidades, constata-se um crescimento dos efectivos do Grupo.

No âmbito dos indicadores de emprego e conforme já referido nos exercícios anteriores, mantém-se a determinante influência da sua sub-holding financeira na consolidação dos elementos.

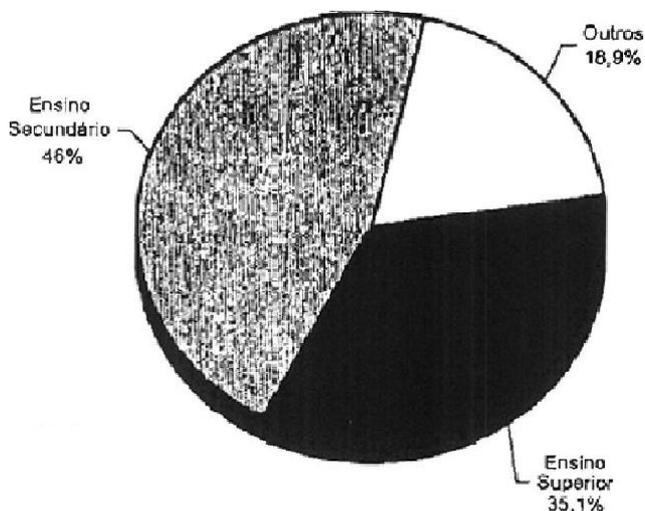
O Grupo SLN terminou o exercício de 2005 com um efectivo total de 4371 colaboradores, tendo registado um saldo líquido de 147 colaboradores, o que representa uma taxa de crescimento do emprego interno de 3,5%, contrariando a tendência global do mercado.

Como consequência do adequado enquadramento das pessoas e da sua motivação, continuamos a verificar um fraco nível de *turnover* de saídas e um absentismo abaixo da tendência média do mercado (3,6%), com um ligeiro acréscimo em relação ao exercício anterior.

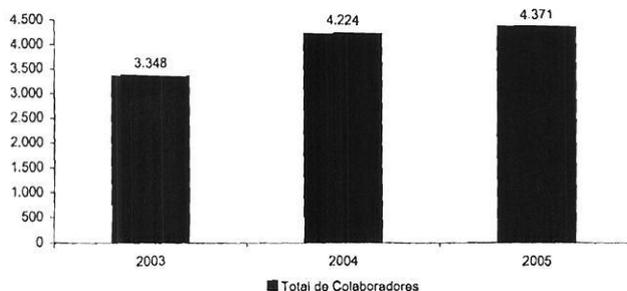
Grande equilíbrio em termos de composição dos efectivos por sexos, dos quais 60% dos colaboradores são do sexo masculino e 40% são do sexo feminino.

Mantém-se um bom nível de colaboradores com formação superior (35,1%) e um nível etário médio de 36 anos, que contribuem também de forma equilibrada para o desenvolvimento sustentado dos negócios do Grupo.

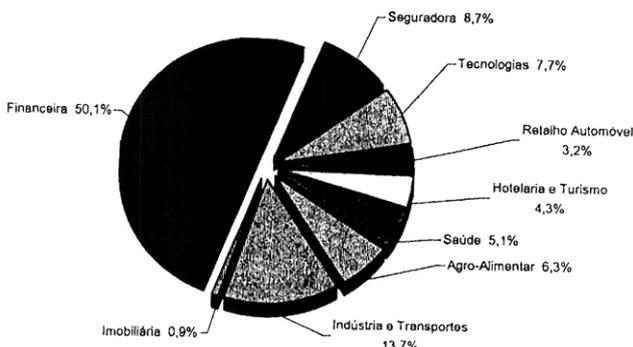
Nível de habilitações literárias dos colaboradores — Grupo SLN



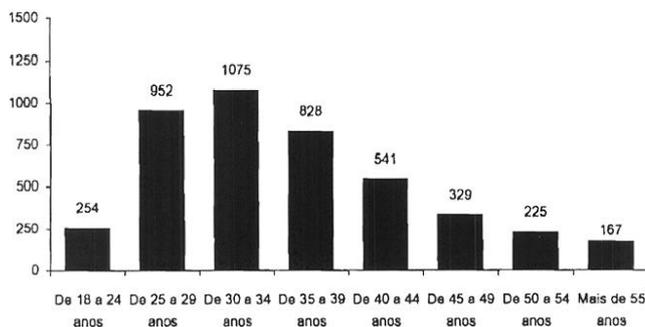
Evolução dos colaboradores — Grupo SLN



Distribuição dos colaboradores por actividades



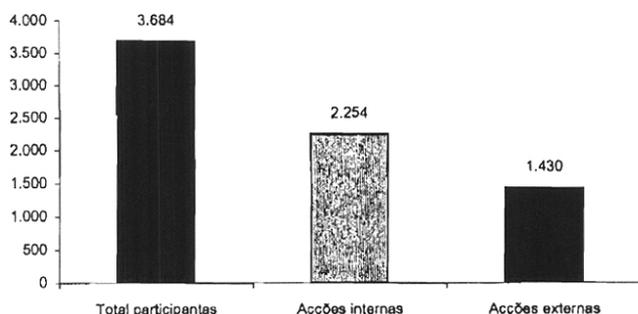
Estrutura etária dos colaboradores — Grupo SLN



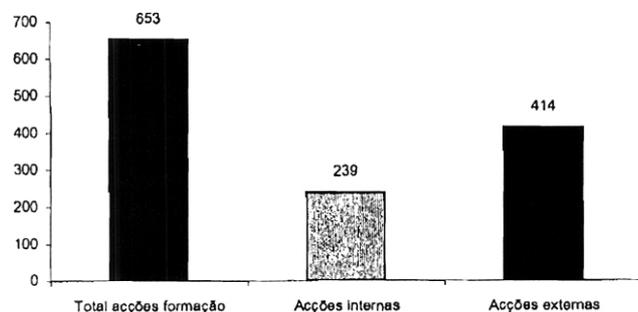
A aposta na valorização dos colaboradores através do investimento na formação profissional, é bem evidenciada no número de acções de formação interna e externa envolvendo 3520 colaboradores (crescimento de 53,0%), tendo sido despendidas para o efeito 57 641 horas (crescimento de 64,5%).

Foram realizadas 552 acções, tendo os encargos com a formação evoluído em 4,7%.

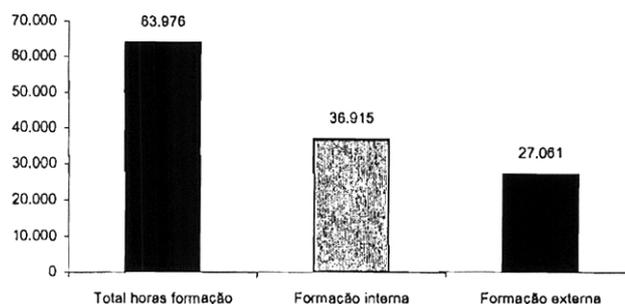
Participantes nas acções de formação — Grupo SLN



Acções de formação — Grupo SLN



Horas despendidas em acções de formação — Grupo SLN



Os elementos acima referidos representam o resumo de alguns indicadores consolidados das sub-*holdings* do Grupo SLN. Na sua diversidade, existe como elemento catalisador a preocupação das empresas na gestão e desenvolvimento do seu capital humano, traduzido na estratégia de um recrutamento exigente, qualificado e adaptado a realidade de cada negócio, a Implementação de sistemas de avaliação como base para o desenvolvimento das pessoas, na gestão das expectativas baseada no potencial individual e uma aposta clara no investimento selectivo na formação profissional, como atestam os números acima referidos.

Neste sentido, foram aplicados planos de intervenção adequados, mediante utilização de modelos integrados de avaliação, como instrumentos de desenvolvimento das pessoas e de suporte aos sistemas de incentivos, tendo sido igualmente consolidados os sistemas de gestão da qualidade, resultantes do processo de certificação. A avaliação sistemática do clima social, através de modelos estruturados, foi outra das preocupações reforçada com a implementação de medidas adaptadas às orientações estratégicas de crescimento e sobretudo da produtividade.

Apesar da diversidade do portfólio das empresas do Grupo SLN, conforme foi já referido no anterior exercício, mas não é demais repeti-lo pois só com espírito de inovação, criatividade e preocupação com as pessoas, como elementos essenciais para o sucesso das empresas que as políticas dos Recursos Humanos continuarão a ter uma orientação cada vez mais voltada para o cliente e mercado onde se integram, indispensável para continuar a garantir a sua sustentabilidade.

Síntese de indicadores de actividade da SLN, SGPS, S. A.

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Variação 2005- -2004 (percent.)
Demonstração:				
Resultados operacionais (a)	56 040	57 236	45 190	- 2,1
Resultados extraordinários	1 340	387	(3 467)	246,3
Resultados líquidos	44 952	48 353	35 191	- 7,0
Balanço:				
Activo líquido	5 607 235	5 025 574	5 037 052	11,6
Situação líquida	651 949	642 563	469 640	1,5
Recursos totais de clientes	4 063 203	3 659 109	3 979 082	11,0
Débitos para com clientes (b)	4 017 663	3 639 109	3 976 592	10,4
Obrigações em circulação	45 540	20 000	2 490	127,7
Créditos sobre clientes	4 554 601	4 187 713	3 807 702	8,8
Crédito bancário (c)	3 776 566	3 420 731	3 071 163	10,4
Crédito especializado (d)	778 035	766 982	736 539	1,4
Gestão de activos e fundos de investimento	2 470 621	2 005 480	1 284 579	23,2
Ratios (percentagem):				
Rendibilidade dos capitais médios próprios (ROAE)	7,5	9,5	8,4	-
Rendibilidade média do activo (ROAA)	0,8	1,0	0,8	-
Cost to income	65,8	64,5	60,4	-
Ratio de solvabilidade	9,6	12,0	9,4	-
Seguros:				
Prémios de seguro Vida	179 084	153 400	131 063	16,7
Prémios de seguro Não Vida (Directo) (e)	122 212	111 863	92 594	9,3
Colaboradores da área seguradora	380	375	331	1,3

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Varição 2005- -2004 (percent.)
Número de colaboradores:				
Colaboradores do Grupo SLN	4 371	4 224	3 348	3,5
Número de agências:				
Agências (Portugal e França)	203	193	187	5,2

(a) Resultados antes dos resultados extraordinários e impostos sobre lucros.

(b) Inclui: débitos para com clientes, obrigações BPN Capital subscritas por clientes.

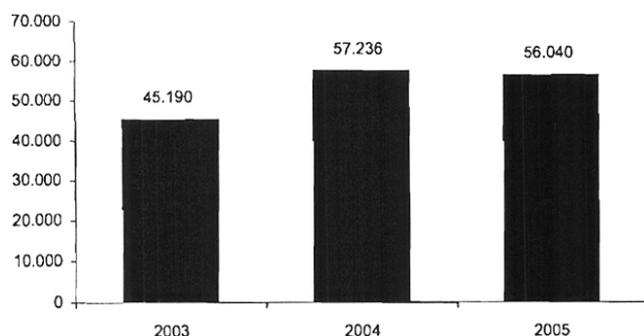
(c) Inclui: valores referentes à actividade bancária do BPN em Portugal e França, do BPN Cayman, do Banco Efisa, do BPN Brasil e do BPN IFI.

(d) Os valores do crédito a clientes, do ano de 2005, referentes ao crédito especializado incluem os créditos titularizados no montante de 196 513 milhares de euros.

(e) Produção directa da companhia sem resseguro aceite.

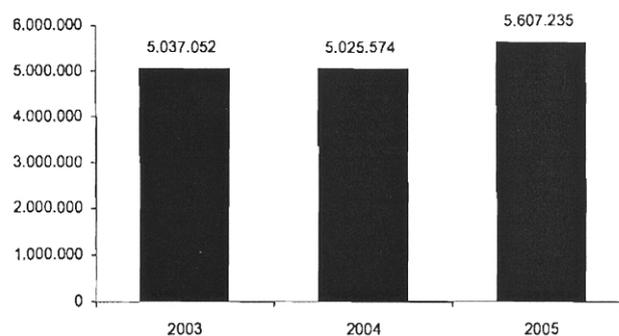
Resultados operacionais

(Milhares de euros)



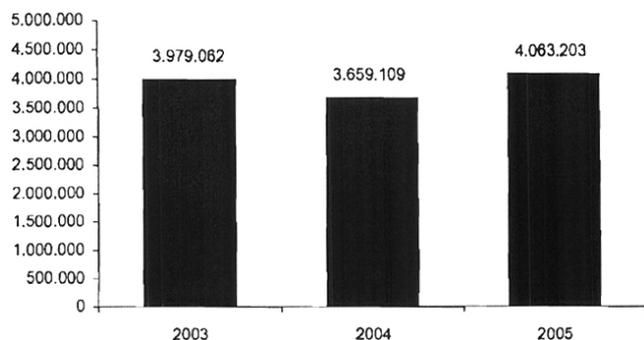
Activo líquido

(Milhares de euros)



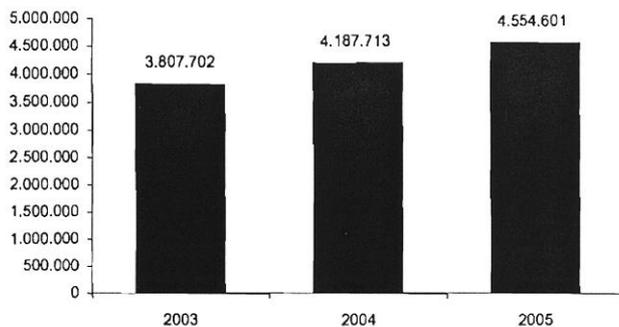
Recursos totais de clientes

(Milhares de euros)

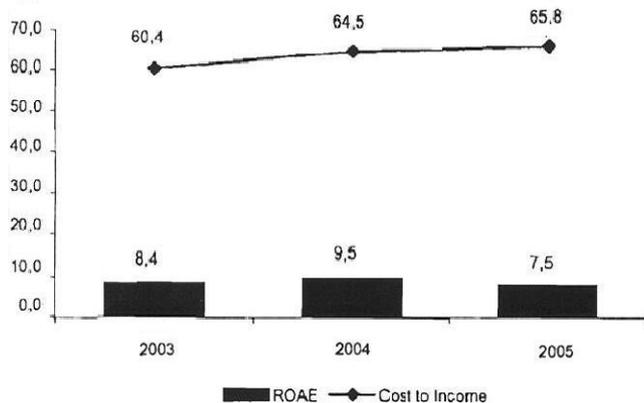


Créditos sobre clientes

(Milhares de euros)

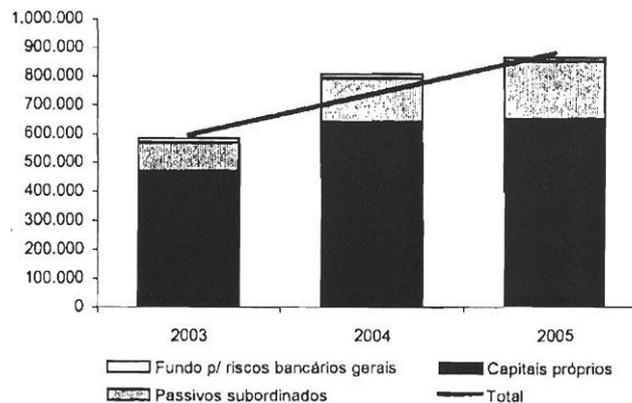


Rendibilidade e eficiência



Fundos próprios e equiparados

(Milhares de euros)



Análise e mapas financeiros da SLN —SGPS, S. A.

A persistência da conjuntura desfavorável que o País atravessa tem-se reflectido na actividade das participadas, ainda que de forma desigual, como se evidenciou anteriormente. Os factos mais significativos das demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Gestora de Participações Sociais, confirmam aquela realidade, merecendo referência específica o seguinte:

O crédito sobre clientes registou um acréscimo de 10,9% acompanhado pelo aumento dos recursos de clientes em 10,4%.

O *cash flow* de exploração registou um decréscimo de 4,2%, tendo ascendido a 93 976 milhares de euros, correspondendo a 1,8% dos activos totais médios;

O resultado líquido consolidado da SLN ascendeu a 44 952 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 7,0% relativamente a 2004;

Os capitais próprios representam 11,6% do total de balanço, contra os 12,8% verificados no ano anterior. A rentabilidade média dos capitais próprios (ROAE) foi de 7,5%.

O mapa síntese que se segue dá nota, mais abrangente, da realidade da empresa:

Síntese financeira das contas consolidadas

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003
Demonstração dos resultados:			
Margem financeira	143 052	135 379	120 995
Provisões para riscos de crédito (líquido)	32 874	32 689	44 256
Margem financeira após provisões para riscos de crédito	110 178	102 690	76 739
Outros proveitos	146 105	191 222	183 459
Outros custos	200 243	236 676	215 008
Resultados operacionais	56 040	57 236	45 190
Resultados extraordinários	1 340	387	(3 467)
Impostos sobre os resultados	12 428	9 270	6 532
Resultado líquido	44 952	48 353	35 191
Balanço consolidado:			
Activos geradores de juros	5 020 543	4 515 314	4 369 564
Total do activo	5 607 235	5 025 574	5 037 052
Passivos geradores de juros	4 576 434	4 079 847	4 333 062
Total do passivo	4 955 286	4 383 011	4 567 413
Situação líquida	651 949	642 563	469 640
Balanço consolidado médio:			
Activos geradores de juros	4 767 929	4 442 439	3 885 984
Total do activo	5 316 405	5 031 313	4 466 524
Passivos geradores de juros	4 328 141	4 206 455	3 810 320
Total do passivo	4 669 149	4 475 212	4 010 139
Situação líquida	647 256	556 102	456 385
Rentabilidade média dos capitais próprios (ROAE) (percentagem)	7,5	9,5	8,4
Cost to income (percentagem)	65,8	64,5	60,4
Cobertura provisões/crédito vencido (percentagem)	132,6	128,0	119,6
Rentabilidade média do activo (ROAA) (percentagem)	0,8	1,0	0,8
Provisões para riscos de crédito/crédito total (percentagem)	2,1	2,2	2,3

(*) Provisões acumuladas para os riscos de crédito vencido, cobrança duvidosa e risco-país.

Conta de resultados

A margem financeira atingiu os 143 052 milhares de euros, evidenciando um crescimento de 5,7% relativamente a 2004.

A margem bruta situou-se nos 235 344 milhares de euros, meio ponto percentual abaixo do valor de 2004, derivado em parte pelo decréscimo verificado nas operações financeiras.

Os resultados operacionais apresentaram um valor de 56 040 milhares de euros, representando uma diminuição de 2,1% relativamente a 2004.

Evolução das principais rubricas de resultados

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Varição 2005- -2004 (percent.)
Juros e proveitos equiparados	269 364	241 957	234 576	11,3
Rendimentos de títulos	548	7 282	7 710	- 92,5
Juros e custos equiparados	126 860	113 860	121 291	11,4
Margem financeira	143 052	135 379	120 995	5,7
Lucros em operações financeiras (líquidos)	2 988	11 813	17 717	- 74,7
Comissões (líquidas)	57 064	50 114	34 930	13,9
Outros proveitos e custos (líquidos)	32 240	39 153	39 664	- 17,7
Margem bruta	235 344	236 459	213 306	- 0,5
Custos com o pessoal	72 207	66 441	56 652	8,7
Fornecimentos e serviços externos	58 073	63 068	52 465	- 7,9

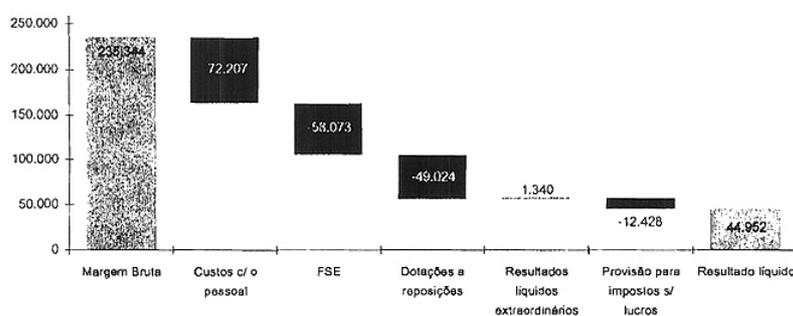
(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Variação 2005- -2004 (percent.)
Cash-flow bruto de exploração	105 064	106 950	104 189	— 1,8
Dotação para amortizações	15 736	16 894	14 515	— 6,9
Dotação para provisões	57 927	61 247	59 227	— 5,4
Reposição de provisões	24 639	28 427	14 743	— 13,3
Resultado de exploração	56 040	57 236	45 190	— 2,1
Resultados líquidos extraordinários	1 340	387	(3 467)	246,3
Resultado líquido antes de impostos	57 380	57 623	41 723	— 0,4
Provisão para impostos sobre lucros	12 428	9 270	6 532	34,1
Resultado líquido depois de impostos	44 952	48 353	35 191	— 7,0
Cash flow após impostos	93 976	98 067	94 190	— 4,2

(*) Inclui outros proveitos/custos de exploração, outros impostos, resultados em empresas excluídas da consolidação e interesses minoritários.

Contribuição para o resultado líquido

(Milhares de euros)



Margem financeira

A margem financeira líquida de provisões para créditos registou um crescimento na ordem dos 7,3%.

Comissões

As comissões demonstraram um bom desempenho, aumentando face ao ano anterior em cerca de 13,9%, ao atingirem 57 064 milhares de euros. Este incremento resulta, sobretudo, da boa *performance* da gestão de activos, dos fundos imobiliários e do segmento de pagamentos.

(Em milhares de euros)

	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem (retalho)	Banca de retalho	Banca comercial	Pagamentos e liquidação	Cus- tódia	Gestão de activos	Outros
Comissões recebidas	2 372	6	4 526	11 224	27 390	847	203	16 239	5 935
Comissões pagas	547	817	1 163	2 472	3 041	—	—	23	3 615
Saldo	1 825	(811)	3 363	8 752	24 349	847	203	16 216	2 320

Operações financeiras

As operações financeiras acenderam a 2988 milhares de euros, o que representa uma diminuição em 74,7% face a 2004, tendo para tal contribuído essencialmente a diminuição registada ao nível das operações cambiais.

(Em milhares de euros)

	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem (retalho)	Banca de retalho	Banca comercial	Pagamentos e liquidação	Cus- tódia	Gestão de activos	Outros
Lucros em oper. financeiras	—	30 863	378	1 359	5 738	—	—	—	—
Prejuízos em oper. financeiras	—	28 918	175	160	6 097	—	—	—	—
Saldo	—	1 945	203	1 199	(359)	—	—	—	—

Provisões

As provisões constituídas de acordo com as normas prudenciais do Banco de Portugal registaram um decréscimo de 5,4% em relação ao exercício anterior, resultado da diminuição do crédito vencido em carteira originado pelo rigoroso controlo instituído e pelas políticas restritivas na concessão de crédito, por se entender ser a prática que melhor se ajusta à real situação económica do País, mostrando-se adequadas face ao montante do crédito concedido, evidenciando um *ratio* de cobertura de 132,6% (contra os 128,8% em 2004).

Custos de estrutura

Os custos de estrutura, ascenderam a 146 016 milhares de euros, tendo registado um ligeiro decréscimo de aproximadamente 0,3%, representando 2,7% dos activos totais médios, embora sem se traduzir numa melhoria do *ratio* custos de estrutura/produto bancário, devido ao *gap* normalmente associado a alterações estruturais que têm sido levadas a cabo e que terão seguramente reflexos positivos nos exercícios vindouros.

	(Em milhares de euros)				
	2005		2004		Variação 2005- -2004 (percent.)
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	
Custos com o pessoal	72 207	49,4	66 441	45,4	8,7
Outros custos administrativos	58 073	39,8	63 068	43,1	- 7,9
Custos de funcionamento	130 280	-	129 509	-	0,6
Amortizações	15 736	10,8	16 894	11,5	- 6,9
Custos de estrutura	146 016	100,0	146 403	100,0	- 0,3
Custos com o pessoal (percentagem do produto bancário)	32,5	-	29,2	-	-
Custos de funcionamento (percentagem do produto bancário)	58,7	-	57,0	-	-
Custos de estrutura (percentagem do produto bancário)	65,8	-	64,5	-	-

Produto bancário

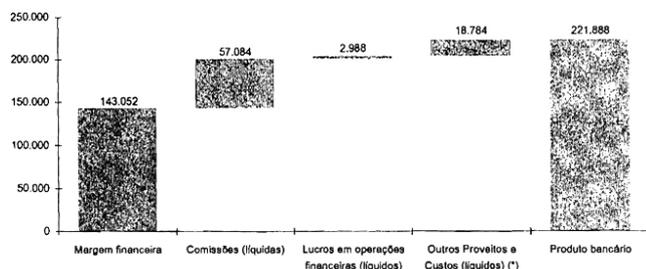
O produto bancário fixou-se em 221 888 milhares de euros, registando uma diminuição de 2,3% face a 2004.

	(Em milhares de euros)				
	2005		2004		Variação 2005- -2004 (percent.)
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	
Margem financeira	143 052	64,5	135 379	59,6	5,7
Comissões (líquidas)	57 064	25,7	50 114	17,1	13,9
Lucros em operações financeiras (líquidos)	2 988	1,3	11 813	5,2	- 74,7
Outros proveitos e custos (líquidos) (*)	18 784	8,5	29 844	13,1	- 37,1
Produto bancário	221 888	100,0	227 150	100,0	- 2,3

(*) Inclui outros proveitos/custos de exploração e outros impostos.

Contribuição para o produto bancário

(Milhares de euros)

**Balanco**

O activo total líquido ascendia, em 31 de Dezembro de 2005, a 5 607 235 milhares de euros o que representa um crescimento de 11,6% relativo ao ano anterior. O activo total médio passou de 5 031 313 milhares de euros em 2004 para 5 316 405 milhares de euros em 2005.

O crédito sobre clientes (valor líquido), atingiu o montante de 4 256 325 milhares de euros, contra os 3 838 389 milhares de euros registados em 2004. Na estrutura dos activos o crédito a clientes fixou-se nos 75,9%, face aos 76,4% verificados em 2004.

Os recursos captados de clientes registaram um acréscimo de 10,4% e passaram a representar 71,6% do total dos recursos do Grupo.

Os capitais próprios apresentam, em Dezembro de 2005, um valor de 651 949 milhares de euros, correspondendo a um aumento de 1,5% face ao ano anterior.

Estrutura do balanço

	(Em milhares de euros)				
	2005		2004		Variação 2005- -2004 (percent.)
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	
Activo líquido:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300 298	5,4	288 210	5,7	4,2
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	152 480	2,7	109 296	2,2	39,5
Outros créditos sobre instituições de crédito	32 825	0,6	81 050	1,6	- 59,5
Créditos sobre clientes	4 256 325	75,9	3 838 389	76,4	10,9
Aplicações em títulos	278 615	5,0	198 369	3,9	40,5
Partes de capital em empresas participadas	201 485	3,6	162 507	3,2	24,0
Imobilizações incorpóreas	7 640	0,1	8 472	0,2	- 9,8
Imobilizações corpóreas	53 424	1,0	51 389	1,0	4,0
Diferenças de consolidação e de reavaliação	-	n. a.	-	n. a.	n. a.
Capital subscrito não realizado	-	n. a.	-	n. a.	n. a.
Ações próprias	-	-	331	n. a.	n. a.
Outros activos	221 050	3,9	218 484	4,4	1,2
Contas de regularização	103 093	1,8	69 077	1,4	49,2
Total	5 607 235	100,0	5 025 574	100,0	11,6

	2005		2004		Variação 2005- 2004 (percent.)
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	
Passivo e situação líquida:					
Débitos para com instituições de crédito	511 664	9,1	393 513	7,8	30,0
Débitos para com clientes à vista e depósitos de poupança	1 257 920	22,4	1 066 100	21,2	18,0
Débitos para com clientes a prazo	2 759 743	49,2	2 573 009	51,2	7,3
Débitos representados por títulos	47 107	0,8	47 225	0,9	- 0,2
Outros passivos	44 917	0,8	36 816	0,8	22,0
Contas de regularização	74 279	1,4	60 915	1,2	21,9
Passivos subordinados	200 000	3,6	150 000	3,0	33,3
Provisões diversas	59 656	1,1	55 433	1,1	7,6
Capitais próprios e resultados	651 949	11,6	642 563	12,8	1,5
	5 607 235	100,0	5 025 574	100,0	11,6

Mapa complementar — pró-forma

O balanço consolidado pró-forma das actividades financeiras e seguradora, elaborado pelo método de consolidação integral, que a seguir se apresenta, tem como finalidade exclusiva proporcionar informação financeira adicional, para análise, nomeadamente da composição dos activos sob gestão e dos mesmos totais, no final de 2005.

Conforme se poderá constatar da análise do balanço, o total do activo atinge o valor de 5 834 033 milhares de euros, contra os 5 361 832 milhares de euros apresentados pelo balanço consolidado do BPN, SGPS, S. A., onde as seguradoras consolidam pelo método da equivalência patrimonial.

BPN — SGPS, pró-forma (a)

	(Em milhares de euros)			
	2005		2004	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305 106	5,23	293 140	5,62
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	201 212	3,45	141 328	2,71
Outros créditos sobre instituições de crédito	67 930	1,16	121 830	2,33
Créditos sobre clientes	4 297 482	73,66	3 842 087	73,61
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	349 388	5,99	243 795	4,67
Ações e outros títulos de rendimento variável	255 644	4,38	216 350	4,15
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	14 618	0,25	45 514	0,87
Outras participações financeiras	9 063	0,16	11 194	0,21
Imobilizações incorpóreas	7 488	0,13	8 803	0,17
Imobilizações corpóreas	61 239	1,05	60 356	1,16
Outros activos	160 785	2,76	163 969	3,14
Contas de regularização	104 078	1,78	70 954	1,36
<i>Total do activo</i>	5 834 033	100,00	5 219 320	100,00
Passivo e capitais próprios:				
Débitos para com instituições de crédito	506 370	8,68	390 905	7,49
Débitos para com clientes	4 063 544	69,65	3 716 974	71,22
Débitos representados por títulos	41 607	0,71	47 225	0,90
Outros passivos	124 564	2,14	111 585	2,14
Contas de regularização	76 514	1,31	63 768	1,22
Provisão para riscos e encargos	503 468	8,63	405 747	7,77
Fundo para riscos bancários gerais	12 260	0,21	14 281	0,27
Passivos subordinados	150 000	2,57	100 000	1,92
Capital subscrito	280 000	4,80	280 000	5,36
Reservas	23 952	0,41	37 966	0,73
Resultados transitados	1 973	0,03	1 973	0,04
Interesses minoritários	4 756	0,08	3 906	0,07
Lucro consolidado do exercício	45 025	0,77	44 990	0,86
<i>Total do passivo</i>	5 834 033	100,00	5 219 320	100,00

(a) Inclui os activos e passivos das empresas seguradoras consolidados pelo método integral.

Actividade da BPN — SGPS, S. A.**Sector financeiro**

Banca comercial:

Banco Português de Negócios:

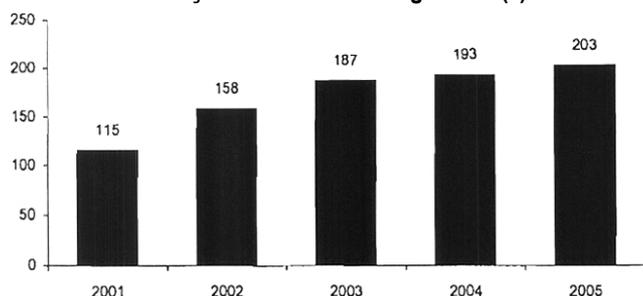
Por opção estratégica o crescimento do BPN, em 2005, foi moderado não só como precaução face à envolvente económica do País,

mas sobretudo para se darem passos seguros no processo de modernização tecnológica. A nova linha de produção decorrente da função de *acquirer*, oferece condições excepcionais de expansão, mas exige elevados padrões na qualidade dos serviços e níveis de controlo, só alcançáveis com a automação de um número crescente de tarefas.

É uma alteração estrutural de fundo em que nos envolvemos, cientes de que isso iria significar a assunção de custos imediatos, mas convictos de estarmos a preparar o futuro com a segurança que se espera de uma instituição financeira.

O alargamento da rede de agências foi, igualmente, moderado, fixando-se no final do ano em 203, das quais duas no arquipélago da Madeira e duas em França.

Evolução do número de agências (a)



(a) Não inclui as lojas financeiras.

A referência que precede não prejudicou o desenvolvimento de plataformas inovadoras, de tecnologia e de produto, pois são já sinais de evidência daquilo que queremos ser e pela utilização de novos canais de distribuição, com o objectivo de otimizar o relacionamento com os clientes, mantendo uma postura de proximidade. A segmentação do mercado, a dinamização e organização permanente das redes de distribuição, numa óptica de *cross-selling*, são variáveis estratégicas assumidas pela Instituição, numa acção claramente orientada para o atendimento e aconselhamento personalizado.

Todas as iniciativas desenvolvidas visam aumentar a nossa base de clientes, o seu grau de fidelização e de satisfação, o qual tem vindo a ser confirmado, quer por inquéritos próprios, quer pela notoriedade alcançada pela marca BPN, com referências específicas, nomeadamente:

Em Janeiro, a revista *Prémio* considerou o BPN Renda Mensal — O Melhor na sua Classe em 2004 (obrigações taxa indexada euro);

Em Março, a DECO considerou o BPN Global 3% como o melhor DP para os prazos de seis meses e um ano;

Em Junho, a agência internacional de *rating* Moodys atribuiu as notações de *rating* de longo prazo/curto prazo de Baa2/Prime-2 à BPN SGPS, S. A. e ao BPN — Banco Português de Negócios, S. A. em ambos os casos com *Outlook Stable*. Estas notações que classificam o BPN e o Grupo financeiro em que se insere como de *investment grade* reflectem, por um lado, o seu enfoque no nicho de mercado das PME em que se tem registado um forte crescimento e, por outro lado, o seu bom perfil de *funding* e uma rentabilidade estável. Por sua vez, a FitchRatings atribuiu as notações de *rating* de longo prazo/curto prazo de BBB2/F3 à BPN — SGPS, S. A., e ao BPN — Banco Português de Negócios, S. A., em ambos os casos, também, com *Outlook Stable*;

Em Novembro, os Fundos BPN Tesouraria e BPN Conservador lideraram a rentabilidade.

Durante o ano de 2005, o BPN desenvolveu e disponibilizou uma oferta inovadora e abrangente de produtos e serviços, adaptadas às expectativas e necessidades de cada cliente, desde particulares, empresas até aos institucionais:

Lançamento da conta SIM (conta de depósito à ordem remunerada, através da qual os clientes processam os seus movimentos correntes, possuindo ainda uma componente activa, exclusiva para trabalhadores por conta de outrem e pensionistas, que possibilita a antecipação de um determinado montante, em função da remuneração/pensão líquida do titular);

Lançamento do serviço *Acquiring NetPay*, traduzido na aceitação de cartões de crédito e débito, tornando realidade as expectativas dos empresários portugueses, que há muito ansiavam por um segundo operador nacional;

Compra e venda de *travellers* cheques Amex (no âmbito da diversificação da gama de produtos e serviços disponibilizados pelo BPN, foi celebrado um acordo entre o BPN e o American Express International, que visa a compra e venda de *travellers* cheques Amex (TCs), com condições especiais de preço para clientes e não clientes);

Reestruturação do produto Crédito Habitação, aproximando a oferta às necessidades dos clientes nos vários segmentos etários e nas diversas finalidades;

Lançamento e colocação de duas emissões de Obrigações de Caixa BPN Madeira, em Junho de 2005, no valor de 50 milhões de euros e de 75 milhões de euros, destinadas exclusivamente a não residentes, forma alternativa de aplicação de poupanças, nomeadamente de emigrantes;

Lançamento e colocação de uma emissão de Obrigações Subordinadas BPN 2005, em Dezembro de 2005, no valor de 50 milhões de euros, pelo prazo de 10 anos.

À semelhança do que se verificou no ano passado, o BPN voltou a oferecer aos seus clientes novas emissões de Instrumentos de Captação de Aforro Estruturado (ICAEs) no valor global de 90 milhões de euros, vulgo, produtos estruturados. Tratam-se de aplicações financeiras de curto, médio ou longo prazo, habitualmente, com garantia de capital no vencimento, onde se associa uma remuneração variável, que está dependente da evolução do activo subjacente a que está indexado (cabaz de acções, taxas de câmbio, cotação de *commodities*, etc.). A destacar:

Lançamento em Junho de 2005 do BPN Europa 4,5%, produto a dois anos e seis meses, com capital garantido, rentabilidade anual potencial máxima de 4,5% e pagamento semestral de juros. A remuneração do produto depende do desempenho da Euribor a seis meses e do Eurostoxx 50 (índice);

Lançamento em Agosto de 2005 do BPN Europa 2005 produto a dois anos e seis meses, com capital garantido e com rentabilidade indexada ao comportamento da taxa Euribor seis meses e do Índice Eurostoxx 50;

Lançamento em Setembro de 2005 do BPN Oriente, produto a três anos, com capital garantido, rentabilidade anual potencial máxima de 4,75% e pagamento semestral de juros. A remuneração do produto depende do desempenho dos índices Hang Seng China Entreprises Index, Korea Stock Exchange Korea Stock Price Index e Nikkei 225;

Lançamento em Novembro de 2005 do BPN Clean Energy, produto a três anos, com capital garantido, rentabilidade anual potencial máxima de 10% e pagamento anual de juros. A remuneração do produto depende do desempenho de acções de empresas com actividade ligada a energias não poluentes. Essas empresas beneficiam do facto de as energias não poluentes estarem, cada vez mais, na ordem do dia, devido ao aumento do preço do petróleo e do aquecimento global.

Estes produtos estruturados oferecem uma rentabilidade potencial superior à de um depósito a prazo tradicional, combinado com um nível de risco inferior ao que o investidor assumiria se investisse directamente no mercado financeiro.

Em 2005, deu-se também continuidade à dinamização da rede de promotores *assurfinance*, que de forma significativa contribuiu para a abertura de novas contas e para o crescimento do volume de negócios.

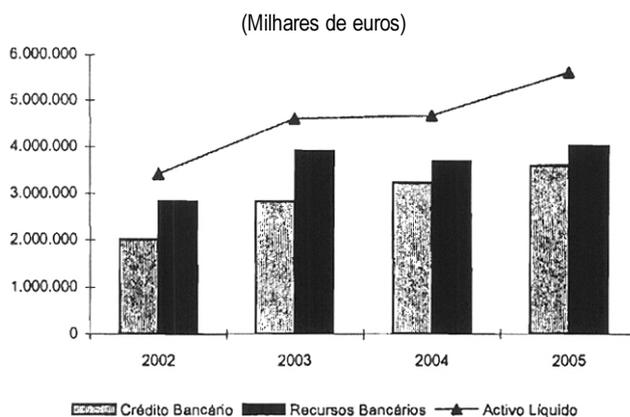
A 1.ª Campanha Outbound de Adesão ao BPN Interactivo realizada em 2005 obteve resultados muito acima dos objectivos definidos, tendo as transacções através do netBanking e do phoneBanking aumentado em relação ao ano anterior de forma significativa (sendo que 57% das transacções foram efectuadas por clientes empresas e 43% por clientes particulares).

Foram ainda estabelecidos protocolos entre o BPN e diversas entidades, que através da atribuição de condições preferenciais para o acesso a alguns produtos e serviços BPN, procuram captar e fidelizar novos clientes, nomeadamente:

Celebração de um protocolo entre o BPN e o ISLA de Lisboa (Instituto Superior de Línguas e Administração) com objectivo de apresentar condições especiais de financiamento aos alunos desta instituição.

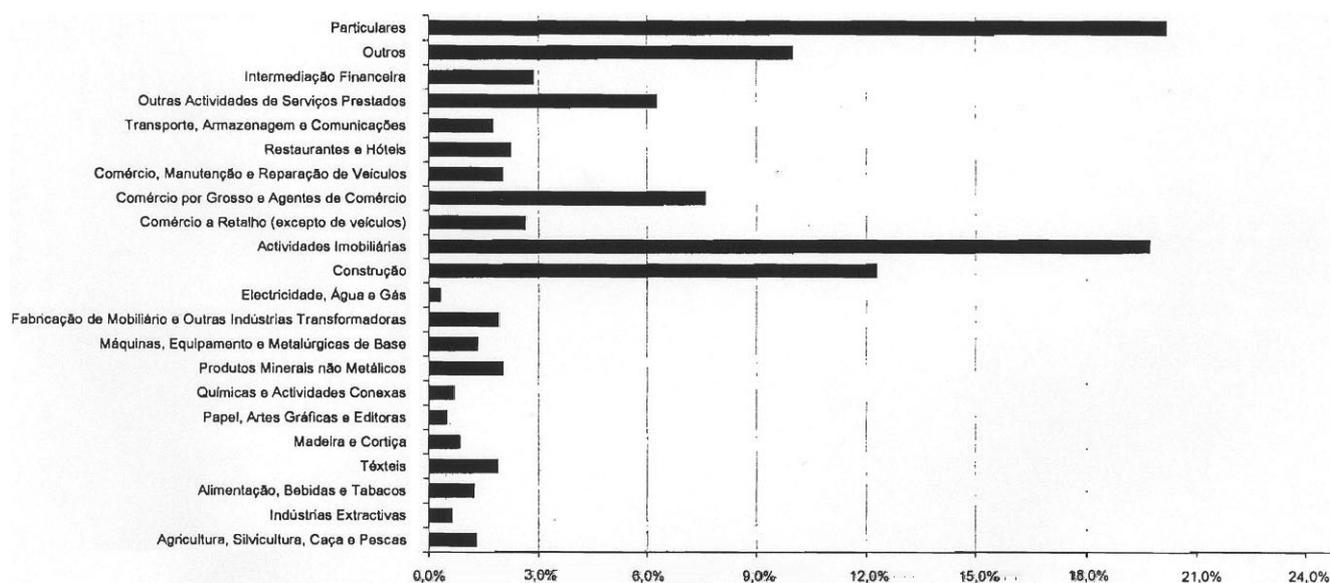
Com o objectivo de contribuir para o aumento da satisfação dos clientes e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, o BPN criou o Gabinete de Provedoria do cliente. Este Gabinete, que tem total independência no exercício das suas funções, providencia um atendimento rápido e correcto das reclamações apresentadas pelos nossos clientes, contribuindo para que seja sanada qualquer eventual situação de insatisfação criada entre o Banco e os seus clientes.

Evolução da actividade (a)



(a) Inclui a actividade do BPN, S. A., e das suas unidades internacionais.

Distribuição do crédito por sectores de actividade (a)



(a) Inclui a actividade do BPN, S. A., e das suas unidades internacionais.

Créditos sobre clientes (valor bruto) por sector de actividade (a)

(Em milhares de euros)

Sector de actividade	2005	2004	Variação anual (percent.)	Total do crédito (percent.)
Agricultura, silvicultura, caça e pescas	46 285	53 234	- 13,1	1,29
Indústrias extractivas	21 966	24 031	- 8,6	0,61
Alimentação, bebidas e tabacos	44 066	38 949	13,1	1,22
Têxteis	68 498	74 105	- 7,6	1,90
Madeira e cortiça	29 553	32 230	- 8,3	0,82
Papel, artes gráficas e editoras	17 437	16 266	7,2	0,48
Químicas e actividades conexas	23 728	13 830	71,6	0,66
Produtos minerais não metálicos	73 174	55 552	31,7	2,03
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	47 886	40 598	18,0	1,33
Fab. mobiliário e outras ind. transformadoras	68 501	65 994	3,8	1,90
Electricidade, água e gás	10 402	13 068	- 20,4	0,29
Construção	441 467	422 467	4,5	12,26
Actividades imobiliárias	710 054	574 855	23,5	19,72
Comércio a retalho (excepto de veículos)	95 370	85 431	11,6	2,65
Comércio por grosso e agentes de comércio	272 778	239 270	14,0	7,57
Comércio, manutenção e reparação de veículos	72 148	66 525	8,5	2,00
Restaurantes e hotéis	81 291	60 894	33,5	2,26
Transporte, armazenagem e comunicações	63 525	62 944	0,9	1,76
Outras actividades de serviços prestados	225 181	226 126	- 0,4	6,25
Intermediação financeira	102 637	205 953	- 50,2	2,85
Outros	359 324	194 904	84,4	9,98
Particulares	725 992	667 790	8,7	20,16
	3 601 262	3 235 016	11,3	100,0

(a) Inclui a actividade do BPN, S. A., e das suas unidades internacionais.

Em períodos de quebra do ritmo da actividade económica que temos vivido, a consistência da carteira de crédito das instituições é fortemente posta à prova. Pese embora o rigor que se tem posto na apreciação do crédito, bem visível pela evolução do crédito vencido, como nos mostra o quadro abaixo, foi criado um grupo de acompanhamento para tratar de forma adequada e intensa dos clientes de crédito que revelam dificuldades em cumprir com as suas obrigações.

Crédito vencido	Crédito vencido		
	2005	2004	2003
Crédito vencido/crédito total (percent.)	1,0	1,0	1,1

Private banking:

Ao terminar o seu sexto ano completo de actividade, o *private banking* atingiu um dos seus grandes objectivos quantitativos: vo-

lume de negócios a ultrapassar os mil milhões de euros. Mantendo uma cobertura do mercado nacional através de três sucursais, procuramos alargar a oferta dos nossos serviços a novos mercados no exterior.

Mantendo como lema a «Independência», «Rigor» e «Personalização», o ano que agora finda ficou marcado pela criação do CIP — Centro de Investimentos Private, em Agosto passado.

O objectivo na criação desta unidade é oferecer à nossa clientela, através do seu *private banker*, soluções de investimento adequadas ao seu perfil de risco e às suas expectativas de retorno, dotando ao mesmo tempo a nossa área de negócio com mecanismos de informação e acompanhamento personalizados.

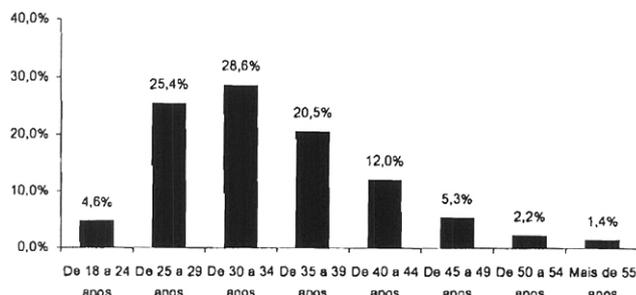
Para 2006, esperamos continuar com o crescimento sustentado do negócio, quer a nível doméstico bem como a nível internacional, atentos às oportunidades e às mudanças nos mercados que se apresentam como os de maior crescimento, de forma a continuar a afirmação do negócio de *private banking* no Grupo BPN.

Recursos humanos:

No final de 2005, o efectivo era composto por 1399 colaboradores (mais 4,9% que no ano anterior), aumento que reflecte o facto de se ter verificado o alargamento da rede comercial, da necessidade de reforçar o quadro na área tecnológica e satisfazer a algumas necessidades pontuais.

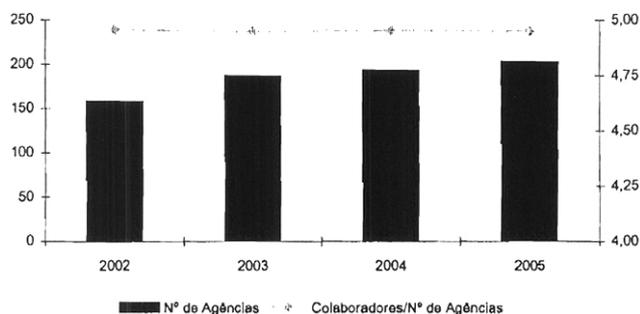
Esse efectivo era composto em 38% de mulheres e 62% de homens, com uma média de idade de 32 anos, sendo o escalão etário mais frequente o de 30 a 34 anos, com 29% total.

Estrutura etária dos colaboradores



Durante o ano de 2005 verificou-se a manutenção do número médio de colaboradores por agência, traduzindo assim uma melhor afectação e racionalização dos recursos humanos do Banco.

Número médio de colaboradores por agência



No quadro seguinte temos os principais indicadores de actividade do BPN, S. A., incluindo também a actividade das unidades internacionais.

Principais indicadores de actividade do BPN, S. A.

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	5 227 244	4 668 976	4 609 983	12,0
Situação líquida	403 686	358 921	281 642	12,5
Resultados líquidos (a)	41 761	18 998	17 619	119,8
ROE do BPN, S. A. (percentagem)	11,9	4,0	5,5	—
Ratio de solvabilidade do BPN, S. A. (percentagem)	10,3	10,9	10,6	—
Débitos para com clientes	4 032 757	3 682 678	3 922 831	9,5
Créditos sobre clientes	3 601 262	3 235 016	2 837 811	11,3
Número de colaboradores (b)	1 399	1 334	1 272	4,9
Número de agências	203	193	187	5,2

(a) Em 2005, o resultado apresentado inclui dividendos recebidos.

(b) Não inclui os colaboradores que estavam destacados no BPN Serviços, ACE.

Banca de investimento:

Banco Efisa:

O Banco Efisa, como banco de investimentos do Grupo BPN, vem desenvolvendo a sua actividade nas áreas de *corporate e project finance*, *private equity*, *emerging markets* e *international business development*.

Nestas áreas o Banco focaliza as suas actividades na prestação de serviços financeiros e produtos de banca de investimentos nomeadamente, em:

Assessoria financeira em fusões e aquisições, avaliação de empresas, *project e leverage finance* e consultoria financeira em geral;

Estruturas especializadas de financiamento sob a forma de empréstimos sindicados, «LBOs», crédito com recurso limitado e *trade finance*;

Private equity através de um fundo especializado gerido pelo Banco Efisa e também pelo uso directo do seu balanço;

Produtos de dívida titularizada, nomeadamente, obrigações e papel comercial;

Gestão de carteiras próprias de investimento e negociação.

O seu principal mercado alvo continua a ser Portugal, incluindo Continente e Ilhas, sendo também de registar as primeiras transacções na vizinha Espanha, mercado que foi prospeccionado activamente pelos originadores do Banco em 2005.

Também continuam a ser importantes os mercados emergentes do Brasil, Turquia, Índia, Angola, Moçambique, Botswana e Argélia onde o Banco detectou já algumas oportunidades interessantes de operações de banca de investimentos, tendo sido concretizadas algumas.

Relações internacionais:

Durante o exercício de 2005 o Banco Efisa expandiu e consolidou a sua actuação em alguns mercados internacionais em que tinha iniciado alguma actividade no ano transacto.

Em Moçambique, o Banco Efisa teve uma participação mais activa na vida do BDC — Banco de Desenvolvimento e Comércio dado que passou a ter assento no conselho de administração daquele banco em que, juntamente com outra instituição financeira portuguesa, detém uma posição accionista.

O Banco Efisa desenvolveu directamente alguns projectos no sector da banca de investimentos naquele país, sendo de destacar uma operação de assessoria e reestruturação de dívida levada a efeito em conjunto com a Corven (uma boutique financeira sediada em Londres) a um grupo económico com sede nas Ilhas Maurícias e que investiu em Moçambique, no sector açucareiro.

Em Angola, apoiou alguns investimentos de empresas portuguesas, pretendendo acompanhar de perto aquele mercado durante o ano de 2006, tendo em conta as suas grandes potencialidades.

Na Guiné-Bissau, através da sua participada, BAO — Banco da África Ocidental, S. A. R. L., o Banco Efisa levou a efeito algumas operações de financiamento estruturado e com risco mitigado para o Banco.

A Europa de Leste e o Brasil foram outros dos mercados em que desenvolveu bastante actividade durante o exercício de 2005, na sequência de alguns contactos iniciados durante os exercícios anteriores. Na Europa de Leste solidificaram-se contactos anteriores, estabelecendo-se outras ligações com eventuais parceiros e criando-se um portfólio interessante na área de *trade finance*. No Brasil obtiveram-se vários mandatos de assessoria na montagem de financiamento para transacções de grande envergadura e foram identificadas oportunidades de negócios nas áreas de energias renováveis.

O Banco teve também uma actuação na Índia onde foi convidado a participar no lançamento do Leverage Índia Fund LLC que, tendo estabelecido como objectivo inicial atingir o montante de 75 milhões de dólares, acabou por fechar com o montante de 153 milhões de dólares.

Ainda relativamente à Índia, o Banco Efisa tem analisado e vê com muito interesse o desenvolvimento de oportunidades nas áreas das

novas tecnologias, tendo já estabelecido contactos de grande interesse para desenvolvimento de negócios em parceria com as congéneres portuguesas.

A Argélia e a Líbia foram também mercados eleitos pelo Banco Efisa para desenvolvimento de oportunidades de negócio, na sequência dos contactos a alto nível que têm havido entre as autoridades desses países e de Portugal.

Tesouraria e mercados:

Na área financeira, o Banco continuou empenhado na gestão da carteira de investimento, composta por activos de qualidade e susceptíveis de contribuir positivamente para a margem financeira.

A originação de produtos estruturados com capital garantido, colocados através da rede comercial e do *private banking* do BPN, continuou a constituir um importante vector de actividade, proporcionando rendibilidades muito interessantes para os clientes.

A gestão da tesouraria e a prestação de serviços no âmbito do mercado cambial passou a ser assegurada numa óptica integrada, pelo BPN, mantendo-se os níveis de qualidade anteriores.

Corporate finance:

Nas operações de titularizações, há ainda a registar o apoio dado ao Grupo BPN numa operação de avaliação e venda da componente subordinada associada à última operação de titularização de activos (chaves 4).

Especificamente em matéria de mercado de capitais, o Banco Efisa prestou assessoria na montagem de mais duas emissões de Obrigações de Caixa para o BPN — Banco Português de Negócios, S. A., constituído em parte por dívida subordinada.

Na área de Project & Leveraged Finance, o ano de 2005, veio a confirmar a tendência já registada em 2004, de predomínio dos trabalhos de assessoria financeira no domínio das parcerias público privadas (PPPs) nos sectores de transportes, águas e saneamento, portos, energias renováveis e da saúde nomeadamente com os projectos dos novos hospitais.

No sector da saúde, a área do Project & Leverage Finance assessorou o Grupo Português de Saúde (GPSaúde) para os trabalhos relativos à estruturação das Propostas apresentadas no concurso para a PPP do novo Hospital de Cascais, a PPP para a gestão do Centro de Medicina e Reabilitação Física do Sul e também no âmbito do Concurso para a PPP do Hospital Universitário de Braga.

Na área de leveraged finance, de registar a estruturação da dívida sénior para o MBO/MBI das Clínicas Persona.

De realçar também o facto de o Banco ter concorrido para o papel de assessor financeiro no Concurso Público Internacional lançado pela entidade portuária d'Oran (Argélia) e, juntamente com a SCIC de Nova Iorque, no concurso público internacional lançado pela Botswana Power Corporation.

Na área de fusões e aquisições foram concluídos com sucesso durante 2005, os mandatos de assessoria à holding JAC, S. A., na aquisição do importante grupo farmacêutico nacional JABA, bem como a assessoria aos accionistas fundadores da empresa tecnológica portuguesa Ydreams, no âmbito de uma operação de angariação de financiamento (*fund raising*).

Corporate banking:

Dando continuidade aos esforços que o Banco tem vindo a desenvolver no quadro da assessoria financeira em operações de apoio ao investimento, reestruturações financeiras, montagem de financiamentos estruturados com mecanismos de cobertura de risco associados e ainda em operações de *trade finance*, o ano de 2005 continuou a ser marcado pela consolidação da posição do Banco nestas áreas de negócios.

Operações estruturadas:

No âmbito da montagem de financiamentos estruturados com colocação no mercado internacional, o Banco Efisa manteve a sua actividade no desenvolvimento de estruturas «feitas à medida», perfeitamente adaptadas às necessidades, para os seus clientes institucionais, sendo de destacar a concretização de três mandatos para a reestruturação do passivo bancário, da sociedade AdP — Águas de Portugal, SGPS, S. A., da EEM — Empresa de Electricidade da Madeira, S. A., e da Enemalta Corporation, empresa de capitais públicos produtora de electricidade em Malta. Adicionalmente e no âmbito da actividade de assessoria, o Banco Efisa também assessorou a Empresa de Electricidade da Madeira na obtenção de notação de *rating* público internacional de longo prazo, A1, atribuído pela Moody's.

O Banco Efisa actuou ainda como Arranger do financiamento de longo prazo à sociedade APRAM — Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, com aval do Governo Regional da Madeira.

A experiência crescente em operações nacionais e transfronteiriças concluídas nos últimos anos, têm permitido ao Banco consolidar o seu reconhecimento junto da comunidade financeira internacional como entidade especializada na prestação de assessoria financeira.

O Banco tem vindo a actuar igualmente no mercado brasileiro, apostando na prestação de serviços de assessoria na estruturação de operações financeiras de curto prazo, como é o caso de uma operação em curso, de desconto de recebíveis no valor global de 60 milhões de dólares, bem como a montagem de sindicato bancário internacional para o financiamento de aquisição de parte do capital em empresas actuantes no ramo imobiliário.

Assessoria a projectos de investimento/crédito ao investimento:

A carteira de crédito existente é fruto do contínuo apoio do Banco a clientes cujos projectos garantem boa rentabilidade e nível de risco aceitável.

Neste âmbito destaca-se a concessão de financiamentos para apoio ao investimento à CNE — Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S. A., Pararede — SGPS, S. A., Neoplástica América — SGPS, S. A., GPSaúde — Grupo Português de Saúde, LMB — SGPS, S. A., Casa da Sorte e Iberol — Sociedade Ibérica de Oleaginosas, S. A.

Destaca-se o trabalho de assessoria financeira na procura de parceiros estratégicos e montagem do financiamento sindicado a longo prazo à Iberol para apoio à construção do primeiro projecto de fabrico de biodiesel em Portugal com uma capacidade de produção de 100 000 toneladas por ano.

Em complemento à concessão de crédito, a área de assessoria financeira tem vindo a estar particularmente activa, com ênfase em processos de reestruturação, na definição de estruturas financeiras óptimas à concretização de investimentos, e na identificação de parceiros financeiros.

Uma área que tem igualmente merecido particular atenção do Banco é o sector imobiliário, com ênfase em projectos promovidos por investidores estrangeiros, com intervenção do Banco ao nível da componente de montagem de financiamento adequado à estrutura de capital/risco associado.

O Banco tem vindo também a estruturar e a participar em operações de papel comercial, sendo de destacar as participações nos programas de papel comercial para o GPSaúde — Grupo Português de Saúde.

Foram também realizados dois investimentos em fundos de investimento estrangeiros, no já acima referido Leverage Índia Fund, um fundo de investimento que teve como propósito o investimento, sob a forma de *private equity*, em empresas indianas e, também, no «The Sanctuary Building» estruturado com o intuito de investir no Sanctuary Buildings, com excelente localização em Londres e arrendado a um departamento governamental britânico.

Private equity:

No ano de 2005 a *private equity* do Banco Efisa analisou 51 novas operações e investiu um montante total de 8415 milhares de euros, dos quais 3451 milhares de euros directamente do balanço do Banco Efisa e 4964 milhares de euros através do FIQ Banco Efisa.

Dos investimentos feitos pelo Banco Efisa destaca-se o caso da Disperfum, S.L. no sector da venda de produtos de perfumaria e cosmética selectiva em Espanha. Este foi o primeiro passo no sentido da internacionalização do *private equity* do Banco Efisa.

Dos investimentos feitos pelo FIQ Banco Efisa salientam-se os na Carlife, Polimaia, Helvética, Avipronto, Corte Fino e SRE.

No tocante aos desinvestimentos é de referir a alienação parcial da participação na Unimed, bem como da participação total na Ensitel.

Em Setembro de 2005, realizou-se um novo aumento do capital do FIQ Banco Efisa no valor de 11 000 milhares de euros, tendo o mesmo passado de 18 500 milhares de euros para 29 500 milhares de euros.

IBD — International Business Development:

Esta divisão foi criada com o intuito de procurar sinergias com as outras áreas do Banco, numa estratégia concertada de desenvolvimento da actividade, com especial enfoque em mercados emergentes bem como em mercados mais tradicionais. O objectivo passa por replicar as competências chave e experiência das diversas áreas de actuação do Banco, nomeadamente *corporate finance*, *corporate banking*, *emerging markets* e *private equity*.

Dos vários projectos e mandatos realizados no exercício de 2005, destacam-se pela sua importância os seguintes:

O mandato para assessorar financeiramente a Neonet Brasil no âmbito do projecto de construção e operação comercial de um centro de serviços e conveniência empresarial no Aeroporto Internacional de São Paulo (Guarulhos);

O mandato para assessoria financeira à estruturação de uma operação de financiamento para a aquisição das quotas do empreendimento World Trade Center de São Paulo e outro para o desenvolvimento do projecto turístico Morro Branco Resort Hotel;

A montagem de uma operação de *swap* de taxa de juro para a cobertura do risco associado à taxa de juro do financiamento de 215 milhões de euros para a Carris;

Assessoria à reestruturação do refinanciamento da dívida da Enemalta — Eléctrica Estatal de Malta, já acima referida;

Na área dos B-Loans de salientar o convite do «BERD» para o Banco Efisa participar em diversas operações que aquele tem em balanço, com o objectivo de diminuir a sua exposição ao RZB;

Na área do *trade finance* destacam-se duas operações com a Gazprombank da Rússia e com o banco russo JSC Internacional Industrial Bank.

Principais indicadores de actividade do Banco Efisa, S. A.

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Varição 2005- -2004 (percent.)
Activo líquido	298 249	272 470	331 952	9,5
Situação líquida	25 527	24 282	22 552	5,1
Resultados líquidos	2 616	1 729	2 449	51,3
Margem financeira	4 630	5 229	5 845	-11,5
Débitos para com clientes	58 866	40 367	89 939	45,8
Créditos sobre clientes	203 468	202 139	257 928	0,7
Número de colaboradores	67	65	68	3,1

Gestão de activos e fundos de investimento:

BPN — Gestão de Activos:

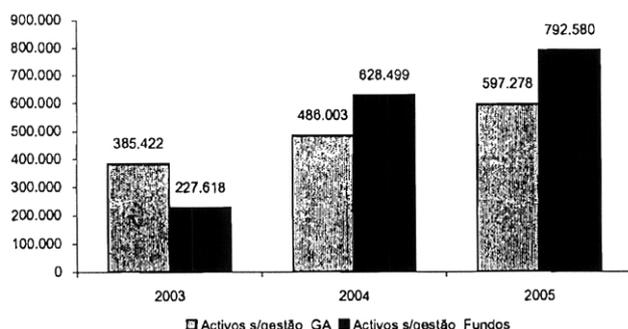
Este foi o primeiro ano de actividade da sociedade após a fusão ocorrida em 13 de Dezembro do ano anterior, exercendo a actividade de gestora de fundos de investimento mobiliários e de capital de risco, bem como de gestão discricionária de carteiras.

A actividade de gestão de activos mobiliários perpetuou em 2005, o bom nível de crescimento registado em 2004. A excelente *performance* da quase globalidade das classes de activos, funcionou como o grande catalisador da indução do investimento.

Concomitantemente, as excelentes condições de liquidez mantidas por um nível historicamente baixo das taxas de juro, estimularam igualmente a actividade.

Activos sob gestão

(Milhares de euros)



A BPN — Gestão de Activos registou em 2005, um crescimento da actividade de 25%.

A área da gestão discricionária, foi responsável por 40% deste aumento, tendo os fundos de investimentos mobiliários contribuído com 60%.

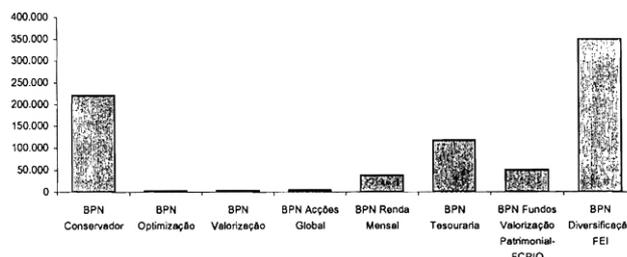
O volume sob gestão passou de 1 114 502 milhares de euros em final de 2004, para 1 389 858 milhares de euros a final de 2005.

O negócio de gestão discricionária registou em 2005 um crescimento de 23%. Este derivou maioritariamente de clientes institucionais. A actividade de fundos de investimento mobiliários, registou um crescimento de 26% no ano de 2005.

Na base deste forte crescimento acima dos 20% da actividade da BPN — Gestão de Activos, encontra-se, uma vez mais, o excelente desempenho dos seus diferentes produtos, numa relação harmoniosa risco/retorno.

Valor líquido global dos fundos mobiliários em Dezembro de 2005

(Milhares de euros)



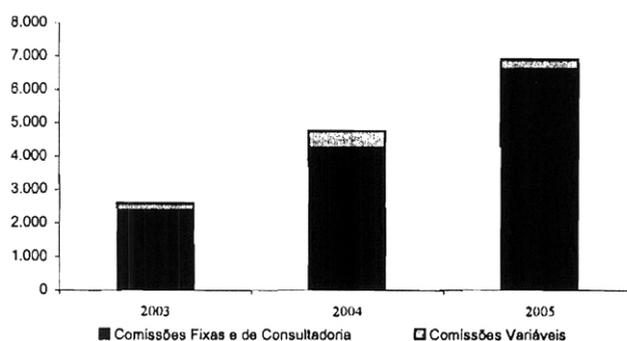
A sociedade voltou a ter dois dos seus fundos de investimento mobiliários, o BPN Tesouraria e o BPN Conservador, como os melhores no ano de 2005 para o período dos últimos 12 meses, para o primeiro, e 36 meses no caso do BPN Conservador. Estas duas classes de FIMs, representam uma fatia significativa dos volumes sob gestão de FIMs nacionais.

Em 2005 a sociedade registou um resultado depois de impostos de 3702 milhares de euros, um aumento de 73,2% relativamente ao ano anterior. Devido a este aumento dos resultados líquidos, a rentabilidade dos capitais próprios duplicou, atingindo 192%.

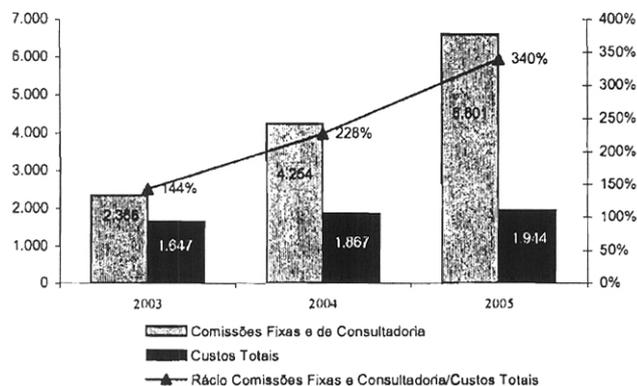
Em relação à facturação voltou a apresentar um crescimento elevado atingindo 6910 milhares de euros, o que representa um crescimento de 45,3% face a 2004. Este crescimento das comissões, resulta essencialmente de um aumento de 24,7% do montante dos activos sob gestão com o conseqüente crescimento das comissões fixas de 55%.

Evolução das comissões

(Milhares de euros)



Em termos de custos totais prosseguiu-se uma política muito rigorosa de contenção de custos, pelo que o respectivo aumento face a 2004, foi de apenas 4%. O elevado crescimento das comissões cobradas e a contenção de custos originaram que o *ratio* comissões fixas/custos totais (*ratio* de eficiência) continuasse a crescer, atingindo a notável expressão de 340% (em milhares de euros):



Ao nível das rubricas de balanço, o total do activo líquido registou um acréscimo de 20,8% face ao ano anterior e a autonomia financeira da sociedade em 31 de Dezembro de 2005, fixou-se em 79%.

Em anexo quadro com os indicadores mais relevantes dos últimos três anos:

Principais indicadores de actividade da BPN — Gestão de Activos, S. A.

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activos sob gestão	1 389 858	1 114 502	613 040	24,7
Activo líquido	7 076	5 859	3 767	20,8
Comissões totais	6 910	4 757	2 588	45,3
<i>Ratio</i> comissões fixas e consultad./custos totais (percent.)	340	228	144	—
Resultados líquidos	3 702	2 138	813	73,2
ROE (percent.)	192,0	95,2	37,6	—
Número de clientes — carteiras activas	524	530	451	— 1,1

BPN Imofundos:

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a BPN Imofundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., voltou a registar um aumento da sua actividade, na esteira dos exercícios anteriores.

Com efeito, em 31 de Dezembro de 2005, os activos administrados pela sociedade atingiram um valor global de 1 080 763 milhares de euros, um crescimento de 21,3%, correspondentes a 189 785 milhares de euros, em relação ao período homólogo.

Para esta *performance* foi determinante o crescimento de 23,2% registado pelo Fundo BPN Imonegócios e o aumento de capital efectuado pelo Fundo BPN Imoreal que permitiu que o seu valor líquido global crescesse 54,6%.

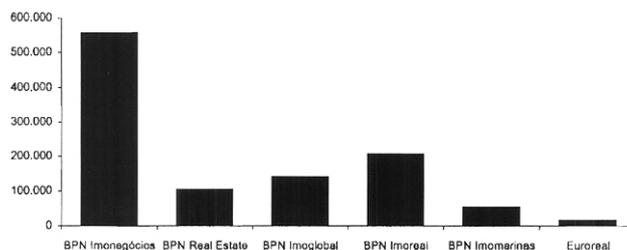
Para esta *performance* foi determinante o crescimento de 23,2% registado pelo Fundo BPN Imonegócios e o aumento de capital efectuado pelo Fundo BPN Imoreal que permitiu que o seu valor líquido global crescesse 54,6%.

Designação	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	Variação (percent.)
BPN Imonegócios	557 782	452 860	23,2
BPN Real Estate	105 191	106 131	— 0,9
BPN Imoglobal	140 377	132 424	6,0
BPN Imoreal	207 030	133 876	54,6
BPN Imomarinhas	53 924	52 795	2,1
Euroreal	16 459	12 892	27,7
Total	1 080 763	890 978	21,3

A sociedade, tem actualmente seis fundos de investimento imobiliário sob gestão, um fundo aberto, o Fundo BPN Imonegócios e cinco fechados, o BPN Real Estate, BPN Imoglobal, BPN Imoreal, BPN Imomarinhas e Euroreal.

Valor líquido global dos fundos imobiliários em Dezembro de 2005

(Milhares de euros)



Segundo dados da CMVM, em 31 de Dezembro de 2005 existiam em actividade 27 sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, que no seu conjunto administravam activos no valor de 8091,5 milhões de euros.

Este valor reflecte um crescimento do sector de 14,8%, quando comparado com os 7050,5 milhões de euros registados em 31 de Dezembro de 2004.

Como se poderá verificar pela análise do quadro seguinte a indústria tem apresentado um crescimento sustentado ao longo dos últimos seis anos.

Evolução da indústria dos fundos de investimento imobiliários

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de entidades gestoras	28	26	26	26	26	27
Número de Fundos abertos	20	19	14	13	14	15
Número de Fundos fechados	20	25	33	38	51	67
Total	40	44	47	51	65	82
VLG Fundos abertos (milhões de euros)	2 259,0	2 637,9	3 088,9	3 309,6	3 862,8	n. a.
Total (percentagem)	67,0	63,9	61,6	56,6	54,8	n. a.
VLG Fundos fechados (milhões de euros)	1 110,9	1 492,7	1 925,9	2 540,8	3 187,7	n. a.
Total (percentagem)	33,0	36,1	38,4	43,4	45,2	n. a.
Total (milhões de euros)	3 369,9	4 130,6	5 014,8	5 850,4	7 050,5	8 091,5
Taxa de crescimento (percentagem)	9,2	22,6	21,4	16,7	20,5	14,8

Fonte. — www.cmvm.pt.

Nesta data, não se encontra ainda disponível informação sobre o valor global de cada uma das categorias de fundos, no entanto é notória a manutenção de uma apetência do mercado pelos fundos fechados.

Com efeito, no final do ano 2005 existiam em actividade 67 fundos de investimento imobiliário fechados, um crescimento de 31,4%, quando comparados com os 51 em actividade no ano transacto. Este fenómeno, encontra-se associado à maior flexibilidade concedida pelo enquadramento legal que rege a sua actividade e, também, ao surgimento de novos fundos de investimento com políticas de investimento especializadas.

Ao longo do exercício de 2005 a quota de mercado da BPN Imofundos cresceu 0,6 pontos percentuais, fixando-se nos 13,2% em 31 de Dezembro de 2005, este valor permite que a BPN Imofundos permaneça como a segunda maior sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, em termos de activos sob gestão. A liderança do mercado continua na posse da ESAF — Fundos Imobiliários, com uma quota de mercado de 17,9%, e em terceiro lugar, com 11,7% surge a Fundimo.

O descrito aumento da actividade permitiu à sociedade registar um importante crescimento ao nível dos proveitos de exploração. Assim, em 31 de Dezembro de 2005 o total de proveitos da BPN Imofundos era de 9365 milhares de euros, dos quais 9210 respeitavam a comissões e 154 milhares de euros a juros de aplicações financeiras. Ou seja, as comissões representavam 98,3% do total dos proveitos.

Quando comparados com idêntico período no exercício anterior, verifica-se que os proveitos totais cresceram 29,9%, as comissões 30,3% e os juros em aplicações financeiras 53,2%.

O incremento da actividade traduziu-se também por um significativo crescimento dos custos operacionais da sociedade que registaram um crescimento global de 59,9%, quando comparados com o período homólogo de 2004, observando-se agora um valor total de 1341 milhares de euros. A sua rubrica mais significativa refere-se a outros gastos administrativos com um valor de 815 milhares de euros, mais 93,6% que o valor registado em 31 de Dezembro de 2004, seguindo-se-lhes os custos com pessoal com um valor total de 471 milhares de euros, os quais cresceram 30,5%, como resultado da contratação de quatro colaboradores para a sociedade ao longo do ano de 2004, e de um outro já no decurso do exercício de 2005. A BPN Imofundos dispõe agora de um total de 12 colaboradores.

A descrita evolução permitiu que, em 31 de Dezembro, fossem obtidos resultados antes de impostos de 8057 milhares de euros, tendo-se apurado 2208 milhares de euros de imposto sobre o rendimento, carga fiscal que determinou uma taxa efectiva de tributação de 27,4%. Assim, obtiveram-se resultados líquidos de 5849 milhares de euros, o que comparado com os 4554 milhares de euros registados no exercício de 2004, representou um crescimento do lucro líquido de 28,4%.

O total do activo líquido cresceu 22,3% face ao exercício anterior, registando em 31 de Dezembro de 2005 o valor de 8780 milhares de euros, dos quais 7500 milhares de euros correspondiam a aplicações em depósitos a prazo junto do Banco Português de Negócios, com vencimento ao longo do 1.º trimestre do ano de 2006.

Os fundos próprios da sociedade, apurados nos termos do aviso n.º 12/92, e considerando já a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2005, ascendiam a 1571 milhares de euros. Tendo em conta o disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 60/2002, de 20 de Março, aquele nível de fundos próprios possibilita a administração de fundos de investimento imobiliário até um valor próximo dos 1271 milhões de euros.

Principais indicadores de actividade da BPN Imofundos, S. A.

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005- -2004 (percent.)
Activo líquido	8 780	7 182	4 771	22,3
Situação líquida	7 522	6 120	3 866	22,9
Activos sob gestão	1 080 763	890 978	671 538	21,3
Resultados líquidos	5 849	4 554	2 637	28,4
ROE (percent.)	349,6	290,9	214,6	—
Núm. de participantes	12 014	9 947	6 257	20,8

Crédito especializado

BPN Crédito IFIC:

Após um período de reestruturação, que se afigurava fundamental para esta sociedade, inserida em mercados tão distintos como o financiamento automóvel, a locação imobiliária e de equipamento e o *factoring*, associado à profunda transformação das necessidades eviden-

ciadas pelo mercado, a BPN Crédito adoptou uma abordagem ao mercado por tipo de actividade.

Desta forma, a análise sectorial das diversas actividades da BPN Crédito IFIC, será feita pelas unidades de negócio (UN), acima referidas, procurando, antes de mais, perceber o seu enquadramento no respectivo mercado e a actividade desenvolvida em cada UN.

Financiamento automóvel:

Esta análise passará numa primeira fase, por entender o comportamento do mercado automóvel português, que a montante afecta de forma decisiva o crédito especializado auto, nomeadamente, o crédito ao consumo e a locação.

Após um período de recuo nas vendas de ligeiros em Portugal, o mercado automóvel conseguiu inverter esta tendência em 2004.

Em 2005, continuou a verificar-se um acentuar desta inversão, tendo o mercado dos veículos ligeiros crescido 1,6%. A situação é idêntica na categoria de pesados, embora apresentando um crescimento mais reduzido, cerca de 0,7%.

O comportamento do mercado automóvel foi determinado sobretudo pela desaceleração do crescimento da economia portuguesa, a qual por sua vez, tem subjacente a deterioração continuada da confiança dos consumidores e investidores. Um outro factor que tem obrigatoriamente que ser levado em conta é o elevado endividamento das famílias.

Deste modo, apesar de uma tendência de ligeira recuperação, o mercado automóvel apresenta ainda sinais de crise, sendo os factores determinantes para essa crise, além dos mencionados, o continuado desajustamento da carga fiscal para os veículos novos. Dada a previsão da manutenção do decréscimo do investimento, quer público, quer privado, e da continuada desaceleração do consumo público e privado, as tendências do mercado automóvel apontam para um crescimento nulo no mercado de ligeiros de passageiros, e um aumento, ainda que reduzido, na categoria de veículos comerciais ligeiros.

Crédito ao consumo automóvel:

As previsões para o sector de crédito clássico são de crescimento na linha do ano anterior, evidenciado assim uma tendência de recuperação iniciada em 2005, depois de um período de estagnação, que terminou no final de 2004.

De referir ainda, que do volume de negócios deste produto, cerca de 98% destinam-se ao financiamento de viaturas usadas, nacionais e importadas, que registam ao longo dos últimos anos uma atractividade crescente.

Locação automóvel:

Este mercado apresentou um crescimento em 2005, acompanhando assim a aceleração registada no ano anterior. O aumento da venda de viaturas em relação ao ano anterior pode ser considerado como o factor principal de incremento do volume de negócios em locação automóvel. Não obstante, o aluguer de longa duração mantém uma tendência de queda, embora ligeira, se se considerar o ano de 2003, registando desacelerações em total de frota e contratos novos, acima dos 20%.

Locação imobiliária:

A locação imobiliária continuou a progredir registando um crescimento de cerca de 20%, pelo que reforçou o seu peso no conjunto da actividade que era já de 32% em 2004.

Esta evolução, no quadro actual de desenvolvimento da economia portuguesa, superou as expectativas, revelando que a banca tem vindo a privilegiar o *leasing* em relação a outras formas de financiamento, designadamente o crédito mútuo. Trata-se claramente de uma opção não só resultante da maior segurança que oferece, mas sobretudo de prazos muito mais alargados que respondem melhor à situação económica do País.

Locação de equipamentos:

Este mercado, tal como em 2004, mantém a tendência de crescimento, na ordem dos 20%. São conhecidos os riscos associados a esta actividade, só minorados quando se trata de bens facilmente realocáveis mas que exige uma presença activa no mercado secundário desses equipamentos.

Factoring:

Tal como em outras actividades assiste-se a uma desaceleração do crescimento da actividade de *factoring* que se fixou em 13,2% em 2005, quando em 2004 o seu crescimento foi na ordem dos 20%.

No que toca à BPN Crédito IFIC, a evolução foi favorável pois a quota de mercado evoluiu de 2,2% em 2004, para 2,44% em 2005, graças a um crescimento superior ao registado nesta actividade, mas o mais significativo é o facto de para a quota de mercado assinalado, a quota de proveitos totais se cifrar em 4% (3,4% em 2004), bem acima do que seria de esperar e a evidenciar uma produtividade muito acima da média.

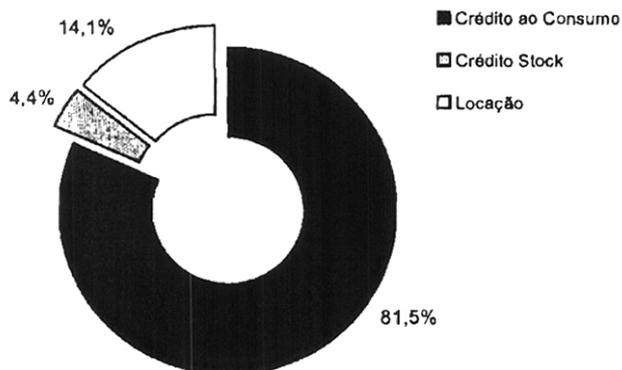
Actividade desenvolvida:

Financiamento automóvel:

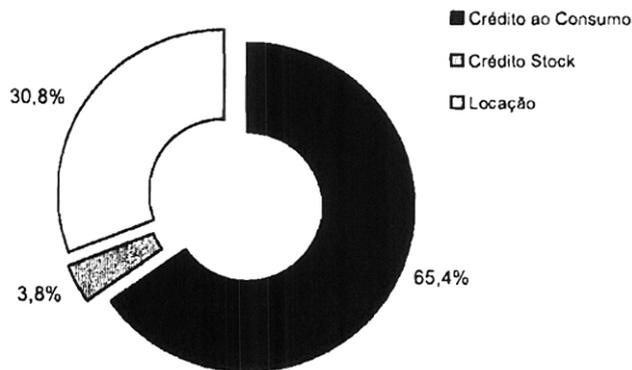
Na área do crédito especializado, o financiamento automóvel tem vindo a ser a aposta estratégica da BPN Crédito IFIC.

Em 2005 representou 12 593 contratos, no valor de 160 022 milhares de euros.

Financiam. automóvel por produto (número de contratos)

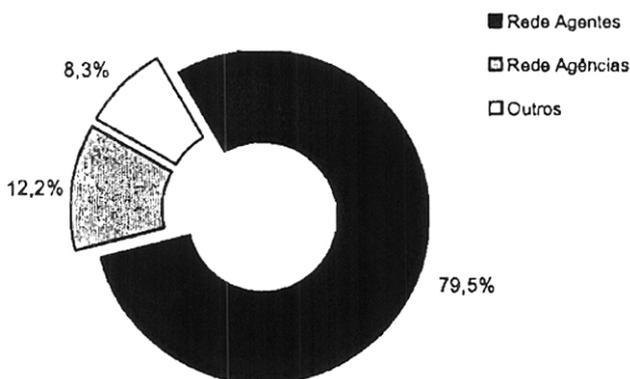


Financiam. automóvel por produto (valor financiado)

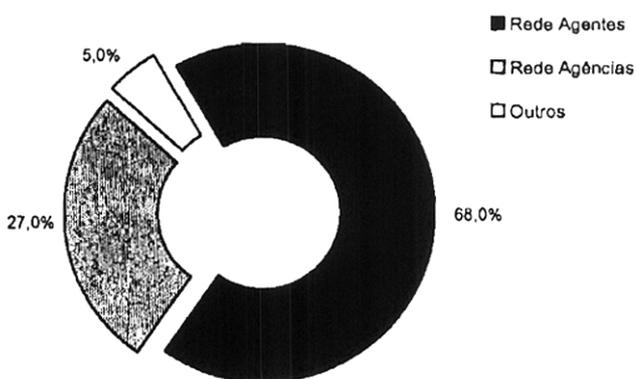


O crédito ao consumo, assume o principal relevo no financiamento automóvel, quer em número de contratos, quer em valor financiado, sendo o mercado de usados o principal responsável por essa produção.

Distribuição por redes de negócio (número de contratos)



Distribuição por redes de negócio (valor financiado)



Na rede agentes o negócio é essencialmente constituído por crédito ao consumo, com um peso de 88%.

Na rede Banco, o negócio é essencialmente locação, registando 98% da produção efectuada.

O negócio auto na rede agentes teve um incremento de 15% relativamente ao ano transacto, e na rede banco, um aumento de 5,3%.

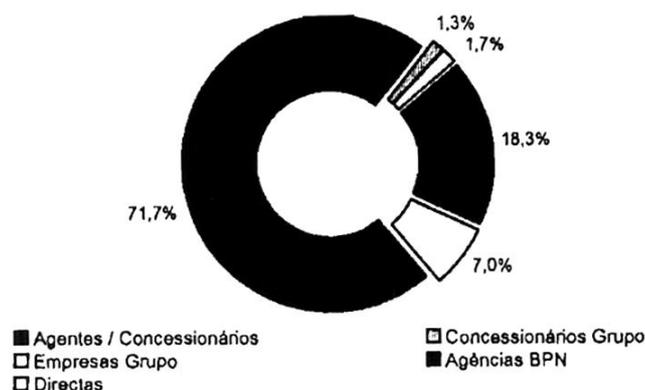
O principal responsável por este crescimento foi o crédito ao consumo, dado que a locação auto sofreu uma quebra de 4%.

Relativamente às agências BPN, o aumento do volume total de negócios foi de aproximadamente 3%.

De registar que o negócio angariado directamente pela rede, teve uma quebra de 14%, sendo compensada pelos negócios directos que tiveram um crescimento de 97%, o que indicia uma fidelização considerável dos nossos clientes.

O rigor na análise de crédito, com o objectivo de continuar a manter baixos níveis de risco, determinou uma taxa de aceitação global no segmento auto de 53,5%, portanto, relativamente baixa, mas que se tem revelado frutuosa, como se evidencia nas taxas de incumprimento abaixo dos 2%.

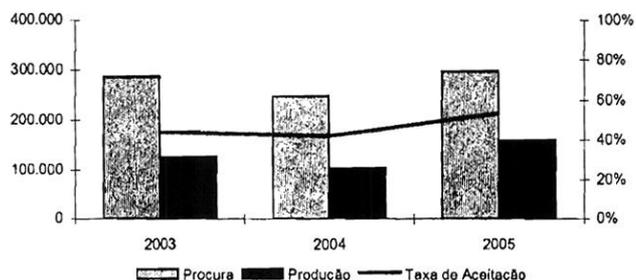
Distribuição por canais de angariação (valor financiado)



Nos agentes e concessionários, houve uma variação positiva de cerca de 15%.

Procura/produção

(Milhares de euros)



Leasing imobiliário:

Com um peso de 23% no volume total de negócios desta instituição, e face às suas características de apoio ao investimento duradouro, a rede banco é a principal responsável pela comercialização deste produto, totalizando mais de 95% dos negócios efectuados em locação imobiliária.

Não obstante a quebra de produção em 2005, o *leasing* imobiliário continua a ser estratégico para a sociedade.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	Variação (percent.)
Número de contratos	154	162	- 4,9
Valor financiado	32 532	52 204	-

Leasing de equipamentos:

Actividade desenvolvida quase a 100% pela rede Banco junto das Agências BPN apresentou também uma evolução negativa em relação ao ano transacto.

De salientar no entanto, que apesar de ter sofrido uma quebra em termos de valores financiados, teve um crescimento em número de contratos.

A colocação dos terminais de pagamento automáticos (TPAs) *Net Pay* por parte das agências BPN junto dos seus clientes, justificam o incremento muito forte no número de financiamentos, principalmente no 2.º semestre de 2005.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	Variação (percent.)
Número de contratos	1 224	658	86,0
Valor financiado	31 578	36 037	- 12,4

Crédito Lar:

Seguindo uma política já iniciada em 2004, a BPN Crédito continuou a reduzir o seu envolvimento neste tipo de financiamento, daí o decréscimo de 22% relativamente ao ano anterior. No entanto, a manutenção de alguns acordos anteriormente estabelecidos, permitiram um volume de produção de 10 327 milhares de euros, num total de 5716 contratos.

Factoring:

Encerrou-se o segundo exercício como BPN Crédito IFIC, com um volume de facturação tomada acumulado de 406 milhões de euros, o que representa um crescimento de 24,5% relativamente ao ano anterior.

Mais uma vez a rede comercial do Grupo BPN destacou-se no apoio e colaboração concedidas a esta direcção e a este produto, que no panorama económico reveste cada vez maior protagonismo.

Ainda se verifica algum desequilíbrio na distribuição geográfica da produção de *factoring* do Grupo BPN. No entanto, o empenho foi abrangente e o resultado final um sucesso comercial, traduzindo-se da seguinte forma:

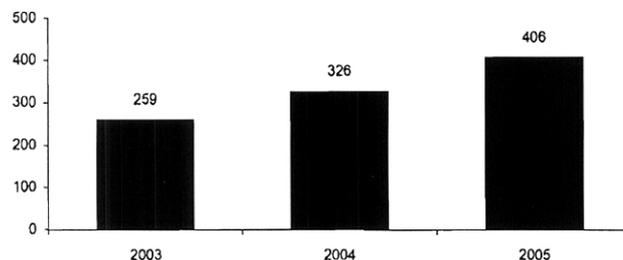
	(Em milhões de euros)		
	2005	2004	Variação (percent.)
Facturação tomada	406	326	24,5
Proveitos (juros + comissões)	5	4	11,4
Carteira de crédito	162	124	30,6
Financiamentos	123	93	32,3

A observação da evolução do nível de créditos tomados no último triénio é esclarecedor do nível do esforço desenvolvido pela rede comercial do BPN, fundamental angariador de negócio e operador privilegiado, mantendo a qualidade e o profissionalismo que nos habituou desde a constituição da direcção de *factoring* em 1999.

Assim, esta foi a evolução da actividade de *factoring* nos últimos três anos, em volume de créditos tomados:

Facturação tomada

(Milhões de euros)

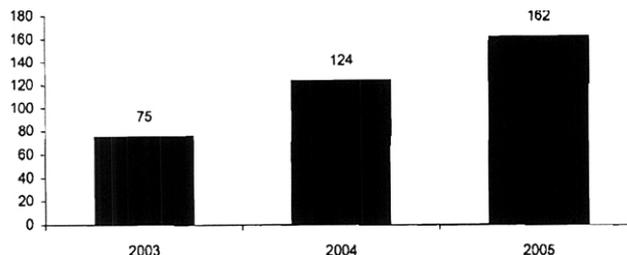


O crescimento de, cerca de 24,5% programado, continua a ser respeitado, pelo que se admite que a meta de mil milhões de euros de créditos tomados, a alcançar em 2009 parece realizável.

A carteira de crédito também evoluiu muito positivamente. Ao nível do número de contratos assistiu-se a um crescimento de 27% se comparado com igual período de 2004. Em valor absoluto e fruto da forma como correu a actividade este ano, a carteira de crédito aumentou cerca de 30,6%.

Carteira de crédito

(Milhões de euros)



O controlo do risco mantém-se como primeira prioridade pelo que se vai manter a política de não assumir operações de vulto e de redução do peso de operações associadas à construção civil, com prazos de pagamento a deteriorarem-se mais rapidamente, do que noutros sectores, embora esta tendência esteja a dar claros sinais de generalização.

Principais indicadores de actividade do BPN Crédito IFIC

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	584 999	522 133	558 360	12,0
Créditos sobre clientes	581 434	505 302	544 570	15,1
Resultados líquidos	9 917	8 290	4 335	19,6
ROE (percent.)	13,6	12,7	8,5	-

Fincor:

O ano de 2005 foi claramente positivo para a economia mundial, ainda que de abrandamento face ao ano anterior. As estimativas mais recentes apontavam para um crescimento da economia na zona euro de 1,3% em 2005, face aos 1,8% observados em 2004. Apesar de diminuto, o crescimento da zona euro encerra uma nota de optimismo, uma vez que no segundo semestre se registou uma aceleração face ao observado no conjunto dos primeiros seis meses.

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa terá crescido cerca de 0,3% em 2005, depois de 1,3% em 2004. O abrandamento da procura interna, de um ritmo de 2,1% para 0,6%, foi a principal razão subjacente à evolução da actividade económica em Portugal. Este comportamento da procura interna foi extensivo a todas as suas componentes, mas fez-se sentir mais ao nível do investimento que caiu cerca de 3%.

À excepção do mercado de acções dos EUA, todas as principais bolsas mundiais registaram variações positivas significativas, em resultado das condições favoráveis propiciadas pelo nível das taxas de juro de curto e longo prazo.

A bolsa portuguesa, medida pelo índice PSI20, valorizou 13,4%, o que ajudou à recuperação do volume intermediado em bolsa pelas corretoras portuguesas, que foi de 107,2 mil milhões de euros. Deste valor 55,6% corresponderam a transacções de acções, enquanto que 40,9% correspondem a transacções de dívida pública e privada. Das transacções sobre acções, o mercado português representou 61,7%, seguido pelo francês 11,2% e pelo espanhol 10,7%.

Os resultados líquidos continuaram a ser negativos, mas a evoluírem, nos últimos meses, na direcção que faz prever, sem grande margem para dúvidas, resultados muito positivos no próximo exercício.

Principais indicadores de actividade da Fincor — SGPS, S. A.

(Em milhares de euros)				
	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	17 633	10 510	13 812	67,8
Resultados líquidos	(231)	(767)	(970)	n. a.
Situação líquida	1 335	1 566	2 286	- 14,7
Lojas financeiras	14	19	18	- 26,3
Quota de mercado	10,5	7,0	10,0	-

Sector de seguros

Ramo Vida:

O sector em 2005:

O mercado segurador Vida cresceu, em 2005, 49,4%. Isto traduz uma nova aceleração face aos anos anteriores (18,2% em 2003 e 14,4% em 2004).

Os produtos de capitalização tiveram o maior crescimento do sector, com os prémios a ascenderem a mais de 6000 milhões de euros, o que corresponde a mais 67% dos prémios realizados no ano anterior. Este segmento passou a representar 67% do mercado segurador Vida português, sendo o único ramo que cresceu acima da média do mercado a par das operações de capitalização.

O volume de prémios referentes a produtos de poupança/reforma (PPR/E) aumentaram 15%, em 2005. Este ramo diminuiu, no entanto, o seu peso na carteira para cerca de 19%.

Real Vida Seguros:

A produção total directa da Real Vida Seguros, S. A., ultrapassou os 179 000 milhares de euros. Isto traduz um crescimento de cerca de 17% face ao ano anterior.

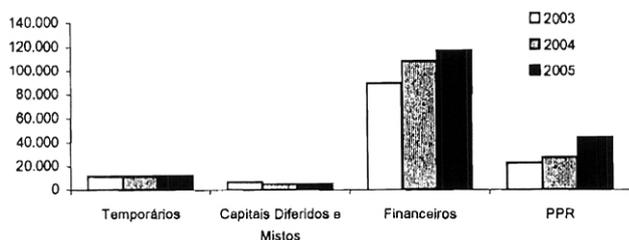
O ramo com maior preponderância continua a ser o ramo de produtos de capitalização que neste último ano cresceu menos do que a média, tendo os seus prémios evoluído 6,24%. A maior taxa de aumento dos prémios verificou-se nos produtos de poupança reforma/educação (PPR/E). Este ramo cresceu 61% em 2005.

Os produtos de risco e rendas aumentaram 13% o seu volume de prémios em 2005, valor este mais próximo da média da carteira.

A Real Vida Seguros, S. A., atingiu, em 2005, 2% de quota de mercado Vida. Apesar de ter registado uma pequena diminuição, a Real Vida Seguros apresenta, pelo terceiro ano consecutivo, uma quota de mercado superior aos 2%. De notar, ainda, que a quota actual equivale a mais do dobro daquela registada em 2000.

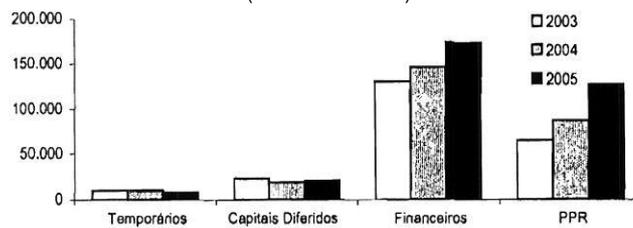
Prémios processados

(Milhares de euros)



Responsabilidades (provisões)

(Milhares de euros)



Principais indicadores de actividade da Real Vida Seguros, S. A.

(Em milhares de euros)				
	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	375 576	290 776	254 214	29,2
Prémios processados	179 084	153 400	131 063	16,7
Situação líquida	16 463	15 923	7 900	3,4
Resultados líquidos	707	597	603	18,4
ROE (percent.)	4,5	3,8	7,6	-

Ramo Não Vida:

O sector em 2005:

O conjunto dos ramos Não Vida cresceu, em 2005, 2,3%. Isto caracteriza um novo abrandamento no sector, uma vez que, pelo 4.º ano consecutivo o crescimento foi inferior ao do ano anterior (8,9% em 2002, 5,3% em 2003 e 3,5% em 2004).

O ramo de acidentes e doença foi o que mais cresceu no ano de 2005 (2,7%). A preponderância na carteira manteve-se praticamente inalterada, sendo em 2005 responsável por 31% da carteira não vida do mercado português.

O ramo automóvel registou a segunda maior taxa de crescimento (2,6%). O volume de prémios que este ramo gerou em 2005 representa 48% do mercado segurador não vida português.

O ramo de incêndio e outros danos em coisas manteve o seu «peso» na carteira não vida do mercado nacional (16%). O volume de prémios evoluiu favoravelmente em 2005, tendo obtido um aumento de 1,9%.

Nos restantes ramos, realce para o comportamento dos seguros de responsabilidade civil, que, após um crescimento de 16,3% em 2004, obteve, em 2005, uma regressão de 1,5% no seu volume de prémios.

A Real Seguros em 2005:

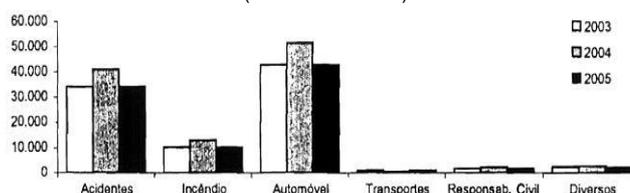
Em 2005 a Companhia assistiu, mais uma vez, ao reforço da sua importância relativa no mercado segurador nacional, e muito particularmente, no mercado segurador mundial, através da participação no primeiro processo de internacionalização como accionista de referência da NOSSA — Nova Sociedade de Seguros de Angola.

A produção total directa da Real Seguros, S. A., ultrapassou os 122 212 milhares de euros. Isto traduz um crescimento de 9,3% face a 2004, valor este quatro vezes superior ao registado pelo mercado (2,3%).

O crescimento do ramo automóvel foi, em 2005, de 9,1%. O volume de prémios de seguros de acidentes e doença cresceu 8,5%, continuando a representar um terço da carteira não vida da Real. O ramo de incêndio e outros danos em coisas obteve um crescimento superior à média da carteira da companhia, tendo evoluído 10%.

Prémios processados

(Milhares de euros)



A Real Seguros, S. A., atingiu, em 2005, 2,85% de quota de mercado Não Vida.

Este último ano perfaz o quinto com ganhos de quota de mercado. De notar, ainda, que nos últimos cinco anos a quota de mercado da companhia passou de 1,42% em 2000 para 2,85% em 2005.

Taxa de encerramento de sinistros (em número)

	Em curso		Abertos		Encerrados		Taxa de encerram. (percent.)
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	
Acidentes e doença	3 075	2 939	17 283	14 655	17 195	14 327	99,49
Incêndio	629	565	3 161	2 906	3 113	2 813	98,48
Automóvel	3 970	4 259	24 763	23 558	25 200	23 861	101,76
Transportes	59	47	189	183	179	185	94,71
Responsabilidade civil	390	180	712	439	514	416	72,19
Diversos	28	29	—	—	1	15	n. a.
Total	8 151	8 019	48 108	41 741	46 202	41 617	100,20

Principais indicadores de actividade da Real Seguros, S. A.

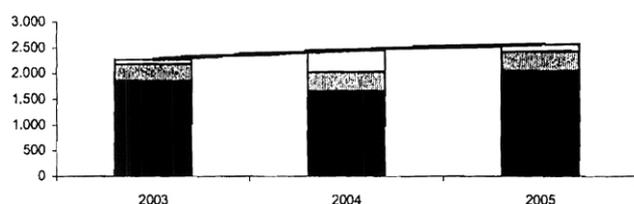
(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	167 665	142 282	123 288	17,8
Prémios processados	122 212	111 863	92 594	9,3
Situação líquida	33 022	24 683	26 890	33,8
Resultados líquidos	6 900	5 893	6 919	17,1
ROE (percent.)	26,8	23,9	25,7	—

Recursos humanos da BPN — SGPS, S. A.:

No final do exercício, o Grupo BPN — SGPS contava com um efectivo total de 2563 colaboradores, tendo sido efectuadas 601 novas admissões (incluindo as transferências interempresas do Grupo), registando-se assim, um saldo líquido de 114 colaboradores, o que representa uma taxa de crescimento do emprego de 4,7%, esse crescimento fez-se sentir em particular nas estruturas comerciais (com um crescimento de 6,35%) em detrimento das estruturas centrais (que evoluíram em 2,39%).

Evolução dos colaboradores — Grupo BPN



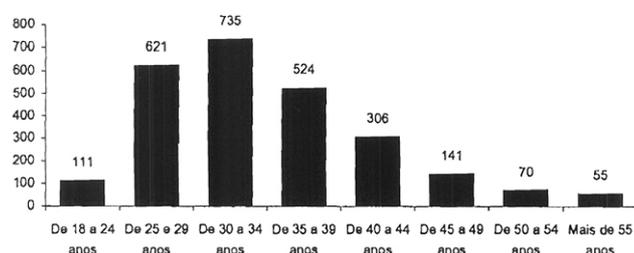
Os restantes elementos essenciais caracterizadores do emprego, apresentam grande estabilidade, não tendo sofrido alterações significativas em relação aos últimos exercícios:

Nível etário médio de 32 anos, e composição da população activa interna repartidos entre o sexo masculino (61%) e sexo feminino (39%);

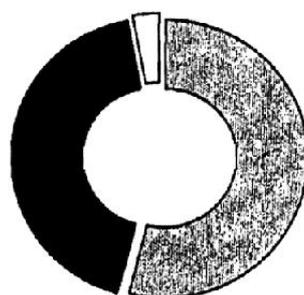
Bom nível de qualificações de base dos colaboradores, 43% dos quais tem formação superior;

No exercício de 2005, verifica-se um agravamento no nível do absentismo global (3,8%) e a manutenção da baixa taxa de rotação de saídas, excluindo as transferências interempresas do Grupo, o que reflecte a manutenção da existência de bom clima de motivação interna.

Estrutura etária dos colaboradores do Grupo BPN



Nível de habilitação literária dos colaboradores — Grupo BPN



- Ensino Secundário 54%
- Ensino Superior 43%
- Outros 3%

Recrutamento e selecção:

De acordo com a linha de tendência referida no relatório do exercício do ano anterior, assistiu-se a um incremento do recrutamento Interno, motivado pela procura de novos desafios dentro da organização, favorecido pela política do Grupo BPN, em proporcionar internamente um maior número de oportunidades aos colaboradores.

Por esta via, para além de soluções mais eficazes, contribuiu-se para o reforço dos laços e da motivação dos colaboradores. A informação agora disponível ao nível da formação profissional e gestão técnica, permitiu ao recrutamento, melhorar a análise do perfil de competências e conhecimentos, aumentando o grau de rigor e eficácia dos processos na selecção dos candidatos.

Para além das admissões de substituição/reposição ou resultantes do crescimento orgânico dos negócios, desenvolveram-se processos de recrutamento específicos, orientados para a regularização das necessidades geradas pelos diversos projectos transversais desenvolvidos no presente exercício pelo Grupo BPN.

Formação profissional:

Em termos globais, constata-se um substancial aumento do número de participantes (58,68%) e horas despendidas com a formação profissional (41,36%). O número de acções cresceu 13,58%, tendo os encargos com a formação evoluídos em apenas 6,54%, fruto das sinergias globais obtidas e da adopção de adequadas políticas de minimização de custos.

No exercício de 2005 o respectivo plano de formação estabeleceu como prioridades o reforço do desenvolvimento de competências críticas e incremento da formação no âmbito de aperfeiçoamento técnico, que se traduziu na execução de:

Programa de gestão, liderança e inteligência emocional, iniciado nos exercícios anteriores e destinado às chefias. Este programa que desde o seu arranque abrangeu todos os níveis hierárquicos do Grupo BPN, foi finalizado conforme previsto no decurso do 1.º semestre de 2005;

Programa de Negociação Estratégica de Orientação para Resultados (NEOR), destinado aos gestores de clientes da rede comercial do BPN, abrangeu cerca de 200 colaboradores.

Este programa foi finalizado no último trimestre de 2005 dando um importante contributo para o desenvolvimento de competências de negociação e venda, evidenciado na avaliação final do impacto desta iniciativa formativa.

Neste âmbito iniciámos a discussão dos resultados junto das estruturas comerciais no sentido de se criarem as condições para o adequado acompanhamento e continuidade do decurso do próximo exercício.

Execução de acções de formação técnica de âmbito interno, ao nível de temas e programas essenciais para o negócio tais como análise financeira, operações bancárias, crédito imobiliário entre outros;

Em relação à reciclagem e aperfeiçoamento técnico, merece especial destaque o desenvolvimento do projecto de implementação do ensino à distância no Grupo BPN.

Nesta matéria deram-se passos importantes para a introdução desta metodologia, tendo sido desenvolvido um curso piloto restrito com a finalidade de se construir a arquitectura de suporte ao *e-learning* e no último trimestre de 2005 finalizamos um curso experimental, composto por três turmas abrangendo mais de 50 locais de trabalho, visando testar a viabilidade global do processo e metodologia no BPN.

Pelo sucesso obtido (avaliação objectiva dos resultados) e plena satisfação dos participantes (questionários de avaliação da acção), cremos estarem criadas as condições necessárias para no próximo exercício consolidarmos internamente esta metodologia dinamizando assim a formação contínua dos nossos colaboradores, tendo em conta a dispersão geográfica dos nossos locais de trabalho, adequando para o efeito os sistemas internos indispensáveis para o alargamento de âmbito pretendido.

Para além dos aspectos acima referidos, demos continuidade aos demais programas de formação inicial, reciclagem e desenvolvimento de potencial habitualmente integrados no plano anual de formação.

Com base na informação disponibilizada pelo Sistema Integrado de Gestão das Avaliações (SIGA) e tendo em conta as competências definidas neste âmbito, iniciamos a estruturação de uma biblioteca de entidades e conteúdos formativos por forma a permitir enquadrar com mais eficácia acções para suprir os *gaps* diagnosticados.

Finalmente, em 2005 consolidamos a ferramenta de gestão da formação para controlo do investimento individual e global bem como na elaboração dos relatórios internos e legais.

No próximo exercício, perspectiva-se a consolidação da metodologia do ensino à distância, o desenvolvimento de competências técnicas face as prioridades definidas para os negócios e ao desenvolvimento de competências transversais e específicas estabelecidas no nosso sistema de desempenho.

Gestão técnica e desenvolvimento de RH:

Conforme referido no anterior relatório, no exercício findo avaliamos os resultados da *performance* individual a luz de um novo modelo, padronizando procedimentos ao nível das empresas do Grupo BPN, bem como testando o funcionamento da ferramenta de suporte *web based* associada.

Em 2005, demos um salto qualitativo importante, ao introduzirmos pela primeira vez no sistema de avaliação, a componente de objectivos, qualitativos e/ou quantitativos, reforçando assim uma cada vez maior orientação para os resultados.

Face à avaliação global efectuada sobre o funcionamento do sistema, introduzimos novas funcionalidades designadamente:

Auditoria informática relativamente à tomada do conhecimento da avaliação pelo colaborador, garantindo maior controle no processo das entrevistas de avaliação;

Migração automática de dados do Sistema de Informação de Gestão (SIG) para o Sistema Integrado de Gestão das Avaliações (SIGA) para registo dos objectivos quantitativos individuais da rede comercial BPN;

Parametrização de uma biblioteca de conhecimentos técnicos específicos por grupos funcionais;

Aumento da flexibilidade nas alterações de competências por empresa e gestão no sistema dos diversos ciclos de avaliação.

Com os novos instrumentos de trabalho e tratamento de informação estratégica sobre as pessoas, incrementou-se a interacção com a área do recrutamento interno na avaliação conjunta dos perfis dos candidatos e com a área de formação profissional no âmbito do diagnóstico dos *gaps* de competências e conhecimentos técnicos como base de preparação dos programas de reciclagem e aperfeiçoamento.

Em matéria de novos desenvolvimentos, iniciamos os trabalhos para a implementação do módulo de carreiras e sucessões e HRCharter — ferramenta de organização de informação estrutural sobre os RH.

Este projecto irá ser desenvolvido no decurso do próximo exercício, articulando a componente de gestão técnica com a formação profissional e incidirá na construção de perfis de carreira visando a identificação do potencial de evolução dos colaboradores numa óptica de desenvolvimento gradual de um plano de carreiras e sucessões.

Infra-estruturas e processos:

Sistemas de informação e tecnologias:

O ano de 2005 caracterizou-se pela optimização e consolidação, por parte da Direcção de Sistemas de Informação e Tecnologias (DSIT), das práticas resultantes da implementação, em 2004, de um conjunto de ferramentas e metodologias que visaram a optimização da eficiência e produtividade internos.

Tendo em consideração que a optimização da eficiência e produtividade é um processo contínuo, o ano de 2005 veio comprovar que o rumo definido foi o correcto, tendo como suporte os resultados alcançados e reconhecidos como sendo bastante positivos.

Além das actividades de manutenção, do suporte a mais de 12 empresas, 2500 colaboradores, 200 agências, edifícios centrais e mais de 90 aplicações de negócio, foram desenvolvidos um conjunto de projectos que permitem o suporte ao crescimento do negócio com ganhos efectivos de produtividade, de entre os quais se destacam:

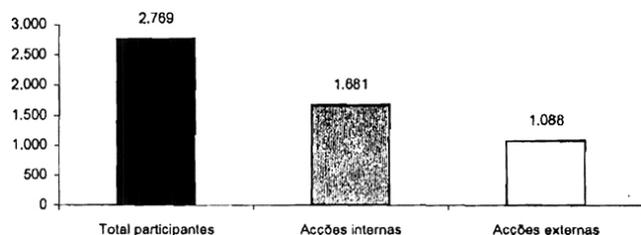
O programa de implementação de uma nova solução de *core banking* (Programa Adamastor) que permitirá criar as condições necessárias de suporte ao crescimento da capacidade de negócio dos Bancos do Grupo BPN, de acordo com as linhas estratégicas definidas, tendo sido elaborados os cadernos funcionais de suporte ao desenvolvimento da aplicação e «lançado» o concurso para a componente de contabilidade;

O projecto Nova Plataforma de *Front-End*, que se constituirá como um único *front* para todos os Bancos do Grupo e terá como objectivo a optimização das transacções de suporte ao negócio através da racionalização e automatização dos processos inerentes ao mesmo, tendo sido «lançado» o concurso para o desenvolvimento da solução e iniciada a fase de levantamento e optimização das transacções;

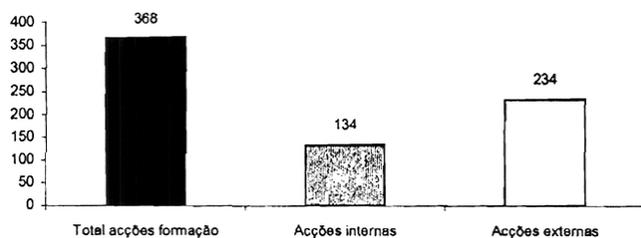
Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto «Infante», com o objectivo de racionalizar os processos do Banco, implementando medidas de aumento de eficiência e produtividade, não só numa base imediata (Quick Wins), como numa perspectiva de médio prazo, incorporadas no futuro *Front-End*;

O desenvolvimento da Rede NetPay, tanto ao nível aplicacional como infra-estrutural, constituiu matéria cuja prioridade se revelou primordial e justificou por si só uma percentagem muito significativa de ocupação de recursos, tendo sido implementado o serviço de aceitação de pagamento com cartões mediante terminais de pagamento

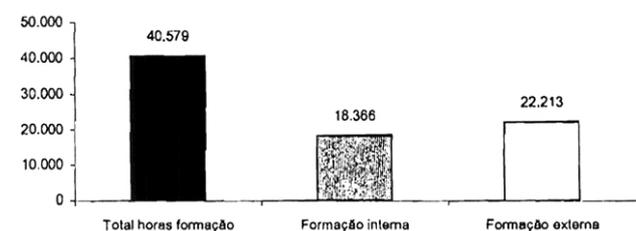
Participantes nas acções de formação — Grupo BPN



Acções de formação — Grupo BPN



Horas despendidas em acções de formação — Grupo BPN



automáticos para comerciantes, em concorrência directa com a Rede Unicre, até aqui detentora do monopólio nesta área de negócio;

O projecto Gestão Documental, que possibilitará uma gestão eficiente ao nível dos processos com base documental, reduzindo custos de arquivo e consumíveis, tendo já sido implementadas, neste contexto, a componente relacionada com o *Acquiring* e o suporte documental ao processo de abertura de conta;

O projecto «Intranet Corporativa» que, além de garantir o suporte à gestão e partilha de informação do Grupo, irá disponibilizar um *interface* que permitirá aos utilizadores a execução de tarefas diárias a partir de um ponto comum, tornando a sua execução mais eficiente e automatizada, tendo sido «lançado» o concurso respectivo, seleccionado o fornecedor e iniciados os trabalhos de desenvolvimento da solução;

A implementação da aplicação de Gestão de Oficinas de Tribunal, que permitiu reduzir substancialmente a intervenção humana neste tipo de actividade, introduzindo-se assim elevados níveis de produtividade por via da sua automatização;

Na área do Risco registam-se importantes desenvolvimentos, de entre os quais se destacam a conclusão do projecto Risco Operacional que constitui uma das peças fundamentais para que o BPN atinja os objectivos traçados no âmbito do acordo Basileia II e que tem como objectivo o enquadramento e registo de todos os eventos que geram risco operacional, habilitando, desta forma, uma gestão eficaz do risco e permitindo a implementação de medidas preventivas ou correctivas com base nas informações geridas e disponibilizadas. A implementação da aplicação relativa às Notações de Risco que veio possibilitar o controlo eficiente das atribuições de risco e de todo o ciclo de vida da correspondente notação num único repositório e os desenvolvimentos efectuados no âmbito do projecto «Grelhas de Balanço» que, integrado com o de Notações de Risco, possibilitará uma maior eficiência ao nível da gestão de informação relativa à análise de risco;

No âmbito dos sistemas de *Workflow*, além da reestruturação técnica executada, que permitiu um aumento de *performance* e estabilidade da aplicação, foram iniciados projectos com relevância nesta área como o projecto «*Workflow* de Crédito Imobiliário», que derivou da necessidade de uma maior celeridade e automatização na concessão do crédito à habitação; o projecto «*Workflow* de Crédito — Optimização e Backoffice» que tem como principais objectivos a revisão da arquitectura e o desenvolvimento de novas funcionalidades, dotando-o de mecanismos capazes de garantir a sua continuidade a longo prazo e o projecto Vigilâncias Especiais, que dotará o Banco de uma ferramenta que possibilitará a automatização e controlo do circuito de análise e decisão sobre o grau de acompanhamento a atribuir aos clientes;

Na área de pagamentos via Internet destaca-se a implementação do módulo MBNet que constituiu uma importante funcionalidade adicionada ao SAC, permitindo assim satisfazer uma crescente procura deste meio, seguro, de transaccionar na *Web*;

Na área de Mercado de Capitais destaca-se as tarefas de implementação e migração para a nova solução «Miner», tendo sido realizado o levantamento da situação actual, implementados os ambientes de desenvolvimento e qualidade e iniciado o mapeamento do processo de definição contabilística. Este projecto tem como objectivo a integração de todas as aplicações de *BackOffice* de Mercado de Capitais do Grupo num único sistema e a inclusão de novas funcionalidades que permitam uma maior robustez no suporte a esta área de negócio;

Na área de Estrangeiro destaca-se a implementação do módulo «Créditos Documentários de Importação», que possibilitou a automatização do tratamento deste tipo de crédito, aumentando assim a produtividade nesta área de trabalho;

No âmbito dos Canais Complementares foram reestruturadas as componentes de acesso e validação dos utilizadores que, a par com a reengenharia efectuada sobre os servidores transaccionais, possibilitou uma substancial melhoria nos tempos de navegação no BPN Interactivo e aplicações internas de suporte à actividade do Contact-Center;

A implementação da aplicação «Gestão de Promotores para a *Assurance*» que permitiu uma gestão eficiente no processo de adesão de novos promotores e a manutenção dos actuais;

O projecto ODD/WOP, que permitiu transferir as impressões para outro *outsourcer*, mantendo o mesmo tipo de tecnologia usada no BPN e aumentando significativamente o automatismo e segurança dos processos e respectiva contingência, quando necessária;

A implementação do módulo de «Gestão de Truncagem de Travellers Cheques da American Express», que permitiu operacionalizar o acordo celebrado entre a AMEX e o BPN, para a gestão deste tipo de valores;

O desenvolvimento do módulo de análise e reconversão dos planos de contas da Banca e Account Manager, do PCSB, para as NICs (IAS) com a aplicação dos vários critérios de migração identificados e as actividades relacionadas com a adaptação às regras no âmbito do acordo Basileia II, no que concerne à componente de «Scoring» e à implemen-

tação de uma Aplicação Central de Suporte;

A implementação do módulo de suporte ao Modelo de Imputação de Custos, que permitiu responder de forma automática às necessidades das várias Direcções neste âmbito e padronizar a informação a enviar aos sistemas de contabilidade analítica para imputação de custos no âmbito do ACE;

Foram ainda «lançados» os concursos para as aquisições de uma solução de «AML — Anti Money Laundering», que permitirá minimizar o risco relativo à associação a actividades de branqueamento de capitais, uma aplicação de «Gestão Administrativa de Processos de Pré-Contencioso e Contencioso» que irá permitir uma maior eficiência ao nível do tratamento deste tipo de processos e dotará o Grupo de informação de gestão útil neste contexto e um novo Sistema de «Gestão de Recursos Humanos» que irá possibilitar uma maior eficiência na gestão deste activo;

O projecto Middleware que dotará o Grupo BPN de uma infra-estrutura técnica de suporte aos diversos canais e a vários ambientes centrais, permitindo assim uma maior facilidade de integração das múltiplas aplicações, tendo sido «lançado» o respectivo concurso, seleccionado o fornecedor e iniciadas as actividades de desenho técnico da plataforma;

A instalação da nova versão, a 2.03, do actual sistema Core (Banca) que possibilitou a evolução tecnológica e a inclusão de novas funcionalidades no actual sistema.

Este foi um projecto caracterizado pela sua elevada criticidade, impacto e complexidade;

A transferência para *outsourcing* da operação e manutenção do sistema central, que possibilitou a disponibilização de recursos, até então afectos a esta actividade, para outras áreas de intervenção;

A renovação do parque tecnológico de todas as agências que, através da actualização dos equipamentos informáticos e a implementação do Windows XP e Windows Server 2003, permitiu aumentar a *performance* e os níveis de serviço das agências ao nível da sua componente tecnológica;

A implementação da Solução de *Billing* para IP e Telefonia Tradicional em todas as agências e edifícios centrais, que se espera que contribua significativamente para o controlo de custos com comunicações de voz fixa e respectiva redução;

A evolução da solução de *backup* que permitiu reduzir o tempo de processamento de *backup* e restauro em cerca de 50%, aumentando, ao mesmo tempo, a capacidade das máquinas de *backup* para fazer face às necessidades neste âmbito;

A «Reestruturação da Infra-estrutura Informática do BPN França», que habilitou o BPN França de todas as condições tecnológicas necessárias às suas necessidades actuais.

Aprovisionamento e logística:

Durante o ano de 2005 foi dada continuidade à implementação do projecto de Racionalização de Processos e Optimização de Custos, no âmbito das Áreas de Aprovisionamento e Logística da Área Financeira do Grupo, de que são de destacar os seguintes vectores de actuação com impacto na actividade do Banco:

Alargamento do processo de centralização de Compras e de Gestão de Contratos às Áreas de Sistemas de Informação e Tecnologias e de Instalações das Instituições Financeiras do Grupo;

Implementação de um conjunto de medidas de racionalização de processos ao nível do fornecimento de bens e serviços e da execução de tarefas administrativas, com impacto na eficiência e custo destas actividades de suporte à área comercial do Banco, designadamente através da melhoria dos procedimentos de requisição de bens e serviços aos serviços centrais e da instalação de equipamentos multifuncionais (equipamentos que centralizam as tarefas de impressão, cópia e envio e recepção de fax) nas agências do Banco e em alguns serviços centrais;

Substituição da solução de Impressão e Envelopagem de Documentos do Banco (extractos, notas de lançamento, etc.), com a mudança de *outsourcer* e a implementação de uma solução que assegura ao Banco uma maior rapidez, flexibilidade e autonomia relativamente aos fornecedores externos na execução destas tarefas;

Conclusão do projecto de alargamento às agências do Banco da solução de arquivo de documentos em *outsourcing* já implementada em 2004 para os serviços centrais, que irá permitir em 2006, a par da implementação de um novo normativo de Classificação e Arquivo de Documentos que se encontra em finalização, a existência, para todo o Banco, de uma solução global e integrada de arquivo;

Implementação de procedimentos que permitem otimizar os processos de aquisição e registo de equipamentos e *software*, através de uma solução implementada com recurso às Aplicações Navision e

Remedy, que permite uma melhor interligação entre a Área Informática, a Área de Compras e os fornecedores externos;

Continuação do projecto de optimização de custos de natureza administrativa com a tomada de um conjunto de medidas que permitiram em 2005, apesar do crescimento da actividade do Banco, uma redução dos gastos globais com o consumo de publicações, impressos e material de consumo corrente (redução em 2005, relativamente a 2004, em cerca de 29% no total dos gastos do Banco com este tipo de artigos).

Instalações:

Ao nível da área de instalações foi dada continuidade em 2005 ao esforço de modernização e melhoria das instalações das agências mais antigas do Banco, através da realização de obras de conservação e reparação.

Foi ainda implementada, nas agências situadas na zona norte do País, uma solução em *outsourcing* que envolve de forma integrada a manutenção corrente e periódica das instalações e dos equipamentos de ar condicionado, através da realização de um concurso no mercado e da contratação para o efeito de uma empresa externa. Para além de uma maior rapidez e eficácia no desempenho das tarefas gerais de manutenção das instalações das agências, esta solução permite ainda uma mais adequada racionalização dos recursos internos despendidos com aquelas tarefas.

Assuntos jurídicos e contencioso:

Com o objectivo de melhorar a capacidade e qualidade do serviço prestado ao Banco pela área de assuntos jurídicos e contencioso, foram implementadas várias medidas ao longo do ano de 2005, de que se destacam a substituição do *software* de suporte à actividade de Contencioso, a extensão da plataforma de *work flow* ao tratamento de operações de pré-contencioso e a implementação de uma plataforma informática que permite fazer a gestão automática da correspondência recebida dos Tribunais (SGOT — Sistema de Gestão de Ofícios de Tribunal).

Marketing:

Para além da actividade corrente desenvolvida ao longo de 2005, são de destacar as actividades desenvolvidas ao nível da reformulação da imagem dos cartões de crédito e de débito do Banco e as campanhas publicitárias de suporte ao lançamento de produtos no âmbito do BPN Auto, Crédito à Habitação e PPR/E.

Sistemas de controlo e de gestão de custos e investimentos:

Com a implementação da aplicação Navision (ERP) no BPN em 2004 e a introdução de alterações ao nível de alguns procedimentos internos, foi possível em 2005 a criação de novos automatismos nas funções de controlo da realização de despesas e de gestão das imputações a unidades de serviços internos e a unidades de negócio.

Em consequência, foi significativamente melhorada a informação sobre a eficiência e os gastos gerais das unidades de serviços internos e sobre a rentabilidade das unidades de negócio, factor essencial para assegurar a identificação de situações de ineficiência e a tomada de medidas pontuais ou estruturais de correcção das mesmas.

Ao nível dos Serviços Centrais, foi desenvolvido, em colaboração com a SLN e a empresa NLS, um estudo visando a implementação de metodologias de gestão com base no *balanced scorecard*, que envolveu a realização de testes numa aplicação informática desenvolvida por aquelas duas entidades e o desenvolvimento em 2005 de projectos-piloto em quatro direcções do BPN Serviços ACE (aprovisionamento e logística, banca directa, contabilidade e *reporte* institucional e selecção, formação e desenvolvimento de RH). Estes trabalhos realizados em 2005 deverão permitir em 2006 o alargamento deste projecto de implementação de *balanced scorecards* a todas as direcções centrais do BPN e do BPN Serviços ACE.

Projecto Basileia II:

Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade:

As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), emanadas pelo International Accounting Standards Board, têm como principais objectivos a convergência dos princípios contabilísticos nacionais e maiores transparência e comparabilidade da informação financeira divulgada pelas várias instituições.

De acordo com o artigo 4.º do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu n.º 1606/2002, as sociedades que tiverem valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado-membro deverão adoptar as IAS/IFRS na preparação das

suas demonstrações financeiras a partir de 1 de Janeiro de 2005. O regulamento obriga ainda à apresentação de um ano de comparabilidade, excepto no que respeita às Normas 32 e 39, respeitantes à apresentação de informação e contabilização de instrumentos financeiros e ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, respectivamente.

Através da carta-circular n.º 102/2004/DSB, o Banco de Portugal estabelece o regime a vigorar durante o exercício de 2005 para as instituições que não se encontrem abrangidas pelo artigo 4.º do Regulamento supra mencionado. De acordo com aquela carta-circular, as instituições não abrangidas pelo artigo 4.º do Regulamento n.º 1606/2002 poderão preparar as suas demonstrações financeiras no ano de 2005 nos seguintes termos:

- 1) De acordo com as IAS/IFRS;
- 2) De acordo com as Normas Contabilistas Ajustadas;
- 3) De acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB).

As instituições que optem, durante o exercício de 2005, pela elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em desconformidade com as IAS/IFRS deverão reportar ao Banco de Portugal o recálculo das mesmas, à data de referência de 31 de Dezembro de 2005, de acordo com aquelas Normas. Durante o exercício de 2005 o Grupo BPN continuou a preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com o PCSB. Não obstante, foram elaboradas demonstrações financeiras consolidadas pró-forma de acordo com as IAS/IFRS para avaliação do impacto da adopção daquelas normas contabilísticas no Grupo BPN.

O projecto de implementação das IAS/IFRS está praticamente concluído, encontrando-se essencialmente por finalizar as tarefas relacionadas com a adaptação dos sistemas informáticos do Grupo BPN nas seguintes áreas:

- 1) Nova matriz contabilista;
- 2) Reconhecimento de custos e proveitos de acordo com a taxa de juro efectiva dos activos (custo amortizado);
- 3) Reconhecimento de perdas por imparidade de crédito concedido.

Risco operacional:

O Grupo BPN encara como de importância estratégica o reforço dos sistemas de gestão do risco. Neste sentido está em curso um projecto que visa dotar o Grupo com um sistema evoluído de gestão de risco operacional em conformidade com as melhores práticas e respeitando os critérios estabelecidos no Acordo Basileia II para o método avançado de medição do risco operacional.

Para o efeito foi constituída em 2004 uma pequena equipa de trabalho, dedicada em exclusivo ao projecto e que se encontra a cumprir rigorosamente um plano de trabalho delineado no sentido de atingir os objectivos determinados pelo conselho de administração.

Durante o ano de 2005, prosseguiu-se com o esforço de implementação do projecto e uma vez concluída a tarefa de mapeamento de processos e riscos, procedeu-se à implementação e disponibilização às diferentes unidades da estrutura orgânica do «Módulo de Registo de Eventos», destinado à classificação e registo de eventos risco operacional.

A implementação do referido módulo foi acompanhada pela definição de procedimentos internos para a identificação, classificação, medição, registo e aprovação dos eventos de risco operacional.

A ferramenta instalada pelas suas características e funcionalidades permite, para além da constituição de uma base de eventos de risco operacional, o conhecimento em tempo real das ocorrências em qualquer unidade da estrutura organizacional. Os eventos enquadráveis em fraude são de imediato canalizados para a Direcção de Inspeção e Auditoria e os restantes eventos para a respectiva hierarquia permitindo assim a tomada imediata de medidas tendentes a reduzir o impacto dos eventos.

A equipa do projecto consciente que a implementação de novas metodologias de *reporte* e gestão do risco implicam o envolvimento e participação de todos os órgãos, assim como o desenvolvimento de uma cultura interna sensível ao risco, acompanhou a implementação do referido módulo com um esforço de formação e sensibilização que abrangeu todas as unidades da estrutura orgânica do Grupo.

Em 2005, foi também implementada uma aplicação destinada à monitorização do sistema de registo de eventos, possibilitando o controlo de todo o sistema e permitindo a elaboração de análise e reportes mais aprofundados relativamente às ocorrências.

Iniciou-se igualmente o desenvolvimento informático do «Módulo de Avaliação dos Riscos» que conjuntamente com o «Módulo de Acompanhamento e Tratamento dos Riscos» constituem os restantes módulos informáticos a serem desenvolvidos internamente que, de acordo com

os prazos previstos no plano director, deverão estar concluídos no 1.º semestre de 2006.

Refira-se que a definição das metodologias e dos respectivos módulos informáticos até à fase da modelização foram desenvolvidos internamente, encontrando-se validados por uma prestigiada empresa de consultoria internacional contratada no sentido de assegurar em todas as fases do projecto a conformidade com os princípios estabelecidos no Acordo de Basileia para os métodos avançados.

Risco de crédito:

O Comité de Basileia publicou em 2004 o documento «Convergência Internacional de medidas e *standards* de capital» (Acordo de Basileia II), em Setembro de 2005 o Parlamento europeu aprovou a Directiva de Adequação de Capital, abrindo caminho para tornar grande parte das disposições do acordo obrigatórias para os países da união.

O acordo é uma oportunidade histórica para a melhoria da gestão de risco em todo o sistema financeiro e de promover o alinhamento dos conceitos de capital económico e capital regulamentar.

O Grupo BPN, está a desenvolver o Projecto Basileia II, cujo objectivo é o de implementar as infra-estruturas técnicas e aplicacionais e uma estrutura organizativa de gestão e controlo de risco, adequados a suportar a calculatória dos requisitos de fundos próprios, segundo os critérios do Novo Acordo de Capital e a colocar as instituições financeiras do Grupo BPN ao nível das *best practices* dos bancos nacionais nos processos de análise, decisão e controlo dos riscos.

São marcos determinantes da realização do projecto no horizonte da entrada em vigor do Novo Acordo de Capital, e conforme o estabelecido no Plano Director:

A implementação de um novo modelo de segmentação da carteira, segundo as categorizações ou classes de activos do Basileia II;

A modelização do risco de crédito e a definição de regras e políticas de risco, para suporte do processo decisional e da estimação futura das PD, LGD e EAD e funções de cálculo de capital das diferentes classes de activos;

A melhoria da eficácia do processo de gestão e recuperação e cobrança do crédito;

A adequação do sistema de gestão de garantias e colaterais aos requisitos da mitigação do risco de crédito;

A implementação da infra-estrutura tecnológica (aplicação Basileia) de suporte à gestão e controlo do risco e ao processo de calculatória dos requisitos de fundos próprios e reporte institucional;

A implementação de processo de gestão de capital regulamentar e económico de acordo com os requisitos do Pilar II.

A gestão do risco no Grupo BPN:

O risco é parte integrante do negócio em que estamos inseridos, e nesse sentido, a gestão dos riscos de mercado e de liquidez assumem um papel preponderante na estratégia global do Grupo BPN.

Pese embora a nossa estratégia algo conservadora relativamente aos níveis de exposição a riscos de mercado, temos plena consciência de que associado ao crescimento da nossa actividade e à diversificação de produtos que transaccionamos, há um aumento de exposição a estes.

O próprio desenvolvimento, dinamismo e complexidade dos mercados financeiros e a nossa constante procura de soluções, com o intuito de apoiar os nossos clientes, são factores que indubitavelmente contribuem para o aumento dos níveis de exposição.

Após os investimentos efectuados em anos anteriores, quer ao nível dos sistemas de informação, quer ao nível de recursos humanos, o ano de 2005 pautou-se por uma consolidação das políticas de gestão e controlo de riscos, essenciais para um crescimento equilibrado e sustentado do Grupo.

No âmbito da gestão do risco, nomeadamente do risco de liquidez, há que destacar o trabalho desenvolvido no sentido da diversificação das fontes de financiamento do Grupo, factor preponderante para a mitigação desse mesmo risco.

Organização da gestão de risco:

A estrutura organizacional da gestão dos riscos de mercado e de liquidez no Grupo BPN, assenta, para além do CA, nos seguintes órgãos consultivos:

- Comité de Aplicações e Recursos (ALCO);
- Comité de Risco e Investimentos (CRI);
- Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT).

Esta estrutura tem vindo a demonstrar-se adequada e eficaz, e tem permitido aos vários órgãos executivos de gestão de risco do Grupo atingir elevados níveis de sinergia, com consequente elevação do controlo dos riscos de mercado no seio da nossa instituição.

Acreditamos que evoluímos no sentido da criação de uma cultura global de risco, de forma a melhor podermos enfrentar as exigências crescentes do mercado neste domínio.

O risco de liquidez:

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos à vista.

No Grupo BPN a boa gestão do risco de liquidez, sempre foi entendida como garante da actividade global da instituição e do seu crescimento. As medidas recentemente implementadas no sentido de tornar cada vez mais eficiente essa gestão, e que passaram pela integração das tesourarias, tiveram a sua continuidade no ano de 2005, com o culminar do processo de atribuição de *rating* ao BPN, S. A., e à BPN, SGPS.

Esta nova realidade é parte integrante de uma estratégia de diversificação de *funding* com recurso aos mercados financeiros internacionais que iniciámos no final de 2004 e a que demos continuidade durante 2005, com destaque para a emissão de um novo empréstimo sindicado de 130 milhões de euros com maturidade de cinco anos.

O sucesso atingido nas emissões efectuadas é demonstrativo de que estamos no caminho certo e que o objectivo de atingirmos patamares cada vez mais elevados de mitigação do risco de liquidez através da diversificação de recursos, seja na origem ou na maturidade, é perfeitamente atingível.

Em 2006 pretendemos dar continuidade a esta estratégia de diversificação.

Os outros riscos de mercado:

Os riscos de mercado poderão ser definidos como os riscos decorrentes da variação nos preços dos activos e passivos a que uma determinada carteira está sujeita.

No domínio dos riscos de taxa de juro e cambial mantivemos durante o decorrer do ano as políticas de cobertura para níveis de exposição enquadrados no perfil de risco desejado, e que pode ser definido como conservador.

A perfeita adequação entre os níveis de exposição aos riscos de mercado e a solidez financeira do Grupo, é a nossa referência. Os investimentos feitos no passado em estruturas logísticas e humanas de controlo e gestão de risco têm-nos permitido uma perfeita aferição da exposição global do Grupo a estes riscos.

No capítulo do risco de taxa de juro, a gestão e controlo é realizada sobre duas vertentes essenciais — carteira de negociação e carteira bancária —, com métodos de *reporte* e análise adequados às exigências internas e de supervisão.

Actividade das restantes empresas participadas

Novas tecnologias:

SLN Novas Tecnologias, SGPS, S. A.:

A SLN, Novas Tecnologias foi constituída por escritura pública em 18 de Setembro de 2001 e tem por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

No decorrer do exercício de 2005 a SLN, Novas Tecnologias adquiriu uma participação de 9% no capital da sociedade Bizfirst — business first consulting, Consultoria em Sistemas de Informação, S. A.

No final do exercício, a SLN — Novas Tecnologias detinha participações em cinco empresas, totalizando um valor de investimento de 15 749 milhares de euros.

Principais indicadores de actividade da SLN — Novas Tecnologias, SGPS, S. A.

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	50 694	49 244	50 218	2,9
Capitais próprios	7 128	7 158	8 353	-0,4
Result. do exercício	803	698	1 167	15,0
Admissões	80	77	66	3,9
Saldas	70	64	77	9,4
Número de colabor.	336	326	313	3,1

Datacomp — Sistemas de Informática, S. A.:

No âmbito do processo de reorganização do Grupo Datacomp, que teve início em 2003, destaca-se no corrente exercício a operação de fusão, na modalidade de fusão por incorporação na Datacomp, S. A. das participadas BV Data, S. A., Infobusiness, L.da, TGR, L.da, Deltalógica, L.da, e COMP3, L.da. A escritura de fusão foi celebrada no dia 2 de Novembro de 2005 e produziu efeitos contabilísticos à data de 1 de Janeiro de 2005.

Em concomitância com o decurso da fusão, e conforme planeado, foi deslocada para a participada Cagicomp a parte da actividade que era desenvolvida no seio da Datacomp, mas que tinha um enquadramento operacional mais adequado se incrementado no *core business* daquela sociedade. Assim, o negócio da Datacomp ficou focado em soluções de *software* e desenvolvimento de aplicações e a Cagicomp concentrou-se no fornecimento de *hardware* e todos os serviços associados.

Fruto da estratégia definida no ano anterior, a actividade em 2005 foi orientada para as áreas que diferenciavam o Grupo Datacomp pela competitividade da sua oferta, nomeadamente, *core banking*, meios de pagamento, gestão de tesouraria, mercado de capitais, *business intelligence*, *contact centers*, auto-identificação, terminais de pagamento automático e microinformática (estas três últimas desenvolvidas no âmbito da *Cagicomp*).

Este novo enquadramento estratégico permitiu obter, no final do exercício, um EBITDA de cerca de 1.456 mil euros. Conquanto o volume de negócios tenha decrescido para cerca 42% do valor de 2004, explicado quer pela divisão da actividade com a Cagicomp, quer pela selecção qualitativa das vendas, a realidade é que a empresa obteve 998 milhares de euros de resultados operacionais, por contraposição aos 351 milhares de euros negativos no exercício anterior.

Por outro lado, era também objectivo da gestão do Grupo Datacomp crescer no componente dos serviços. Assim, e no exercício de 2005, os serviços contribuíram com cerca de 47% para a facturação global do Grupo, sendo que em 2004 foram de 25% e, em 2003, situaram-se nos 15%.

Principais indicadores de actividade (a)
da Datacomp — Sistemas de Informática, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	16 091	24 340	21 396
Capitais próprios	2 042	1 746	4 815
Volume de negócios	6 092	14 559	20 922
Resultado do exercício	139	208	491

(a) Está incluída a Seac Banche, S.p.A.

Seac Banche, S.p.A.:

O presente exercício pautou-se sobretudo pela percepção das medidas e acções essenciais ao futuro do Grupo SEAC. Conquanto os resultados atingidos sejam negativos, este ano traduziu-se no necessário e indispensável enfoque dado a matérias tais como, projectos de desenvolvimento de novos equipamentos e funcionalidades adicionais, concepção de processos e reorganização de procedimentos logísticos e de assemblage, que visam a recuperação do estatuto da Seac Banche como importante *player* deste mercado.

Assim, foram promovidas diferentes iniciativas, com o intuito de adaptar a empresa aos novos desafios do mercado, procurando agilizar o seu *modus faciendi*, adoptando para o efeito, entre outras, uma estratégia de *outsourcing* de algumas das actividades que não integram o *core business* da sociedade, garantindo, assim, o controlo de todo o *know-how*.

No que diz respeito ao espaço europeu, não obstante a empresa ter aumentado significativamente a sua implantação em Espanha e França, a verdade é que alguns dos mercados tradicionais da SEAC, não registaram a evolução da procura que havia sido projectada. Assim, países como a Itália, a Alemanha, Portugal e o Reino Unido fizeram, de algum modo, reflectir as dificuldades económicas que se sentem por toda a União Europeia.

Em concomitância, existem negócios importantes cuja decisão foi adiada para o ano 2006.

Quanto aos EUA, em virtude de, por um lado, o actual portfólio estar inadequado às características deste mercado e, por outro, a insufi-

ciente rede de distribuidores e a existência de concorrentes com larga experiência no sector, contribuíram para que este exercício ainda não alcançasse resultados que permitam a recuperação do investimento feito.

Também o mercado brasileiro, para o qual estavam perspectivados alguns negócios, acabou por revelar não estar ainda suficientemente maduro para a adopção deste tipo de soluções. No entanto, existem fortes indicadores para um crescente volume de vendas para o próximo exercício, apostando a empresa em reforçar claramente a sua posição.

Principais indicadores de actividade da Seac Banche, S.p.A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	16 728	18 023	16 753
Capitais próprios	9 509	10 045	9 006
Volume de negócios	6 002	9 764	9 445
Resultado do exercício	(537)	1 039	347

I2S Informática — Sistemas e Serviços, S. A.:

Estando a actividade da I2S inteiramente focalizada no sector segurador e tendo este dado sinais francamente positivos em 2005, em linha com o restante sector financeiro, a evolução da empresa em 2005 foi também claramente positiva, como evidenciam os seus indicadores económico-financeiros.

Destaque para a evolução dos serviços prestados e ainda para os resultados operacionais com crescimentos de 20% e 46% respectivamente.

O volume de negócios, embora tenha registado um crescimento de 9,5%, viu a sua evolução prejudicada pela queda no volume de vendas em 20,5%.

A tendência do mercado para o fornecimento de serviços *outsourcing* incluindo serviços de *hosting* tem levado a uma redução acentuada nas vendas directas de equipamentos.

No plano técnico-comercial destaque para o lançamento da nova plataforma tecnológica do GIS Vida, já em fase de produção num novo cliente, e para a implementação do projecto E.GIS nas companhias de seguros não vida.

O rejuvenescimento tecnológico das aplicações GIS apresenta-se como de vital importância para o futuro das soluções GIS, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, nomeadamente no mercado brasileiro.

No âmbito de novos investimentos, destaque para a celebração de dois contratos de fornecimento e transferência de *know how* com a IBM Internacional, nomeadamente na área do IAA — Insurance Application Architecture e do HW — Insurance Information Warehouse.

Destaque ainda para o investimento na criação do NITEC — Núcleo Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no montante estimado de 417 milhares de euros, investimento co-financiado pelo programa PRIME em cerca de 50%.

Com a mudança para a nova sede concluiu-se a globalidade dos investimentos «pesados» em curso, nomeadamente em instalações e equipamentos, encontrando-se agora em fase de conclusão algumas obras de afinação.

No capítulo da qualidade, uma vez mais destaque para a consolidação do plano de gestão pela qualidade, com a introdução do plano de melhorias ao nível dos processos, com melhoramentos e simplificações introduzidas nos relatórios periódicos de controlo e acompanhamento.

Principais indicadores de actividade
da I2S — Informática Sistemas e Serviços, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	10 037	9 336	9 962
Capitais próprios	6 885	6 723	6 066
Volume de negócios	8 206	7 494	10 052
Resultado do exercício	1 731	1 312	1 497

NLS — New Link Solution:

As dificuldades do mercado mantiveram-se ao longo de 2005. A estratégia de diversificação foi e será fundamental. O efeito nos resultados faz-se sentir de modo estruturante e gradual.

Neste ano obtivemos a renovação do certificado de qualidade o que significa que os padrões de desempenho e de crescimento da produtividade foram mais uma vez atingidos.

O factor de qualidade de serviços e das soluções apresentadas aos nossos clientes de referência, foram a sustentação do volume de negócios da NLS. Mantivemos a nossa posição no mercado não obstante a recessão do sector.

No que concerne ao próximo exercício esperamos que a retoma se torne efectiva, para que as soluções e serviços disponibilizados pela NLS possam criar condições de crescimento sustentável no negócio da empresa.

Continuaremos a apostar na diversificação dos nossos núcleos de competências.

Principais indicadores de actividade da NLS — New Link Solution

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	4 196	3 730	3 650
Capitais próprios	1 093	967	835
Volume de negócios	7 311	7 515	7 058
Resultado do exercício	127	131	126

Easy Quick — Sistemas de Pagamento, S. A.:

A empresa foi criada para prestar o apoio, em meios técnicos e humanos, ao projecto de *acquirer* do BPN, no ano de arranque daquela actividade, acção que desenvolveu de forma exemplar.

Adicionalmente, compete-lhe apoiar a relação entre os aderentes e o Banco tendo, para o efeito, montado a correspondente estrutura com quadros que seleccionou e formou, aptos a responderem 24 horas por dia, sete dias por semana, com total satisfação.

Principais indicadores de actividade da Easy Quick — Sistemas de Pagamento, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	5 870	n. a.	n. a.
Capitais próprios	1 107	n. a.	n. a.
Volume de negócios	2 836	n. a.	n. a.
Resultado do exercício	607	n. a.	n. a.

Retailho automóvel:

SLN Car, SGPS, S. A.:

Sector automóvel:

O ano de 2005 fica marcado, no sector automóvel, pelo início do Block Exemption com a abolição da cláusula de localização em 1 de Outubro de 2005.

Relembre-se que a partir desta data, foram anuladas as cláusulas impostas pelos fabricantes de automóveis visando delimitar as áreas em que os distribuidores das marcas podiam exercer a sua actividade.

Assim, qualquer distribuidor de uma marca pode abrir livremente *stands* de vendas noutra zona do país ou noutra país comunitário, podendo também optar por *stands* multimarca.

O fim desta cláusula, devido à sua data recente, ainda não permite uma avaliação definitiva da mesma. No entanto, a filosofia que presidiu ao novo Regulamento mantém-se, ou seja um aumento generalizado da concorrência no sector.

Em termos de fiscalidade, 2005 fica marcado pela iniciativa do Governo, que alterou a base de tributação do Imposto Automóvel, reduzindo a carga fiscal incidente sobre os veículos ligeiros de passageiros que utilizem tecnologias menos poluentes. As novas regras, que entrarão em vigor em 1 de Julho de 2006, terão um novo factor de cálculo, de índole ambiental, representado pelo nível de emissões de dióxido de carbono indexado a escalões de emissões, que determinará o imposto a pagar.

Actualmente este valor é fixado apenas em função da cilindrada do veículo.

Para a União Europeia, a fiscalidade automóvel pode contribuir para a minimização dos impactos ambientais negativos resultantes da entrada em circulação dos veículos, reorientando a procura do mercado para veículos tecnologicamente menos poluentes. Segundo o Governo, as novas regras não irão agravar a actual carga fiscal incidente sobre a aquisição ou matrícula de veículos automóveis, limitando-se a redistribuir a carga fiscal para estimular a opção por veículos mais amigos do ambiente.

O sector aguarda, no entanto e ainda, pela reforma estrutural, em termos de fiscalidade automóvel. O Governo já anunciou estar a trabalhar nesta reforma, tendo sido anunciado que as sugestões dadas pelas associações do sector nesta matéria específica serão levadas em linha de conta.

Outra inovação, em termos jurídicos, foi a criação, a partir de 31 de Outubro de 2006, do documento único automóvel — Certificado de Matrícula — o qual substitui o livrete do veículo e o título de registo de propriedade. Este documento único contém um conjunto de avançados elementos de segurança física do documento, até então inexistentes, passa a poder ser solicitado junto de um serviço desconcentrado da DGV ou de uma conservatória e é enviado por correio para o seu titular.

Em relação às vendas no mercado nacional e em termos globais, o mercado de veículos ligeiros registou um crescimento de 1,6%. Em termos de viaturas ligeiras de passageiros, o mercado subiu 3% em 2005, sendo que este foi o 4.º pior ano dos últimos 18, após a liberalização do mercado automóvel. Em relação ao mercado de veículos comerciais ligeiros, este apresentou em 2005 um decréscimo de 2,1% relativamente a 2004. As vendas de viaturas pesadas subiram 0,7% no último ano (+ 12,6% para os pesados de passageiros e - 2,1% para os pesados de mercadorias).

O comportamento do mercado automóvel foi assim determinado, mais uma vez, pelo não crescimento da economia portuguesa, que origina queda na confiança dos consumidores e aumento/manutenção do endividamento.

As previsões para 2006 não são as mais optimistas, sendo que a Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) aponta para um crescimento nulo do sector, o qual será determinado por um decréscimo de 0,2% do mercado de veículos ligeiros de passageiros e por um ligeiro acréscimo de 0,7% do mercado de veículos comerciais ligeiros. Razões para estas estimativas passam pela manutenção do decréscimo do investimento e pela manutenção da desaceleração do consumo.

Actividade em 2005:

Os quatro distribuidores detidos a 100%, directa ou indirectamente, pela SLN Car (Coimbracar, Portalegreacar, Miatacar e Garagem Lopes) atingiram um volume de facturação de 29,8 milhões de euros o que representou um acréscimo de 1,9 milhões de euros (+ 7%) em relação ao ano anterior. Este acréscimo foi suportado com base na venda de viaturas novas e usadas que atingiram os 24,4 milhões de euros, as quais tiveram assim uma subida de 2,3 milhões de euros (+ 11%) em relação a 2004.

Em termos de viaturas novas, os quatro distribuidores acima indicados venderam em 2005 1593 unidades (2004: 1149 unidades) e em termos de usados atingiram as 808 viaturas (2004: 748 unidades).

O serviço de após-venda, sinal também da crise económica, teve uma queda na sua facturação, embora a sua margem tenha apenas caído 75 mil euros, o que representa uma diminuição de 3%.

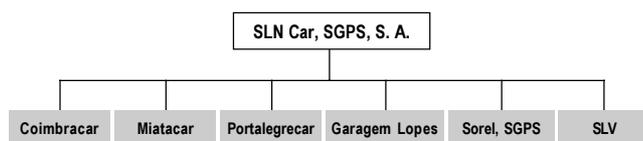
O resultado líquido conjunto dos quatro distribuidores que apresentava em 2004 um prejuízo de 269 mil euros, teve agora um resultado positivo de 32 mil euros, o que representa um acréscimo de 301 mil euros, sendo que é de realçar que a rubrica de resultados extraordinários, no conjunto das quatro empresas, baixou 263 mil euros.

A participada Sorel, SGPS, onde a SLN Car tem uma participação de 19,5%, atingiu em 2005 os 152,6 milhões de euros de volume de negócios, sendo que no ano anterior esse montante tinha chegado aos 133,8 milhões de euros, tendo-se registado assim um aumento de 14,1%. O Grupo Sorel vendeu no total 7050 viaturas novas (2004: 6271 viaturas) e 2814 viaturas usadas (2004: 2102 viaturas). No total, houve um aumento de 12,4% nas viaturas novas e 33,9% nas viaturas usadas.

Com os números apresentados, o Grupo Sorel conseguiu um EBITDA positivo (pelo segundo ano consecutivo) de 3,555 milhões de euros, contra os 1,364 milhões de euros apresentados em 2004, o que representa um acréscimo de mais de 160%.

Em relação à participada SLV — Sociedade de Leilões de Veículos, S. A. (51%), o seu volume de facturação atingiu os 2,2 milhões de euros em 2005, tendo atingido um resultado líquido de 92 mil euros.

Em 31 de Dezembro, temos o seguinte quadro:



Os resultados positivos obtidos nas diversas participadas repercutiram-se na própria SLN Car, que de um prejuízo de 727 mil euros em 2004, passou para um lucro de 196 mil euros em 2005. A nível desta *holding*, assistiu-se ainda a uma racionalização dos meios humanos e físicos ao seu serviço, o que se traduziu numa efectiva redução dos Gastos Gerais Administrativos, sem qualquer perda de eficiência.

Principais indicadores de actividade da SLN Car, SGPS, S. A.

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005- -2004 (percent.)
Activo líquido	19 131	13 955	9 080	37,1
Capitais próprios	1 693	1 777	2 290	-4,7
Result. do exercício	196	(727)	(934)	126,9
Admissões (a)	40	6	9	566,7
Saídas	19	8	19	137,5
Número de colabor.	139	118	120	17,8

(a) Inclui os colaboradores da SLV.

Coimbracar — Sociedade Comercial de Automóveis, S. A.:

Em 2005, a marca representada pela Coimbracar, a Mitsubishi, teve uma quebra nas vendas que atingiu os 9%. Embora a venda de veículos ligeiros de passageiros tenha subido 3,4%, já no segmento de veículos comerciais ligeiros, o maior e mais importante para esta marca, a queda nas vendas foi de 16% em relação ao ano transacto.

Assim, a Coimbracar encerrou o ano com uma quebra no volume de negócios que atingiu os 21%, essencialmente pela diminuição na venda de viaturas novas. Esta queda é justificada não só por razões ligadas à marca e explicadas no parágrafo acima, como ainda por uma selecção criteriosa dos negócios, com uma redução assumida, do risco da sua carteira de clientes.

De assinalar que se a venda de viaturas novas caiu, já a venda de viaturas usadas teve um acréscimo de 11% em termos de unidades, relativamente a 2005.

Os valores apresentados pelo após-venda seguiram a mesma tendência dos últimos anos, embora com quebras inferiores, em termos percentuais, a anos anteriores.

Este fenómeno não é mais do que a inevitável consequência de anos consecutivos de forte quebra de vendas de viaturas por parte da marca, a qual não foi capaz de apresentar argumentos comerciais, nomeadamente de produto, para responder às alterações fiscais ocorridas em 2001 e, que garantissem um parque circulante, da marca, estável ao longo dos anos.

Apesar de uma quebra do negócio, convém realçar o valor dos resultados operacionais que atingiu os 103 mil euros, acréscimo superior a 150% em relação a 2004, e que resulta essencialmente de uma elevada contenção de custos, de um acréscimo dos proveitos suplementares, bem como de um enfoque na gestão de *stocks* e do risco da carteira de clientes. Também os encargos financeiros diminuíram em relação a 2004, o que conjuntamente com os resultados operacionais representa uma melhoria nos resultados correntes de cerca de 300 mil euros. De referir que os resultados extraordinários diminuíram 110 mil euros, o que comprova a menor dependência desses resultados para obter uma melhor *performance*.

As perspectivas para 2006 estão relacionadas com o lançamento da nova L200 e L200 Strakar, esperando-se que num futuro próximo a marca complete o seu *mix* na gama de passageiros. Em relação ao após-venda, a Coimbracar implementou já, em meados de Outubro de 2005, novos preços de mão-de-obra e reduções nos descontos comerciais, actos que foram aceites pelo mercado com normalidade, já com efeitos práticos no volume de negócios do último trimestre de 2005 e que irão influenciar definitivamente a *performance* de 2006. A empresa seguirá ainda uma linha de continuidade no que diz respeito à racionalização dos seus custos.

Principais indicadores de actividade
da Coimbracar — Sociedade Comercial de Automóveis, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	5 953	5 954	5 429
Capitais próprios	1 499	1 789	1 356
Volume de negócios	5 991	7 549	7 649
Resultado do exercício	(111)	(259)	(320)

Portalegre — Sociedade Comercial de Automóveis, S. A.:

Tal como a Coimbracar, também a Portalegre ressentiu-se da marca que representa, tendo o seu volume de negócios registado uma quebra de 9%, à semelhança, aliás, do que se passou com a própria marca Mitsubishi.

Apesar de tudo, o impacto da queda do volume de negócios, foi atenuado por um excepcional desempenho na actividade de venda de viaturas usadas, a qual apresenta ainda um potencial de margem de comercialização bem maior.

A semelhança do que se passou nas viaturas novas, também os serviços de após-venda evidenciaram uma *performance* aquém dos valores manifestados fruto também da crise económica e em particular do sector específico da agricultura com um peso elevado na região. Tal como nas outras empresas da SLN Car, também aqui foram implementados no último trimestre do ano novos preços de mão-de-obra e reduções nos descontos comerciais, acompanhando o preço praticado pelos diversos concorrentes a operar na zona do Alentejo.

Mesmo com a diminuição do volume de negócios, a sociedade conseguiu apresentar resultados operacionais de 64 mil euros. Embora os custos financeiros tenham subido em relação ao ano transacto, a Portalegre conseguiu ter resultados correntes positivos ao contrário de 2004 em que tinham sido negativos. Houve ainda uma redução dos resultados extraordinários em 161 mil euros.

Para 2006, os objectivos da Portalegre passam pelo incremento da actividade bem como pela contínua racionalização de custos numa linha de continuidade relativamente a 2005.

Aguardam-se ainda melhores resultados devido ao consolidar dos modelos lançados em 2005 e dos novos argumentos comerciais com o lançamento da nova L200, ainda no primeiro semestre de 2006. No após-venda, com as alterações já expostas acima, espera-se uma melhor *performance* neste ano, até porque estas modificações, pelos dados do último trimestre, foram aceites pelo mercado com normalidade.

Principais indicadores de actividade
da Portalegre — Sociedade Comercial de Automóveis, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	1 828	1 790	1 683
Capitais próprios	206	212	63
Volume de negócios	5 024	5 498	5 176
Resultado do exercício	(8)	(71)	(20)

MiataCar — Comércio de Automóveis, S. A.

As marcas representadas pela sociedade, Hyundai e Mazda, tiveram em 2005 uma *performance* negativa no mercado nacional. Assim, a Hyundai encerrou o ano com um decréscimo de 21% nas quantidades vendidas em Portugal. No caso da Mazda, após dois anos extraordinários de vendas, com um rejuvenescimento da gama de produtos e afirmação no mercado, o ano de 2005 representou um decréscimo de 12% nas vendas, comparativamente a 2004.

Depois do excelente desempenho da MiataCar registado em 2004, que se verificou através de um crescimento do volume de negócios de 38%, também os valores conseguidos no ano de 2005 merecem destaque, quando comparados com os valores de anos anteriores, tendo em conta a conjuntura económica que afectou bastante o mercado automóvel durante 2005.

Apesar da quebra de 15%, pode concluir-se que a MiataCar teve uma *performance* relativamente positiva, se atendermos aos valores e quebras apresentadas pelas outras marcas e pelo sector automóvel em geral. Poder-se-á considerar que 2005 significou a afirmação da MiataCar no mercado automóvel do distrito de Coimbra, tendo em

conta a consolidação dos valores conseguidos e o desempenho demonstrado.

Em relação às viaturas novas, a sociedade registou uma queda de 23% no número de unidades vendidas, essencialmente na marca Hyundai, já que em relação à marca Mazda deve-se salientar o aumento de 3% das quantidades vendidas de viaturas novas, tendo assim a concessão obtido uma *performance* regional bem superior à verificada pela própria marca no mercado nacional.

As quebras nas vendas de viaturas novas da MiataCar registadas em 2005 reflectem-se também directamente nos serviços de após-venda os quais registaram uma quebra de 7%. Convém salientar que apesar da conjuntura económica que afectou gravemente o sector, assim como a implementação de uma gestão mais rigorosa da carteira de clientes, os valores facturados nas peças e oficina superaram bastante os registados em 2003.

O esforço e empenhamento na melhoria das actividades que representam não só o cerne do negócio, mas também de serviços associados com grande rentabilidade como é o caso das comissões por angariação de financiamentos, foram responsáveis por uma melhoria dos resultados operacionais em cerca de 50 mil euros, o que corresponde a um acréscimo na ordem dos 250%. Por via desta melhoria, a MiataCar consegue em 2005, contra todas as dificuldades do mercado apresentar um resultado ligeiramente positivo.

Para 2006, a sociedade conta com vários argumentos comerciais proporcionados pelas marcas que representa. Assim, a Mazda conta com os resultados do lançamento do novo *Mazda 5*, do *Mazda 6 MPS* e do novo *MX5*, estes dois últimos modelos já lançados em 2005, mas com óptimas perspectivas de venda e afirmação no mercado em 2006. A Hyundai irá lançar o novo modelo *Matrix 1.5 VGT*, mais limpo», económico, rápido e silencioso. Também a versão «*diesel* desportiva do novo *Getz VGT*, promete revolucionar o mercado automóvel, quer pelo preço, quer pela qualidade. Por fim, as campanhas publicitárias em torno da presença da Selecção Portuguesa de futebol no Mundial 2006, são também uma boa estratégia comercial para divulgação da marca, da qual se espera obter resultados bastante positivos. A nível dos após-venda, será no ano de 2006 que se esperam os melhores resultados da política implementada de novos preços de mão-de-obra e reduções de descontos, apesar das melhorias significativas verificadas no final de 2005.

Principais indicadores de actividade
da MiataCar — Comércio de Automóveis, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	2 824	3 254	2 277
Capitais próprios	109	108	6
Volume de negócios	5 468	6 394	4 622
Resultado do exercício	1	(47)	(112)

Garagem Lopes, S. A.:

O ano de 2005 serviu para confirmar o bom momento da Ford, marca representada pela sociedade na região de Viseu, a qual registou um acréscimo de 12,5% relativamente ao ano anterior, apresentando assim valores bastante superiores aos praticados pelo mercado.

A Garagem Lopes, S. A. foi uma das grandes responsáveis pelos valores registados pela marca, no ano de 2005, essencialmente pelo operação de fornecimento de um lote de cerca de 550 viaturas para a renovação da frota dos CTT — Correios de Portugal, S. A., através da Rentilusa, S. A. A empresa recebeu mesmo da Ford Lusitana o prémio para a concessão com melhor *performance* a nível nacional no ano de 2005.

A comercialização de viaturas novas foi assim responsável pela melhor *performance* de entre todas as actividades, com um acréscimo de facturação na ordem dos 116%.

Também a actividade de após-venda registou uma boa *performance*, com acréscimos de venda de peças e serviços de oficina na ordem dos 6% e 10%, respectivamente. Convém realçar ainda o papel dos outros proveitos subsidiários, como sendo o serviço de legalização de viaturas, que praticamente triplicou o seu valor, ou as comissões por angariação de financiamentos ou de extensão de garantia Ford, que continuam a contribuir com um valor importante para a rentabilidade da empresa.

O esforço e empenhamento na melhoria das actividades que representam não só o cerne do negócio, mas também um melhor aproveitamento de serviços associados com maior rentabilidade, foram responsáveis por um elevado acréscimo nos resultados operacionais da concessão,

os quais ultrapassaram os 270 milhares de euros contra os cerca de 106 milhares de euros registados no ano de 2004, o que corresponde a um acréscimo de 156%. Já os encargos financeiros tiveram um ligeiro acréscimo resultante de um aumento dos empréstimos no financiamento de *stock*, directamente relacionados com o acréscimo das vendas de viaturas. Os resultados extraordinários tiveram um decréscimo de 63% relativamente a 2004, o que leva à conclusão de que a actividade principal da empresa passa por ser o garante da rentabilidade de negócio, não dependendo dos resultados extraordinários.

Para 2006, a continuidade de uma estratégia de marketing focalizada essencialmente a nível de produto e de comunicação, assim como o lançamento do novo *Ford Fiesta* no final de 2005, perspectivam um ano de franca expansão no mercado e de aumento da quota de mercado da Ford. No domínio dos comerciais, espera-se que a hiper-versátil gama *Transit* continue a ganhar terreno à concorrência, como aconteceu no ano de 2005.

No que diz respeito à Garagem Lopes, prevê-se a manutenção de um volume significativo de vendas que permita manter níveis de rentabilidade semelhantes aos de 2005.

Principais indicadores de actividade da Garagem Lopes, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	6 051	5 430	5 333
Capitais próprios	393	295	244
Volume de negócios	15 515	9 794	9 140
Resultado do exercício	141	38	7

Hotelaria e turismo:

SLN Investimentos, SGPS, S. A.:

Sector do turismo:

Em 2005, a actividade turística em Portugal registou um ligeiro crescimento conforme evidenciam os principais indicadores de actividade.

As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros cresceram 4,1%, em 2005. O mercado interno cresceu 4,4%, evidenciando um desempenho melhor que o mercado externo que cresceu 3,9%.

Os principais mercados emissores registaram comportamentos positivos relevantes. O mercado britânico, responsável por mais de 20% das dormidas totais, registou um crescimento, em 2005, de 4,6%. O mercado dinamarquês foi o mais dinâmico, com 31,8% de taxa de crescimento face a 2004.

A taxa de ocupação-quarto (55,1%) registou um acréscimo de 1,1% de 2004 para 2005, enquanto relativamente à taxa de ocupação-cama (46,6%) o diferencial, para o mesmo período, é ligeiramente superior apresentando um acréscimo de 1,5%.

Os resultados apurados pelo Banco de Portugal para o ano 2005 validam um acréscimo homólogo das receitas do turismo de apenas 1,1%, enquanto que as despesas aumentaram 11,2%, este comportamento traduziu-se numa diminuição de 4,4% do saldo da balança turística.

No entanto, Portugal possui recursos e potencialidades turísticas extraordinárias sobre as quais se tem vindo a desenvolver uma actividade relevante e com peso crescente na economia do país e que pode permitir desenvolver o *cluster* turismo-lazer como um sector estratégico prioritário para o país.

A estratégia de promoção e desenvolvimento deste *cluster* deve atender às múltiplas dimensões do sector, nomeadamente o potencial para aumento das receitas externas, para a cobertura do défice da nossa balança comercial, para o combate ao desemprego, para a valorização do património natural e cultural do país, bem como para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e para a atenuação das assimetrias regionais.

O futuro do sector passa por uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, económica e social, no quadro de um novo modelo de desenvolvimento do turismo que privilegie a qualidade, seja em termos de ambiente do destino turístico, seja no que se refere aos empreendimentos e serviços turísticos.

Actividade da sociedade em 2005:

A SLN Investimentos é a sub-*holding* do Grupo que concentra as participações financeiras em sociedades da área da hotelaria e turismo, tendo vindo a construir uma rede hoteleira denominada «WR», formada por diversas unidades hoteleiras dispersas pelo País, que proporcionam

um leque alargado de destinos e serviços totalizando no final do exercício um investimento de cerca de 28 000 milhares de euros.

Durante o presente exercício, foi alienada a participação social na participada Chiva Som International Health Resort, com residência na Tailândia, tendo gerado uma mais-valia de 1315 milhares de euros.

Principais indicadores de actividade da SLN Investimentos, SGPS, S. A.

(Em milhares de euros)				
	2005	2004	2003	Variação 2005- -2004 (percent.)
Activo líquido	29 559	26 423	18 188	11,9
Capitais próprios	7 735	8 084	8 596	— 4,3
Result. do exercício	798	846	148	— 5,7
Admissões	78	104	16	— 25,0
Saídas	43	15	20	186,7
Número de colabor.	187	152	63	23,0

Turiscaramulo — Empreendimentos Turísticos do Caramulo, S. A.:

Investimento:

Durante o exercício de 2005 realizaram-se diversos investimentos em imobilizado corpóreo e incorpóreo, que totalizaram 241 mil euros, havendo a destacar pelos valores envolvidos, a aquisição de 8/28 do edifício onde funcionava o IPSSO pelo montante de 30 mil euros, passando a Turiscaramulo a ser proprietária da totalidade do edifício, a execução de diversas obras de remodelação do Animacorpus no total de 13 mil euros, a aquisição de algumas unidades de ar condicionado no valor de 8 mil euros, a instalação de um novo gerador, de um *shiler* e de uma caldeira no total de 94 mil euros, a modernização de alguns componentes do sistema informático onde se gastaram 21 mil euros e a compra e instalação da nova sinalética que importou em 35 mil euros.

Haverá ainda a destacar o incremento registado nas imobilizações em curso, no valor global de 368 milhares de euros, e a valorização no Edifício Santa Maria.

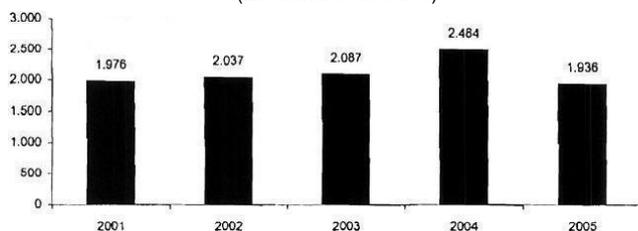
Destaque para a candidatura ao programa de incentivos «PITTER», destinado à construção de um aparthotel no Caramulo com 54 apartamentos e a reconversão do edifício IPSSO em 11 apartamentos para exploração turística.

Operacional:

O esforço comercial realizado, traduziu-se por um aumento do número de quartos vendido em 609 unidades, embora a receita média de quarto tenha reduzido de 61,91 euros para 60,06 euros, pelo facto de ter crescido o número de reservas de agências e operadores turísticos, fruto da alteração da política comercial da empresa. Apesar desse facto, as receitas de quartos aumentaram cerca de 1,15% enquanto que as receitas de F&B cresceram cerca de 3,13% (em milhares de euros).

Evolução das vendas

(Em milhares de euros)



Principais indicadores de actividade da Turiscaramulo — Empreendimentos Turísticos do Caramulo, S. A.

(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003
Activo líquido	13 383	14 968	14 804
Capitais próprios	10 010	10 581	10 689
Volume de negócios	2 260	2 680	2 177
Resultado do exercício	(229)	414	239

WR — Gestão de Hotelaria e Turismo, S. A.:

A sociedade desenvolveu a sua actividade de forma regular, tendo durante o exercício efectuado diversas intervenções de natureza técnica e várias aquisições que tiveram como objectivo a modernização da unidade hoteleira.

Investimento:

Durante o exercício fizeram-se diversos Investimentos, que provocaram um acréscimo de 394 milhares de euros no imobilizado corpóreo, sendo de destacar diverso mobiliário no valor global de 155 milhares de euros, nomeadamente para a discoteca, o restaurante italiano (esplanada), a esplanada do restaurante «País 8», mobiliário de quartos, diverso equipamento para cozinha, lavandaria e limpezas no valor total de 45 milhares de euros, equipamento para o parque de estacionamento no valor de 58 milhares de euros e equipamento informático e *software* no montante de 89 milhares de euros.

Comercial:

O Departamento Comercial realizou diversas acções promocionais ao longo do ano, com especial incidência nas acções porta-a-porta, mas também marcando presença nas principais feiras de Turismo, sendo de destacar a BTL em Lisboa e Fitur em Madrid em Janeiro, a ITB na Alemanha em Março e em Novembro a WTM em Inglaterra.

Operacional:

O esforço comercial realizado, bem como as diversas actividades promovidas ou apoiadas como por exemplo a criação do Centro de Surf, a animação exterior no Verão e as semanas gastronómicas, traduziu-se por um aumento do número de quartos vendidos em 2572 unidades, embora a receita média de quarto tenha reduzido de 50,65 euros para 44,78 euros.

O aumento da oferta provocado pela construção de diversos novos hotéis, conjugado com a redução da procura motivada pela retração da economia, têm pressionado os preços médios em sentido descendente, o que só não se verifica na hotelaria de Lisboa e do Algarve cujo preço médio registou um ligeiro crescimento.

Por esse facto as receitas de quartos diminuíram cerca de 6,56% enquanto que as receitas de F&B cresceram cerca de 8,03% devido, principalmente, à abertura da discoteca.

Globalmente verificou-se uma redução nas receitas operacionais de cerca de 765 milhares de euros, pelo facto de no ano anterior se ter registado uma prestação de serviços não hoteleira. Relativamente aos serviços hoteleiros a redução verificada foi de 101 milhares de euros o que corresponde a uma variação negativa de 2,26%.

Principais indicadores de actividade da WR — Gestão de Hotelaria e Turismo, S. A.

(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003
Activo líquido	6 054	1 089	n. a.
Capitais próprios	101	82	n. a.
Volume de negócios	4 470	5 235	n. a.
Resultado do exercício	19	58	n. a.

Hotel Lawrence:

No exercício em análise a actividade da empresa decorreu de forma regular, embora se tenha verificado uma ligeira diminuição nas taxas de ocupação do hotel. Essa diminuição deve-se essencialmente à mudança que ocorreu na gestão da unidade. De facto, a maioria dos clientes eram conhecimentos pessoais dos gerentes e não existiam quaisquer contratos com operadores ou agentes de viagem.

Desta forma foi necessário fazer todo um trabalho de captação de novos clientes, que só nos próximos exercícios produzirá resultados.

Apesar das contingências referidas anteriormente, registámos a visita de cerca de 4150 clientes em alojamento, o que nos permitiu atingir uma taxa de ocupação de 38,3%.

No decorrer do presente exercício, solicitámos uma avaliação independente do imóvel que constitui o principal activo desta sociedade, que nos levou a efectuar uma reavaliação do imóvel no montante de 443 milhares de euros.

A reserva de reavaliação registada permitiu melhorar significativamente a estrutura de capitais da empresa, sendo igualmente signifi-

cativo nesta matéria a existência de suprimentos que foram utilizados na aquisição do hotel.

Principais indicadores de actividade do Hotel Lawrence

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	1 518	1 510	n. a.
Capitais próprios	(129)	(43)	n. a.
Volume de negócios	531	33	n. a.
Resultado do exercício	(86)	(93)	n. a.

Saúde:

Grupo Português de Saúde, SGPS, S. A.:

A constituição do Grupo Português de Saúde (GPSaúde) que assumiu projectos de investimento da Sociedade Lusa de Negócios na área da saúde, tem como principal objectivo assegurar uma gestão especializada e com conhecimento do sector, apto a criar um superior retorno accionista.

O GPSaúde, com as unidades em que detém participação e aquelas que se propõe deter e ou gerir, encerra o ano de 2005 com uma facturação, em termos pró-forma, de 85 milhões de euros, que o coloca, em dimensão, no segundo lugar dos operadores privados, no primeiro lugar em rentabilidade (com um RAI de 3,6 milhões de euros), e com a maior taxa de crescimento do mercado (cerca de 25% superior a 2004).

O GPSaúde cresceu com a aquisição do IMI, da Cedima, do GPD/CPD, com as adjudicações em processos competitivos nos projectos do Parque de Saúde da Maia e com aquela que será, ou poderá ser, a primeira PPP a ser entregue pelo Estado: o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul (CMFR).

Áreas de actuação:

Dentro do âmbito anteriormente descrito, poderemos afirmar que o GPSaúde se perfila como um operador integrado a actuar no mercado nacional de saúde focalizada em três segmentos de actividade distintos, mas fortemente relacionados:

Cuidados hospitalares;
Cuidados ambulatoriais;
Gestão de redes e serviços de saúde.

Saúde

Cuidados Hospitalares	Cuidados Ambulatoriais	Gestão de Redes e Serviços de Saúde
Hospitais British Hospital Lisbon XXI (Lisboa) C.H.S. Francisco (Leiria) Hospital de Santa Maria (Porto) * Hospital de S. Louis (Lisboa) * Hospital Privado da Maia **	Clínicas Ambulatoriais Entrecampos, Linda-a-Velha, Foz, Santa Maria da Feira, Torres de Lisboa **, Cascais **, Porto ** e Braga ** C.H.S.F. (Alcobaça e Pombal) British Hospital C. Ourique Unidades Especializadas Microcular (Lisboa) GPDialise (Cascais **, Sacavém **)	Linhas de Negócio Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho Acidentes Cartão de Saúde Check-Up's
	Diagnósticos IMI (Lisboa, Cascais e Almada) IMI — Cedima (Caldas da Rainha) C.H.S.F. (Leiria, Alcobaça e Marinha Grande)	

(*) Contratos de gestão.

(**) Em construção.

Cuidados integrados e uma forte aposta na medicina preventiva são, a par da elevada qualidade e personalização na prestação de cuidados, os factores diferenciadores do GPSaúde.

O GPSaúde assume também como desafio estratégico a participação nos vários projectos de parcerias público-privadas, bem como, a promoção activa da adopção do modelo de capitação e da extensão da abrangência do actual programa também aos cuidados primários.

Actualmente, a rede do GPSaúde é a mais compreensiva dos operadores privados de saúde, tanto a nível geográfico, como, principalmente, a nível da tipologia de unidades prestadoras de cuidados (hospitais, clínicas de ambulatório, unidades enfocadas em especialidades médicas/médico-cirúrgicas e em meios complementares de terapêutica e diagnóstico, cartão de saúde e plataformas de acidentes de trabalho e de medicina de trabalho).

A forte implantação nacional e a elevada abrangência das actividades só são possíveis graças ao *know-how* e meios ímpares no panorama privado da saúde em Portugal.

Principais indicadores de actividade do Grupo Português de Saúde, SGPS, S. A.

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	46 768	22 670	16 658	106,3
Capitais próprios	13 425	15 012	173	- 10,6
Result. do exercício	(1 342)	376	(282)	n. a.

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Admissões	34	40	159	- 15,0
Saídas	22	13	22	69,2
Número de colabor.	221	209	182	5,7

Unidades:

A mais importante vertente de actuação da Holding enquanto órgão gestor e um dos mecanismos de afirmação do GPSaúde, enquanto operador privado de saúde no mercado nacional, assentou num conjunto significativo de iniciativas localizadas em cada uma das suas unidades de saúde.

As principais iniciativas desenvolvidas em 2005 contribuíram decisivamente para o reforço da dimensão, rentabilidade e notoriedade do Grupo.

British Hospital Campo de Ourique (LUKH):

Características da unidade: unidade hospitalar que presta serviços em ambulatório, quer em consultas, quer na execução de meios complementares de diagnóstico e administração de terapêuticas.

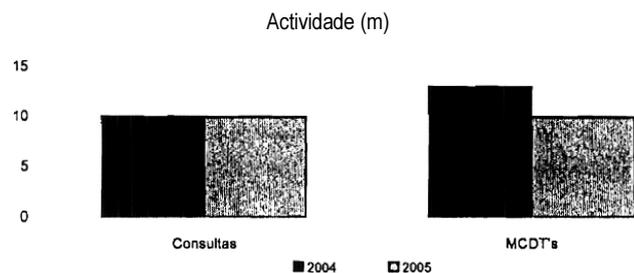
Localizado no centro de Lisboa, o British Hospital Campo de Ourique (adiante BHCO) é a unidade hospitalar privada mais antiga do País, cuja actividade se iniciou em 1790 e configurar-se-á como uma unidade de saúde de referência no desenvolvimento da clínica geral e de saúde familiar.

O BHCO tem procurado oferecer serviços vanguardistas e exclusivos, nomeadamente consulta de Alcoologia, consulta de Dislipidemia, consulta do Viajante, Medicina Desportiva, Medicina Dentária, Unidade de Neurofisiologia e Unidade de Alergologia. A isto acresce a Assistência Domiciliária, quer nas vertentes de consultas médicas quer nos actos terapêuticos e de enfermagem.

Como principais iniciativas desenvolvidas em 2005 salientamos a reorientação estratégica da unidade para centro de saúde *private* do GPSaúde em Lisboa, a adopção de um novo modelo de gestão e de direcção clínica, a par de uma visível revitalização funcional e estrutural (ao nível da realização de obras) da unidade.

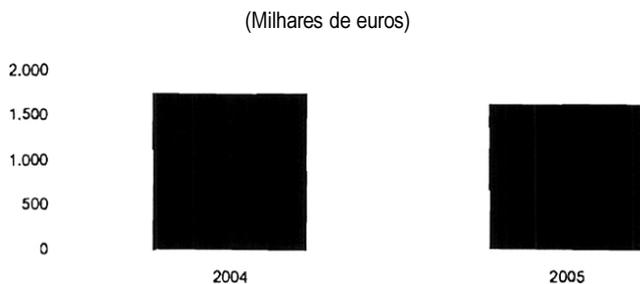
Tendo em linha de conta o nível de intervenção a que a unidade foi (e ainda está) sujeita, o BHCO pauta-se pela manutenção da sua actividade assistencial ao nível das consultas, apesar da ligeira quebra verificada nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Movimento assistencial



Neste sentido, a unidade registou uma ligeira quebra do seu volume de negócios, passando de 1735 milhares de euros em 2004 para 1613 milhares de euros em 2005.

Volume de negócios



Principais indicadores de actividade da British Hospital Campo de Ourique (LUKH)

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	3 941	4 582	4 139
Capitais próprios	193	705	664
Volume de negócios	1 613	1 734	1 853
Resultado do exercício	(512)	8	(314)

British Hospital Lisbon XXI, S. A.

Características da unidade: com uma vocação essencialmente cirúrgica o BHLXXI dispõe de 48 camas, três salas de bloco operatório, uma sala de hemodinâmica, recobro (cinco camas) unidades de cuidados intensivos (cinco camas) e intermédios (seis camas), 12 gabinetes de consulta externa, zona de hospital de dia e modernos equipamentos que servem as áreas de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

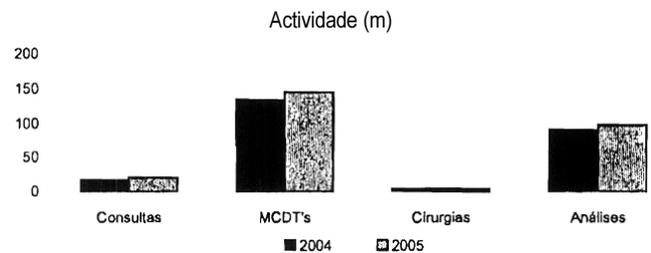
O British Hospital Lisbon XXI (adiante BH XXI) é uma das instituições hospitalares mais diferenciadas na prestação convencional de serviços de saúde, em regime de ambulatório e de internamento na área da Grande Lisboa.

As várias iniciativas estratégicas no ano de 2005, nomeadamente o arranque da actividade ortopédica em articulação com a Unimed

Acidentes, o reforço do serviço de imagiologia com instalações dedicadas e o desenho final do Projecto de Cirurgia de Ambulatório, permitirão ao BHXXI afirmar-se como uma unidade hospitalar de referência a nível nacional pela qualidade e personalização dos cuidados de saúde prestados.

O BH XXI registou um crescimento sustentado do movimento assistencial, quer nas consultas quer nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, a par da manutenção do volume de cirurgias, apesar do fim do Programa Especial de Combate às Listas de Espera (vulgo PECLEEC).

Movimento assistencial



O volume de negócios cresceu 4,4%, passando dos 13 661 milhares de euros de 2004, para 14 257 milhares de euros em 2005, reforçando a sua solidez.

Volume de negócios



Principais indicadores de actividade do British Hospital XXI, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	7 222	11 811	n. a.
Capitais próprios	3 283	3 361	n. a.
Volume de negócios	14 257	13 661	n. a.
Resultado do exercício	1	264	n. a.

Microcular, S. A.:

Características da Unidade: dispõe de duas salas de bloco operatório, três salas de técnicas oftalmológicas e quatro gabinetes de consultas.

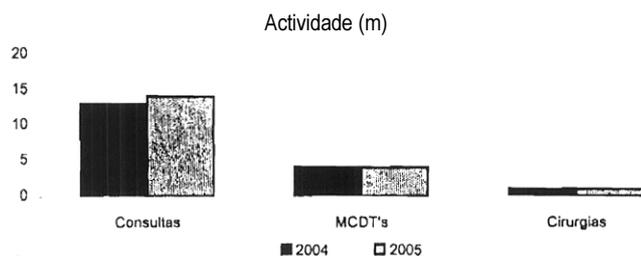
A Microcular localizada em Lisboa é uma clínica de oftalmologia de referência a nível nacional, cuja actividade se iniciou em 1995 e dispõe, actualmente, de técnicas inovadoras e vanguardistas, sendo especialista na cirurgia refractiva por laser e por implante intra-ocular e na microcirurgia da catarata.

Como principais iniciativas, encontra-se em curso um programa de investimento que, a curto prazo, permitirá a expansão da sua actividade, aumentando a área de consulta e procedendo a uma renovação do espaço interior (servindo de referência a outras unidades do Grupo, enquanto prestadora de cuidados na Oftalmologia) e, dinamizará a produção cirúrgica (principal factor de rentabilidade).

De salientar, a Microcular reforçou a sua diferenciação em 2005, sendo a primeira clínica de oftalmologia do país a obter a Certificação de Qualidade ISO 9001:2000.

Em termos do movimento assistencial, esta unidade registou em 2005 uma *performance* semelhante à do ano transacto, com excepção do volume de consultas, tendo registando um ligeiro aumento de consultas.

Não obstante, o *mix* de clientes sofreu grande alteração, com maior preponderância dos clientes segurados vs clientes privados «puros».

Movimento assistencial

Ao nível do volume de negócios, a unidade atingiu os 2786 milhares de euros, face aos 2360 milhares de euros de 2004, obtendo um crescimento de 18,1%.

Volume de negócios

Principais indicadores de actividade da Microcular, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	606	557	517
Capitais próprios	277	280	132
Volume de negócios	2 786	2 360	1 626
Resultado do exercício	101	217	70

IMI — Imagens Médicas Integradas, S. A.:

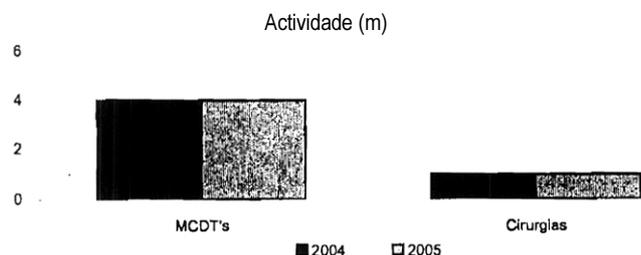
Características da Unidade: Dispõe no conjunto das suas unidades, de quatro equipamentos de TAC, sete Ecógrafos, três Ortopantomógrafos, dois Osteodensitómetros, três equipamentos de Raios-X, dois Mamógrafos e dois equipamentos de Ressonância Magnética.

Com quatro unidades presentes na área da Grande Lisboa, o IMI — Imagens Médicas Integradas (adiante IMI), integrada no GPSaúde a partir de 1 de Setembro de 2005, é a empresa líder na área da imagiologia em Portugal, dedicando-se ao diagnóstico por imagem a nível de exames Raio-X Digital, Osteodensitometria, Ortopantomografia/Cefalometria, Ecografia e Ecocardiografia, Mamografia Digital, TAC e Ressonância Magnética.

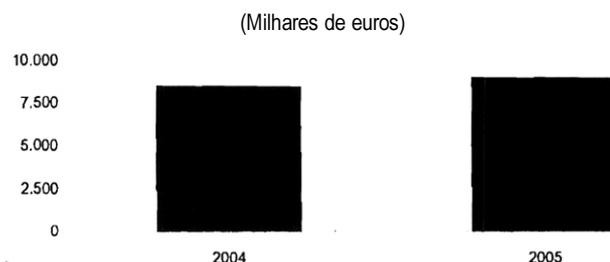
O equipamento tecnológico é um dos factores de diferenciação do IMI que, por princípio, adopta soluções tecnológicas *state-of-the-art*, no conjunto das suas unidades.

Como principais iniciativas decorridas em 2005, destaca-se a abertura da unidade da Avenida da República e o facto de o IMI ser a primeira marca na área da saúde a certificar simultaneamente, segundo o referencial ISO 9001:2000, duas empresas e quatro instalações.

Esta unidade registou um aumento bastante positivo dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica que desenvolve, passando de 186 mil exames em 2004 para 190 mil exames em 2005, um aumento em cerca de 2%.

Movimento assistencial

O volume de negócios aumentou 5,7%, por via do crescimento da actividade de exploração, registando 8950 milhares de euros em 2005 face aos 8466 milhares de euros de 2004.

Volume de negócios

Principais indicadores de actividade da Imagens Médicas Integradas, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	7 173	6 381	n. a.
Capitais próprios	3 058	3 266	n. a.
Volume de negócios	8 950	8 466	n. a.
Resultado do exercício	586	990	n. a.

IMI-Cedima:

Características da unidade: dispõe de duas unidades de TAC, quatro unidades de Ecografia, duas de Mamografia, uma de Ortopantomografia e uma de Osteodensitometria.

Fundada em 1992 e localizada nas Caldas da Rainha, o IMI-Cedima constitui uma das mais modernas unidades de diagnóstico do País, dispondo de processos totalmente digitalizados e informatizados, aliando o rigor técnico-científico a investimentos de elevada complexidade tecnológica.

O leque de valências do IMI-Cedima abrange exames diferenciados ao nível de Mamografia, Ortopanto/Céfalo, Biópsias, Ecotomografias e TAC.

Para além da unidade própria, o IMI-Cedima gere o serviço de imagiologia do Hospital Montepio Rainha Dona Leonor, também localizado nas Caldas da Rainha.

O IMI-Cedima dispõe de um sistema integrado de gestão de doentes, permitindo que todo o funcionamento interno seja realizado numa lógica *paperless*, sendo uma referência na área de imagiologia.

Em termos globais o IMI-Cedima registou, quer na sua actividade produtiva quer no seu volume de negócios, uma quebra de 4% na facturação de 2004 para 2005, fruto da concorrência crescente na sua área de intervenção, passando de 54 mil exames para 52 mil exames.

Volume de negócios

Principais indicadores de actividade da Cedima

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	2 341	2 931	n. a.
Capitais próprios	1 290	936	n. a.
Volume de negócios	2 719	2 943	n. a.
Resultado do exercício	354	161	n. a.

Indústria e Transportes:

Plêiade, SGPS, S. A.:

A Plêiade detém participações sociais em sociedades com objectos sociais bastante diversificados na área da prestação de serviços, bem como, na área industrial e comercial.

No decorrer do exercício a Plêiade acompanhou a gestão estratégica das suas principais participadas da área industrial, a Inapal e a CNE.

Com efeito, estas sociedades atravessam momentos decisivos, quer a nível de investimento, quer ao nível do seu crescimento económico, com a abertura de novas e importantes unidades fabris. Em Palmela, uma fábrica destinada à produção de componentes para a indústria automóvel e em Setúbal, uma fábrica destinada à produção de cimentos e betões.

Durante o exercício foi adquirida uma nova participação social na totalidade do capital social da sociedade Serviplex — Gestão de Recursos Humanos, S. A.

Principais indicadores de actividade da Plêiade, SGPS, S. A.

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005- -2004 (percent.)
Activo líquido	54 551	52 273	43 167	4,4
Capitais próprios	22 446	21 837	26 893	2,8
Result. do exercício	703	1 310	446	- 46,3
Admissões	132	86	64	53,5
Saídas	42	63	64	- 33,3
Número de colabor.	411	321	298	28,0

Inapal Plásticos, S. A.:

Desde a data da instalação da Auto-Europa em Portugal, a Inapal Plásticos tem sido um dos seus principais fornecedores, sendo responsável pelo fornecimento de componentes/funções importantes, utilizadas actualmente nos veículos ali produzidos (VW *Sharan*, Ford *Galaxy* e Seat *Alhambra*).

Como é do conhecimento público, a VW/Auto-Europa assinou com o Governo Português, em Dezembro de 2003, um contrato de investimento no valor de 600 milhões de euros, que vigorará até 2011, com vista à reestruturação da unidade de Palmela, preparando a fábrica para o lançamento de novos modelos e adaptando-a às plataformas *standard* do Grupo VW. O primeiro produto deste investimento é o *Cabrio EOS*, cujo lançamento está previsto para o 1.º trimestre de 2006.

De referir que é o primeiro carro de luxo a ser fabricado fora da Alemanha e é também o primeiro de uma série de novos modelos, já que os monovolumes cuja produção justificou a instalação da fábrica no início da década de 90, estão em fim de vida.

A opção da Auto-Europa em termos de fornecedores de primeira linha privilegia factores como a proximidade física às suas instalações, o posicionamento num patamar tecnológico muito elevado e a aposta em inovação e desenvolvimento.

Neste contexto, a Inapal Plásticos decidiu implantar uma nova unidade industrial num terreno sito no parque de fornecedores da Auto-Europa, em Palmela.

De facto, a proximidade física permite não só uma melhor organização da produção, através dos fornecimentos *just in time*, como também a consolidação de relações de confiança e partilha de conhecimentos entre a Auto-Europa e a Inapal Plásticos. Por outro lado, a instalação da nova unidade fabril nesta área, além de dar resposta às necessidades do novo veículo, coloca a empresa numa excelente posição competitiva para novos negócios com outros modelos, e para outros clientes com o mesmo nível de exigência.

De referir que a Inapal Plásticos é a única empresa nacional detentora de *know-how* nas tecnologias de transformação dos materiais compósitos SMC (*sheet moulding compound*) e LFT (*long fiber thermoplastics*) para a indústria automóvel.

A evolução da produção de componentes *standardizados* para a concepção, produção e montagem diferenciada de módulos, que o projecto Inapal Plásticos Palmela representa, significa que a empresa se torna responsável por decisões importantes ao nível de soluções técnicas e de *design*, aprofundando-se o relacionamento com os OEM (*original equipment manufacturer*) que estabelecem com a empresa uma partilha permanente de conhecimento e de informação.

Este projecto de investimento criou condições para que a Inapal Plásticos seja fornecedora de módulos e sistemas ascendendo, desta forma, na cadeia de valor, consolidando a posição da empresa como pioneira e líder no mercado nacional e, quiçá, como uma das mais importantes unidades transformadoras destes materiais num mercado global.

Assim, para o *Cabrio EOS*, Inapal Plásticos negociou com a Auto-Europa o fornecimento dos seguintes componentes:

Tampa da mala (trunk lid);
Módulo da tampa da mala;
Protecções inferiores do chassis (*underbody shields*).

As protecções inferiores do chassis destinam-se não só à Auto-Europa, mas também à fábrica da Seat em Martorell — Barcelona.

Como previsto, em Abril de 2005 iniciou-se o fornecimento das protecções inferiores do chassis para a Seat.

Principais indicadores de actividade da Inapal Plásticos, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	54 340	26 795	14 047
Capitais próprios	12 998	12 788	4 616
Volume de negócios	28 069	22 920	20 803
Resultado do exercício	210	422	323

CNE — Distribuição de Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S. A.:

Novamente em 2005 persistiu a conjuntura de recessão que vem afectando os sectores da construção e obras públicas nos últimos anos. Segundo estimativas das associações sectoriais, a produção decresceu cerca de 3,5% nas obras públicas e de 4% na construção de edifícios.

Tais quedas devem-se, por um lado, à crise que ambos os sectores atravessam, por razões de todos conhecidas, e também devido às políticas de forte contracção do investimento e da despesa pública. Como consequência, o mercado cimenteiro que há escassos três anos representava mais de 11 milhões de toneladas — produzidas e vendidas — actualmente situa-se em cerca de 8,5 milhões.

Vendas:

Não obstante as condicionantes ao desenvolvimento pleno da nossa actividade, a verdade é que, mesmo em conjuntura adversa, a CNE voltou a alcançar elevados ritmos de crescimento nas suas vendas, tendo apresentado no ano de 2005 um aumento de cerca de 11% nas vendas de cimento.

A CNE dispõe actualmente de três diferentes tipos de cimento, comercializando-os quer a granel, quer ensacado, sendo justamente na produção deste onde se concentraram os maiores investimentos e onde a empresa mais se modernizou em 2005. No ano em apreço a CNE lançou no mercado novos produtos ao nível dos ensacados: pacotão ou *palette-less*, sacos de 35 kg e de 25 kg, sendo o 1.º o que mais se comercializa no mercado nacional. Consequentemente, os maiores ganhos de quota de mercado verificaram-se na comercialização do cimento ensacado, estimando-se que a quota global da CNE, face à concorrência, é actualmente da ordem dos 6%.

No Centro de Distribuição de Setúbal, para além do armazenamento e distribuição do CEM I, existe um entreposto para armazenamento e distribuição de CEM II — 32,5 proveniente de Aveiro.

As vendas foram realizadas, em percentagens semelhantes quer através do Terminal de Aveiro, quer através das instalações de Setúbal, tendo-se registado um aumento significativo por parte do Centro de Distribuição de Setúbal, que passou a representar já perto de 50% das vendas da empresa, quando em 2004 não atingia os 30%.

As vendas ocorridas na zona sul do País, tiveram como finalidade familiarizar o mercado com o nosso produto para a entrada em funcionamento da Unidade de Moagem de Setúbal a partir de 2006, o qual obteve uma aceitação bastante assinalável por parte dos nossos clientes, realçando a qualidade dos nossos cimentos e a política por nós seguida. A CNE continua a projectar cada vez mais a imagem de verdadeira «consciência do mercado», facto bem revelador do importante papel que desempenha, realidade que começa a ser entendida pelos clientes de uma forma bem mais construtiva do que inicialmente, ao não se deixarem seduzir por ofertas aparentemente aliantes, mas com um sentido perverso.

Em termos de expansão territorial, a CNE, que em 2004 concentrava praticamente na zona norte toda a sua força de vendas e a

esmagadora maioria dos seus clientes, a partir de 2005, passou a ocupar praticamente todo o território do continente português.

Ao mesmo tempo, foi sendo preparada a exportação de cimento designadamente para o mercado do sul de Angola, bem como a penetração no mercado espanhol, junto à fronteira de Badajoz.

Desta forma, a CNE soube reagir em termos estratégicos e de agressividade comercial às fortes pressões concorrenciais — nem sempre éticas nem legítimas — infundindo ao mesmo tempo um declarado receio e respeito por parte dos nossos poderosos concorrentes, que cada vez mais se sentem ameaçados pela crescente posição que vimos assumindo no mercado cimenteiro nacional.

Preços de compra:

Os preços do cimento, na origem, em dólares, aumentaram substancialmente, devido à paridade dólar/euro, que se tem mantido favorável ao euro, pelo que os produtores em geral e os nossos fornecedores em particular, tiveram de reflectir no preço do produto a sua perda cambial.

Por outro lado, devido à conjuntura económica internacional, os preços do petróleo continuaram a aumentar substancialmente assim como a forte procura de transportes marítimos, pelo que os preços dos fretes, quase que duplicaram, contribuindo assim para o aumento do preço de compra do cimento e, conseqüentemente, à diminuição das margens.

Custos de funcionamento:

Os custos de funcionamento, por tonelada vendida, apesar dos esforços desenvolvidos ainda estão acima do que consideramos razoável. É um campo de optimização que iremos continuar a aprofundar no decorrer do próximo ano.

Investimentos:

A empresa continuou a investir, quer em Aveiro, quer em Setúbal, principalmente nesta última.

Em Aveiro para além dos investimentos de manutenção, efectuaram-se investimentos nas áreas de ensacamento, paletização e mistura (produção de cimento composto), o que permitiu modernizar e aumentar a sua capacidade produtiva.

Em Setúbal, fizeram-se bastantes investimentos no projecto da unidade de moagem, que rondará os 40 milhões de euros, e que pretendemos que o seu início ocorra durante o ano de 2006.

Entretanto, foram também realizados alguns investimentos ligados ao projecto de um Terminal Portuário também em Setúbal, mas de pouca expressão.

Principais indicadores de actividade da CNE — Distribuição de Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	62 512	37 634	26 661
Capitais próprios	6 715	6 037	5 436
Volume de negócios	34 662	30 524	23 876
Resultado do exercício	677	601	443

Sector agro-alimentar:

Partinvest, SGPS, S. A.:

A Partinvest detém participações financeiras em sociedades do sector agro-alimentar, com especial destaque para as empresas de produção de vinhos e espumantes, S. A. C. Varosa que comercializa os seus produtos com a marca *Murganheira*, a sociedade Tapada do Chaves e as Caves Raposeira.

Esta *holding* detém ainda participações sociais nas sociedades Geosil, Castânia e Sortegel, que se dedicam à produção de castanhas, azeite e mel.

No final de 2005, a Partinvest participa em oito empresas de referência do sector agro-alimentar, totalizando um valor de investimento de cerca de 32 000 milhares de euros.

Principais indicadores de actividade da Partinvest, SGPS, S. A.

	(Em milhares de euros)			
	2005	2004	2003	Variação 2005-2004 (percent.)
Activo líquido	33 190	30 999	31 105	7,1
Capitais próprios	4 331	5 219	10 568	- 17,0
Result. do exercício	2 226	3 185	3 893	- 30,1
Admissões	2	5	8	- 60,0
Saídas	2	3	17	- 33,3
Número de colabor.	84	84	82	-

Castânia — Sociedade Agroflorestal, S. A., e Geosil — Empreendimentos Agrosilvícolas, S. A.:

As empresas Castânia e Geosil têm uma actividade específica, centrada essencialmente na produção de castanha e na produção de madeiras de crescimento lento como é o caso da cerejeira nogueira, cedro e castanheiro de madeira.

Por forma a possibilitar a colheita mecânica da castanha, foi prosseguida, em 2005, a preparação das áreas de souto com a instalação de pastagens permanentes.

Com uma área total instalada de cerca de 150 hectares, foi já possível, neste ano, iniciar a colheita mecânica com equipamento adquirido para o efeito, ao abrigo de um projecto de inovação tecnológica apoiado pelo Ministério da Agricultura.

A introdução e generalização destas novas técnicas de colheita mecânica permitirão, a médio prazo, uma redução significativa dos custos de produção da castanha em toda a região.

Proseguiu neste exercício o processo de registo nacional e internacional das patentes dos genes, identificados pelo Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia, da Faculdade de Ciências, como resistentes à doença da tinta do castanheiro.

O processo de licenciamento do empreendimento turístico na Quinta de Arufe estará concluído no decurso do próximo ano.

Concluído o levantamento das áreas de implantação e submetido o projecto para aprovação, deverá ser iniciada a construção da barragem de rega na Quinta de Arufe, logo que evidenciados os pressupostos técnicos, ainda em fase de testes.

Principais indicadores de actividade da Castânia — Sociedade Agroflorestal, S. A., e da Geosil — Empreendimentos Agrosilvícolas, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	6 499	6 397	2 661
Capitais próprios	1 069	1 060	1 051
Volume de negócios	129	205	655
Resultado do exercício	10	9	11

Sociedade Agrícola e Comercial do Varosa (Murganheira):

Conjuntura e mercado:

Sem registo de evoluções positivas na conjuntura económica, com agravamento em algumas regiões e sectores de actividade associado à manutenção das condições internacionais, sem retoma à vista e um euro demasiado forte, o exercício de 2005 evoluiu dentro das expectativas.

Contudo, sentimos:

Maiores dificuldades no mercado interno, com os vinhos tranquilos a atravessarem um momento difícil;

A grande concorrência sentida no mercado das bebidas e a forte instabilidade nos preços dos vinhos tranquilos, mantendo-se uma forte tendência para a redução dos preços praticados;

Redução de quantidades nos armazenistas que tentam cada vez mais uma gestão *just in time*, assumindo por vezes o risco de rotura e perda de vendas;

Uma estagnação dos nossos principais mercados de exportação, devido à forte valorização do euro.

No entanto, consolidámos parcerias, crescemos em termos de imagem de marca e sobretudo a não perdemos pontos de venda, apesar de se ter verificado um aumento exagerado das margens praticadas pelos retalhistas e em especial pela grande distribuição com consequências evidentes nas opções de consumo.

Em suma, debatemo-nos no exercício de 2005 com um conjunto de circunstâncias adversas que apesar de terem gerado os seus efeitos, entendemos ter superado.

Investimentos financeiros:

Não houve novos investimentos financeiros com significado no ano de 2005. Com respeito às participações detidas, essencialmente no sector vitivinícola, as sociedades apresentaram no ano de 2005, apesar da conjuntura, desempenhos interessantes.

Investimentos em instalações e equipamentos:

Encontram-se em curso projectos de desenvolvimento das instalações sitas na sede da sociedade com três finalidades:

Aumento das instalações industriais, capacidade produtiva e renovação do parque de máquinas. Este projecto abrange todas as áreas do processo produtivo, vinificação, estágio, acabamento e laboratório. Foi iniciado em 2003, após a aquisição de um terreno contíguo à propriedade até então existente, e prevê-se que a sua conclusão se dê em 2007;

Construção de novas áreas administrativas e de recepção de visitas, obra iniciada em 2004 e com conclusão prevista para 2006;

Requalificação de todo o património imobiliário existente, obra iniciada em 2004 e com conclusão prevista para 2007.

Perspectivas futuras:

Praticamente atingido o limite de produção no que diz respeito a Espumante, continuamos fortemente empenhados no desenvolvimento do nosso mercado de vinhos tranquilos.

A Murganheira é hoje uma marca de grande notoriedade, sempre associada a um elevado padrão de qualidade, um negócio bem estruturado, com um excelente nível de rentabilidade, pelo que, reúne as necessárias condições para se expandir criando oportunidades no sector vitivinícola em franca sofisticação.

É neste sentido que alargamos já a nossa zona de intervenção, no que diz respeito à produção, ao Alentejo e mais recentemente às Caves da Raposeira, S. A., no Douro, permitindo-nos hoje liderar os principais segmentos do mercado de espumante em Portugal e desenvolver o mercado de exportação.

Outras oportunidades estão a ser analisadas mas com as precauções inerentes a um crescimento que se quer sustentado e devidamente enquadrado na estratégia de gestão definida.

Todos os indicadores nos levam a encarar o futuro com optimismo e prever um maior contributo da nossa parte para a dignificação e valorização do sector.

Principais indicadores de actividade da Sociedade Agrícola e Comercial do Varosa (Murganheira)

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	17 773	14 801	13 592
Capitais próprios	11 328	9 412	7 773
Volume de negócios	6 133	6 293	6 046
Resultado do exercício	2 028	1 792	1 769

Tapada do Chaves — Sociedade Agrícola e Comercial, S. A.:

Actividade:

Sustentada por produtos de excelente qualidade e uma marca de grande notoriedade, *Tapada do Chaves*, a actividade comercial apresentou um desempenho satisfatório.

A forte concorrência sentida, pelo aumento do número de marcas e pela baixa de preços verificada de forma generalizada obrigou-nos a um acompanhamento no mesmo sentido. Uma vez constituídos os *stocks* que nos permitem crescer sustentadamente, é agora cada vez mais importante, no nosso entender, afirmar posições e conquistar

quota de mercado o que, na actual conjuntura obriga forçosamente à baixa dos preços dos produtos. Com esta opção fomos mais do que bem sucedidos, tendo conseguido crescimentos de venda em quantidade de:

Tapada do Chaves Tinto: + 1,6%;
Tapada do Chaves Branco: + 7,3%;
Almojanda: + 12,7%;
Espumante Tapada do Chaves: + 31,4%.

O preço médio global unitário de venda desceu cerca de 16% em virtude, da baixa dos preços praticados, dos crescimentos mais significativos em quantidade se terem verificado nos produtos de mais baixo valor, preço abaixo do médio, e do facto de ainda não termos tido reserva especial para venda neste exercício.

Mercados:

Não obstante a grande concorrência no mercado das bebidas, quer por produtos nacionais, quer por produtos importados, a estratégia adoptada — produtos de alta qualidade, acompanhamento constante dos pontos de venda e uma política de marketing orientada — tem permitido um crescimento sustentado da penetração e notoriedade dos produtos *Tapada do Chaves*.

É nossa convicção que os vinhos produzidos pela *Tapada do Chaves* encontram-se actualmente numa posição privilegiada, mercê do trabalho desenvolvido, com uma óptima relação preço/qualidade e com potencial para crescer em matéria de quota de mercado. Em boa verdade o número de garrafas vendidas em 2005 cresceu 7,3%, num ano difícil para os vinhos tranquilos.

Investimentos:

Não houve quaisquer investimentos relevantes no ano de 2005, a não ser aqueles que decorrem da vindima conseguida e consequente reforço de *stock* e, no que diz respeito ao activo imobilizado, a compra de barricas para estágio de vinhos.

Temos em curso projectos de ampliação da adega que no momento se encontram em fase de apreciação pelas entidades responsáveis.

Perspectivas futuras:

Sustentar a qualidade do produto, desenvolver a imagem da empresa, e estar cada vez mais próximo do consumidor final são as prioridades definidas para os próximos exercícios, no que diz respeito ao mercado interno.

Continuamos desenvolver de forma equilibrada as exportações, com particular interesse pelos mercados de Angola, Brasil e EUA, sendo certo que a valorização do euro tem dificultado este trabalho.

Pensamos que não se agravando a conjuntura, nacional e internacional, o reposicionamento de preço nos irá permitir crescimento em quantidade, facturação e resultados.

Principais indicadores de actividade da Tapada do Chaves — Sociedade Agrícola e Comercial, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	3 569	3 546	3 376
Capitais próprios	1 738	1 645	1 561
Volume de negócios	593	652	640
Resultado do exercício	93	85	169

Caves da Raposeira, S. A.:

Numa conjuntura interna e externa fortemente condicionada por diversos acontecimentos económicos, sociais e políticos pouco animadores, com a economia nacional e internacional no mínimo arrefecida, o exercício de 2005 evoluiu dentro das perspectivas

Conseguimos no entanto algumas vitórias importantes que nos levam a afirmar que, muito embora a conjuntura nos tenha condicionado a um pequeno decréscimo no volume de negócios, do ponto de vista qualitativo a marca *Raposeira* tem hoje outra percepção no mercado.

São disto testemunho a qualificação em terceiro lugar em prova nacional com trinta e sete espumantes, efectuado pela *Revista de Vinhos* publicada na sua edição de Novembro de 2005, o regresso ao livro *Vinhos de Portugal*, na sua edição de 2006, uma série de referências que em diversas publicações durante o ano de 2005 reco-

mandaram os nossos espumantes e por último, mas não menos importante, a menção honrosa obtida no International Wine Challenge em Londres.

No mercado externo, embora de forma modesta, termos conseguido alargar a penetração da marca estando hoje presentes nos seguintes países: EUA, Brasil, Angola, Luxemburgo, Suíça, Andorra, Espanha e França.

Perspectivas futuras:

São nossos objectivo de curto prazo:

A melhoria da qualidade percebida para o produto bem como da imagem da marca junto do consumidor;

O desenvolvimento dos novos mercados, com particular relevo para o do Brasil, África e EUA.

Pre vemos um crescimento sustentado mas com uma velocidade variável em função da evolução da conjuntura interna e externa que, no momento, se nos apresentam como bastante difíceis.

Principais indicadores de actividade da Caves da Raposeira, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	22 679	12 172	11 131
Capitais próprios	9 450	7 541	5 335
Volume de negócios	6 263	6 647	6 261
Resultado do exercício	2 129	2 339	2 335

Sortegel, S. A.:

A Sortegel realizou no ano de 2005 a maior parte das componentes que integram o projecto de investimento de modernização da unidade industrial.

Este projecto, orçado em 5 milhões de euros, e iniciado no exercício anterior será concluído durante o ano de 2006. Com a realização deste projecto a Sortegel integrará o grupo das empresas tecno-

logicamente mais avançadas do sector, ao nível europeu. Com investimentos orientados para o aumento da produtividade e do rendimento da matéria-prima, este projecto contempla igualmente as componentes de poupança energética, melhoria ambiental e certificação de processo produtivo. As inovações tecnológicas introduzidas possibilitaram já a instalação de um sistema de co-geração que permitirá a redução até cerca de 50% no consumo de gás, com uma poupança que poderá atingir as cem toneladas anuais.

Por outro lado, os sistemas instalados permitem já a eliminação da emissão de partículas para a atmosfera e uma considerável redução dos consumos de água.

No que se refere à campanha de 2005 é de referir que tendo sido uma das mais baixas dos últimos anos teve, como consequência, uma redução das quantidades transformadas. A compensação da atenuação do nível da actividade terá de ser conseguida pela via da redução dos custos de produção, pelo aumento de rendimento da matéria-prima e pela recuperação do nível de preços de venda relativamente ao ano anterior.

Por outro lado, o aumento percentual da castanha vendida em fresco, terá neste ano, um contributo relevante para a melhoria dos resultados de exploração, a par da diversificação das frutas comercializadas e da recuperação de margens em alguns dos produtos laboradas fora da campanha da castanha.

Com efeito, e beneficiando já dos circuitos comerciais estabelecidos com a comercialização da castanha, foram este ano, colocadas nos mercados externos, quantidades significativas de outras frutas frescas, como é o caso das designadas frutas de caroço.

Principais indicadores de actividade da Sortegel — Produtos Congelados, S. A.

	(Em milhares de euros)		
	2005	2004	2003
Activo líquido	17 921	11 785	8 629
Capitais próprios	4 740	4 417	3 282
Volume de negócios	9 294	10 872	6 719
Resultado do exercício	295	1 135	662

Informação por segmentos — Área das tecnologias de informação

Indicadores consolidados	(Em milhares de euros)												
	Total		Datacomp		Secac Banche		I2S		New Link Solutions		Easy Quick		
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	
Balanco:													
Imobilizado	24 279	21 061	10 773	11 764	6 071	5 692	3 762	3 381	163	224	3 510	n. a.	
Existências	4 143	4 830	152	964	3 870	3 766	7	14	97	86	17	n. a.	
Créditos e disponibilidades	24 500	29 538	5 166	11 612	6 787	8 565	6 268	5 941	3 936	3 420	2 343	n. a.	
<i>Total do activo</i>	52 922	55 429	16 091	24 340	16 728	18 023	10 037	9 336	4 196	3 730	5 870		
Capitais próprios (sem resultado líquido)	13 064	11 492	1 903	1 538	10 046	9 006	5 154	5 411	966	836	500	n. a.	
Interesses minoritários	6 301	6 380	—	—	—	—	—	—	—	—	—	n. a.	
Resultados	1 271	1 723	139	208	(537)	1 039	1 731	1 312	127	131	607	n. a.	
Passivo bancário	6 870	7 220	6 845	7 219	—	—	25	1	—	—	—	n. a.	
Outros passivos	25 416	28 614	7 204	15 375	7 219	7 978	3 127	2 612	3 103	2 763	4 763	n. a.	
<i>Total do passivo e da sit. líquida</i>	52 922	55 429	16 091	24 340	16 728	18 023	10 037	9 336	4 196	3 730	5 870		
Demonstração dos resultados:													
Vendas e prestações de serviços	30 447	39 332	6 092	14 559	6 002	9 764	8 206	7 494	7 311	7 515	2 836	n. a.	
Outros proveitos	5 219	4 767	1 329	944	3 870	3 811	20	12	—	—	—	n. a.	
CMVMC	9 884	18 394	2 016	9 503	5 538	6 861	1 380	1 805	407	225	543	n. a.	
Margem bruta	25 782	25 705	5 405	6 000	4 334	6 714	6 846	5 701	6 904	7 290	2 293		
Custos com o pessoal	9 457	8 509	2 482	2 151	1 694	1 756	2 714	2 508	2 303	2 094	264	n. a.	
Outros custos operacionais	13 914	14 146	3 220	4 004	3 067	3 333	1 969	1 767	4 467	5 042	1 191	n. a.	
Resultado financeiro	(766)	536	(847)	382	49	69	44	101	(12)	(16)	—	n. a.	
Resultado extraordinário	1 174	166	1 269	(3)	(103)	72	3	95	5	2	—	n. a.	
Imposto sobre o rendimento	752	1 062	(14)	16	56	727	479	310	—	9	231	n. a.	
Interesses minoritários	796	967	—	—	—	—	—	—	—	—	—	n. a.	
Resultado líquido	1 271	1 723	139	208	(537)	1 039	1 731	1 312	127	131	607		

Da análise às principais rubricas das demonstrações financeiras acima indicadas, salientamos o facto do Sector das Novas Tecnologias voltar a acusar os efeitos da recessão que se tem sentido neste sector, com particular incidência nos níveis de facturação e de resultados líquidos.

Ao nível individual, as medidas de reestruturação e de reorientação dos modelos de negócio iniciados no ano de 2004, começam a apresentar resultados de forma sustentada, nomeadamente ao nível da redução dos custos operacionais.

Informação por segmentos — retalho automóvel

Indicadores consolidados	(Em milhares de euros)												
	Total		Coimbracar		Portalegrecar		Miatacar		Garagem Lopes		SLV		
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	
Balanco:													
Imobilizado	3 037	2 255	1 328	1 154	171	194	112	156	571	751	855	n. a.	
Existências	4 881	5 617	1 145	1 118	358	616	1 124	1 349	2 254	2 534	—	n. a.	
Créditos e disponibilidades	13 204	8 627	3 480	3 682	1 299	980	1 588	1 749	3 226	2 145	3 611	n. a.	
<i>Total do activo</i>	21 122	16 499	5 953	5 954	1 828	1 790	2 824	3 254	6 051	5 430	4 466		

Indicadores consolidados	Total		Coimbra		Portalegre		Miatar		Garagem Lopes		SLV	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
	(Em milhares de euros)											
Capitais próprios (sem resultado líquido)	2 350	2 730	1 610	2 048	214	283	108	155	252	257	326	n. a.
Interesses minoritários	205	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	n. a.
Resultados	70	(266)	(111)	(259)	(8)	(71)	1	(47)	141	38	92	n. a.
Passivo bancário	7 475	5 099	2 612	2 486	464	545	584	666	1 422	1 402	2 393	n. a.
Outros passivos	11 022	8 925	1 842	1 679	1 158	1 033	2 131	2 480	4 236	3 733	1 655	n. a.
<i>Total do passivo e da sit. líquida</i>	<i>21 122</i>	<i>16 499</i>	<i>5 953</i>	<i>5 954</i>	<i>1 828</i>	<i>1 790</i>	<i>2 824</i>	<i>3 254</i>	<i>6 051</i>	<i>5 430</i>	<i>4 466</i>	
Demonstração dos resultados:												
Vendas e prestações de serviços	34 177	29 235	5 991	7 549	5 024	5 498	5 468	6 394	15 515	9 794	2 179	n. a.
Outros proveitos	1 941	1 211	633	620	295	256	197	90	804	245	12	n. a.
CMVMC	27 738	25 216	5 160	6 639	4 262	4 693	4 860	5 589	13 456	8 295	—	n. a.
Margem bruta	8 380	5 230	1 464	1 530	1 057	1 061	805	895	2 863	1 744	2 191	
Custos com o pessoal	2 876	2 374	590	751	439	469	323	336	822	818	702	n. a.
Outros custos operacionais	4 805	3 048	785	942	578	746	439	540	1 769	820	1 234	n. a.
Resultado financeiro	(519)	(430)	(198)	(236)	(62)	(49)	(73)	(53)	(121)	(92)	(65)	n. a.
Resultado extraordinário	28	300	1	145	16	134	34	(10)	11	31	(34)	n. a.
Imposto sobre o rendimento	93	17	3	5	2	2	3	3	21	7	64	n. a.
Interesses minoritários	45	(73)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	n. a.
Resultado líquido	70	(266)	(111)	(259)	(8)	(71)	1	(47)	141	38	92	

O ano de 2005, para o sector automóvel, ficou marcado, pelo ligeiro crescimento das vendas de viaturas novas e pela iniciativa do Governo, em alterar a base de tributação do imposto automóvel, reduzindo assim a carga fiscal incidente sobre os veículos ligeiros de passageiros que utilizem tecnologias menos poluentes, medida que entrará em vigor em 1 de Julho de 2006.

As perspectivas para 2006, ainda assim, não são animadoras para este segmento de mercado, uma vez que a estagnação da economia portuguesa, origina uma queda na confiança dos consumidores e o aumento/manutenção do endividamento.

Ao nível das participadas deste sector, as vendas acompanharam o sentimento do mercado o mercado, sendo de destacar o aumento das vendas na Garagem Lopes (+ 58%) a confirmar o bom momento da Ford no mercado nacional.

Para 2006, os objectivos das passam pela continuidade do traçado em 2005, visando o incremento da actividade bem como a racionalização de custos.

Informação por segmentos — Área de hotelaria

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	Total		Hotel do Caramulo		WR Costa Caparica		Lawrence	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Balanço:								
Imobilizado	14 934	14 655	12 776	12 773	705	417	1 453	1 465
Existências	234	156	58	64	159	72	17	20
Créditos e disponibilidades	5 787	2 756	549	2 131	5 190	600	48	25
<i>Total do activo</i>	<u>20 955</u>	<u>17 567</u>	<u>13 383</u>	<u>14 968</u>	<u>6 054</u>	<u>1 089</u>	<u>1 518</u>	<u>1 510</u>
Capitais próprios (sem resultado líquido)	10 278	10 236	10 239	10 168	82	24	(43)	50
Interesses minoritários	5	21	—	—	—	—	—	—
Resultados	(301)	365	(229)	414	19	58	(86)	(93)
Passivo bancário	2 015	1 200	1 000	1 200	1 015	—	—	—
Outros passivos	8 958	5 746	2 373	3 186	4 938	1 007	1 647	1 553
<i>Total do passivo e da sit. líquida ...</i>	<u>20 955</u>	<u>17 567</u>	<u>13 383</u>	<u>14 968</u>	<u>6 054</u>	<u>1 089</u>	<u>1 518</u>	<u>1 510</u>
Demonstração dos resultados:								
Vendas e prestações de serviços	6 812	7 691	1 936	2 484	4 345	5 174	531	33
Outros proveitos	453	629	324	567	125	62	4	—
CMVMC	1 129	820	347	316	675	498	107	6
<i>Margem bruta</i>	<u>6 136</u>	<u>7 500</u>	<u>1 913</u>	<u>2 735</u>	<u>3 795</u>	<u>4 738</u>	<u>428</u>	<u>27</u>
Custos com o pessoal	2 965	2 427	691	651	1 895	1 692	379	84
Outros custos operacionais	3 270	4 466	1 356	1 528	1 791	2 903	123	35
Resultado financeiro	(151)	(144)	(91)	(100)	(48)	(43)	(12)	(1)
Resultado extraordinário	8	(20)	(3)	(4)	11	(16)	—	—
Imposto sobre o rendimento	54	64	1	38	53	26	—	—
Interesses minoritários	5	15	—	—	—	—	—	—
<i>Resultado líquido</i>	<u>(301)</u>	<u>365</u>	<u>(229)</u>	<u>414</u>	<u>19</u>	<u>581</u>	<u>(86)</u>	<u>(93)</u>

O turismo é um dos mais importantes sectores da economia portuguesa, representando cerca de 8% do PIB e absorvendo perto de 10% do emprego.

O aumento do número de turistas e a importância estratégica deste sector, traduzida nas receitas que proporciona, na mão-de-obra que ocupa e nos efeitos multiplicadores que induz em várias áreas, tem levado os agentes económicos, perante a concorrência internacional,

a adoptar um conjunto de medidas dinamizadoras, especialmente no âmbito da oferta.

No entanto, o aumento dessa oferta provocado pela construção de diversos novos hotéis, conjugado com a redução da procura motivada pela retracção da economia, pressionaram os preços médios em sentido descendente, significando que o aumento do número de quartos vendidos não fosse directamente proporcional ao aumento da receita média.

Informação por segmentos — Área de saúde

Indicadores consolidados	(Em milhares de euros)												
	Total		L. U. H. K.		B. H. XXI		Microcular		IMI		Cedima		
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	
Balanço:													
Imobilizado	9 301	3 564	2 690	2 608	980	833	177	123	4 603	n. a.	851	n. a.	
Existências	627	547	10	14	532	531	2	2	44	n. a.	39	n. a.	
Créditos e disponibilidades	11 355	12 839	1 241	1 960	5 710	10 447	427	432	2 526	n. a.	1 451	n. a.	
<i>Total do activo</i>	21 283	16 950	3 941	4 582	7 222	11 811	606	557	7 173		2 341		
Capitais próprios (sem resultado líquido)	6 833	3 143	705	697	3 282	3 097	176	63	2 472	n. a.	936	n. a.	
Interesses minoritários	515	938	—	—	—	—	—	—	—	n. a.	—	n. a.	
Resultados	753	265	(512)	8	1	264	101	217	586	n. a.	354	n. a.	
Passivo bancário	3 617	5 993	3 005	3 350	12	2 643	—	—	600	n. a.	—	n. a.	
Outros passivos	9 565	6 611	743	527	3 927	5 807	329	277	3 515	n. a.	1 051	n. a.	
<i>Total do passivo e da sit. líquida</i>	21 283	16 950	3 941	4 582	7 222	11 811	606	557	7 173		2 341		
Demonstração dos resultados:													
Vendas e prestações de serviços	29 909	17 270	1 612	1 734	13 867	13 176	2 786	2 360	8 925	n. a.	2 719	n. a.	
Outros proveitos	355	353	5	4	325	349	—	—	25	n. a.	—	n. a.	
CMVMC	3 595	2 473	46	85	2 562	2 148	234	240	751	n. a.	—	n. a.	
Margem bruta	26 669	15 150	1 569	1 653	11 630	11 377	2 552	2 120	8 199		2 719		
Custos com o pessoal	5 788	3 454	360	375	2 689	2 707	391	372	1 913	n. a.	435	n. a.	
Outros custos operacionais	19 835	11 374	1 424	1 409	9 258	8 521	2 000	1 444	5 339	n. a.	1 814	n. a.	
Resultado financeiro	(572)	(107)	(282)	72	(120)	(170)	(7)	(9)	(131)	n. a.	(32)	n. a.	
Resultado extraordinário	387	361	(15)	67	440	288	(15)	6	(3)	n. a.	(20)	n. a.	
Interesses minoritários	(223)	224	—	—	—	—	—	—	—	n. a.	—	n. a.	
Imposto sobre o rendimento	331	87	—	—	2	3	38	84	227	n. a.	64	n. a.	
Resultado líquido	753	265	(512)	8	1	264	101	217	586		354		

O ano de 2005, para o segmento de saúde, fica marcado, pelo crescimento da facturação e aposta no crescimento com a adesão de novas empresas ao Grupo Português de Saúde (GPSaúde). Ao nível das participadas deste sector, salienta-se a implantação nacional e a elevada abrangência das actividades desenvolvidas no panorama privado da saúde em Portugal. Em 2006, a aposta passa pela continuação da estratégia de crescimento sustentada em projectos de crescimento orgânico e de forma rentável.

Informação por segmentos — Área industrial

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	Total		Inapal		CNE	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Balanço:						
Imobilizado	73 558	30 434	40 750	15 732	32 808	14 702
Existências	6 325	5 007	1 716	2 992	4 609	2 014
Créditos e disponibilidades	36 969	28 988	11 874	8 070	25 095	20 917
<i>Total do activo</i>	<u>116 852</u>	<u>64 429</u>	<u>54 340</u>	<u>26 795</u>	<u>62 512</u>	<u>37 634</u>
Capitais próprios (sem resultado líquido)	14 990	14 092	12 788	12 366	6 038	5 436
Interesses minoritários	3 836	3 836	—	—	—	—
Resultados	887	897	210	422	677	601
Passivo bancário	29 509	6 960	16 885	—	12 624	6 960
Outros passivos	67 630	38 643	24 457	14 007	43 173	24 636
<i>Total do passivo e da sit. líquida</i>	<u>116 852</u>	<u>64 429</u>	<u>54 340</u>	<u>26 795</u>	<u>62 512</u>	<u>37 634</u>
Demonstração dos resultados:						
Vendas e prestações de serviços	63 020	54 014	28 069	22 920	34 951	31 094
Outros proveitos	630	150	549	68	81	82
CMVMC	41 033	34 663	15 502	11 744	25 531	22 918
<i>Margem bruta</i>	<u>22 617</u>	<u>19 502</u>	<u>13 116</u>	<u>11 244</u>	<u>9 501</u>	<u>8 257</u>
Custos com o pessoal	8 252	6 234	6 383	5 235	1 869	999
Outros custos operacionais	11 604	10 016	5 854	5 164	5 750	4 853
Resultado financeiro	(1 226)	(1 456)	(449)	(110)	(777)	(1 346)
Resultado extraordinário	(168)	(284)	(42)	(53)	(126)	(231)
Interesses minoritários	—	127	—	—	—	—
Imposto sobre o rendimento	480	488	178	260	302	228
<i>Resultado líquido</i>	<u>881</u>	<u>897</u>	<u>210</u>	<u>422</u>	<u>677</u>	<u>601</u>

Em 2005 o imobilizado cresceu quase 142%, devido ao investimento de importantes unidades fabris, em Palmela — fábrica destinada à produção de componentes para a indústria automóvel e em Setúbal — fábrica destinada à produção de cimentos e betões.

Informação por segmentos — Área agro-alimentar

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	Total		Castânia		Geos II		Sortegel	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Balanço:								
Imobilizado	8 587	6 028	705	646	792	822	7 090	4 560
Existências	2 187	2 994	—	—	23	23	2 164	2 971
Créditos e disponibilidades	13 646	9 160	69	84	4 910	4 822	8 667	4 254
<i>Total do activo</i>	<u>24 420</u>	<u>18 182</u>	<u>774</u>	<u>730</u>	<u>5 725</u>	<u>5 667</u>	<u>17 921</u>	<u>11 785</u>
Capitais próprios (sem resultado líquido)	5 504	4 333	336	333	723	718	4 445	3 282
Resultados	305	1 144	8	3	2	6	295	1 135
Passivo bancário	6 117	1 811	100	100	267	256	5 750	1 455
Outros passivos	12 494	10 894	330	294	4 733	4 687	7 431	5 913
<i>Total do passivo e da sit. líquida</i>	<u>24 420</u>	<u>18 182</u>	<u>774</u>	<u>730</u>	<u>5 725</u>	<u>5 667</u>	<u>17 921</u>	<u>11 785</u>
Demonstração dos resultados:								
Vendas e prestações de serviços	9 423	11 078	36	30	93	175	9 294	10 873
Outros proveitos	311	357	2	13	215	210	94	134
CMVMC	6 883	8 648	—	—	37	2	6 846	8 646
<i>Margem bruta</i>	<u>2 851</u>	<u>2787</u>	<u>38</u>	<u>43</u>	<u>271</u>	<u>383</u>	<u>2 542</u>	<u>2 361</u>
Custos com o pessoal	860	1 068	9	9	29	41	822	1 018
Outros custos operacionais	1 691	284	37	25	388	324	1 266	(65)
Resultado financeiro	(127)	(63)	(8)	(8)	(15)	(19)	(104)	(36)
Resultado extraordinário	234	161	27	3	164	9	43	149
Imposto sobre o rendimento	102	389	3	1	1	2	98	386
<i>Resultado líquido</i>	<u>305</u>	<u>144</u>	<u>8</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>295</u>	<u>1 135</u>

Na área agro-alimentar as empresas participadas, no seu conjunto, apresentaram excelentes resultados sendo de destacar a *performance* da Sortegel. Esta empresa, que no exercício anterior tinha apresentado um lucro de 622 milhares de euros, quase que duplicou o resultado em 2004, atingindo praticamente os 1150 milhares de euros e que foram originados pelo aumento significativo das quantidades de castanha

intervencionada bem como pelo aumento das vendas em 62%. De referir o aumento significativo verificado na produção de castanha na região de Trás-os-Montes o qual é maioritariamente escoado pela Sortegel. O ano de 2005 continuará marcado pelo programa de investimentos iniciado em 2003 com o objectivo de aumentar a capacidade produtiva bem como modernizar a actual estrutura.

Informação por segmentos — Área vinícola

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	Total		T. do Chaves		S. A. C. do Varosa		C. Raposeira	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Balanço:								
Imobilizado	23 117	11 794	1 896	2 001	9 866	8 086	11 355	1 707
Existências	10 641	9 637	1 303	1 202	3 897	3 329	5 441	5 106
Créditos e disponibilidades	9 837	8 620	370	343	4 010	3 386	5 883	5 359
<i>Total do activo</i>	<u>43 595</u>	<u>30 051</u>	<u>3 569</u>	<u>3 546</u>	<u>17 773</u>	<u>14 801</u>	<u>22 679</u>	<u>12 172</u>
Capitais próprios (sem resultado líquido)	12 657	9 844	—	—	—	—	—	—
Interesses minoritários	6 858	5 688	—	—	—	—	—	—
Resultados	2 575	2 598	93	85	2 028	1 792	2 129	2 339
Passivo bancário	13 798	3 027	—	—	3 983	2 872	9 815	155
Outros passivos	7 707	8 894	1 831	1 901	2 462	2 517	3 414	4 476
<i>Total do passivo e da sit. líquida</i>	<u>43 595</u>	<u>30 051</u>	<u>3 569</u>	<u>3 546</u>	<u>17 773</u>	<u>14 801</u>	<u>22 679</u>	<u>12 172</u>
Demonstração dos resultados:								
Vendas e prestações de serviços	12 989	13 592	593	652	6 133	6 293	6 263	6 647
Outros proveitos	1 216	1 019	117	176	570	373	529	470
CMVMC	4 296	4 569	143	160	1 932	2 047	2 221	2 362
<i>Margem bruta</i>	<u>9 909</u>	<u>10 043</u>	<u>567</u>	<u>668</u>	<u>4 771</u>	<u>4 620</u>	<u>4 571</u>	<u>4 755</u>
Custos com o pessoal	1 750	1 737	182	174	779	796	789	767
Outros custos operacionais	3 858	3 579	275	302	1 741	1 581	1 842	1 696
Resultado financeiro	79	143	—	(81)	143	193	(64)	31
Resultado extraordinário	925	705	11	12	46	(133)	868	826
Imposto sobre o rendimento	1 055	1 358	28	38	412	510	615	810
Interesses minoritários	1 675	1 618	—	—	—	—	—	—
<i>Resultado líquido</i>	<u>2 575</u>	<u>2 598</u>	<u>93</u>	<u>85</u>	<u>2 028</u>	<u>1 792</u>	<u>2 129</u>	<u>2 339</u>

Da análise às principais rubricas das demonstrações financeiras acima indicadas, salientamos o facto da conjuntura interna e externa, a grande concorrência e a estagnação dos principais mercados de exportação continuam a condicionar fortemente este segmento de mercado. A diminuição das vendas e prestações de serviços deste segmento em 4,4% é o reflexo disso mesmo.

Em termos individuais e apesar das diminuições registadas na rubrica de vendas e prestações de serviços é no entanto meritório o crescimento em 13% dos lucros da S. A. C. do Varosa (+ 236 milhares de euros) e de 9% da Tapada do Chaves (+ 8 milhares de euros).

Informação por segmentos — Área seguradora

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	Total		Real Vida Seguros		Real Seguros	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Balanço:						
Imobilizado	22 824	12 247	3 101	2 963	19 723	9 284
Créditos e disponibilidades	520 417	420 811	372 475	287 813	147 942	132 998
<i>Total do activo</i>	<u>543 241</u>	<u>433 058</u>	<u>375 576</u>	<u>290 776</u>	<u>167 665</u>	<u>—</u>
Capitais próprios (sem resultado líquido)	41 878	34 116	15 756	15 326	26 122	18 790
Resultados	7 607	6 490	707	597	6 900	5 893
Passivo bancário	70	2 786	—	—	70	2 786
Outros passivos	493 686	389 666	359 113	274 853	134 573	114 813
<i>Total do passivo e da sit. líquida</i>	<u>543 241</u>	<u>433 058</u>	<u>375 576</u>	<u>290 776</u>	<u>167 665</u>	<u>142 282</u>
Demonstração dos resultados:						
Vendas e prestações de serviços	278 313	242 870	172 279	146 319	106 034	96 551
Outros proveitos	3 156	4 158	2 711	2 942	445	1 216
<i>Margem bruta</i>	<u>281 469</u>	<u>247 028</u>	<u>174 990</u>	<u>149 261</u>	<u>106 479</u>	<u>97 767</u>

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	Total		Real Vida Seguros		Real Seguros	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Custos com o pessoal	14 238	14 180	4 669	4 705	9 569	9 475
Outros custos operacionais	269 172	221 005	203 752	152 249	65 420	68 756
Resultado financeiro	11 158	(2 672)	33 932	8 861	(22 774)	(11 533)
Resultado extraordinário	1 446	(1 065)	517	(365)	929	(700)
Imposto sobre o rendimento	3 056	1 616	311	206	2 745	1 410
Resultado líquido	7 607	6 490	707	597	6 900	5 893

Na área seguradora há a destacar o crescimento da facturação em cerca de 14,6% fruto do crescimento e notoriedade que as marcas têm adquirido no mercado, mais acentuado no Ramo Vida, pela Real Vida Seguros com um aumento de valor dos prémios emitidos na ordem dos 17,7%.

Relativamente aos resultados, estes atingiram os 7607 milhares de euros, representando um crescimento de 17,2% relativamente a 2004.

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

ANEXO I

Para efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, no exercício de 2005, era a seguinte:

José de Oliveira Costa:

Possuía, em 1 de Janeiro de 2005, 18 461 276 acções.

Possuindo, em 31 de Dezembro de 2005, 18 565 910 acções.

Luís Carlos Oliveira Caprichoso:

Não possuía, em 1 de Janeiro de 2005, quaisquer acções.

Não possuía, em 31 de Dezembro de 2005, quaisquer acções.

Francisco Gonçalves Sanches:

Não possuía, em 1 de Janeiro de 2005, quaisquer acções.

Não possuía, em 31 de Dezembro de 2005, quaisquer acções.

ANEXO II

Para efeitos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

SLN Valor, SGPS, L.ª

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51	300 298	—	300 298	288 210
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	52	152 480	—	152 480	109 296
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	32 825	—	32 825	81 050
4 — Créditos sobre clientes	14	4 348 190	91 865	4 256 325	3 838 389
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	7, 10	—	—	—	—
a) De emissores públicos		41 085	—	41 085	46 331
b) De outros emissores		91 451	—	91 451	59 561
c) Títulos próprios		—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	147 266	1 187	146 079	92 477
7 — Partes de capital em empresas associadas	6, 10	23 397	4	23 393	19 387
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consol.	6, 10, 50	165 740	1 454	164 286	125 317
9 — Outras participações financeiras	6, 10	14 518	712	13 806	17 803
10 — Imobilizações incorpóreas	11, 16	23 961	16 321	7 640	8 472
11 — Imobilizações corpóreas	11	104 147	50 723	53 424	51 389
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)		(8 157)	(1 210)	(6 947)	(5 948)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial		—	—	—	—
13 — Diferenças de consolidação		—	—	—	—
14 — Capital subscrito não realizado		—	—	—	—
15 — Acções próprias		—	—	—	331
16 — Outros activos	31	222 465	1 415	221 050	218 484
17 — Contas de regularização	27	103 093	—	103 093	69 077
18 — Prejuízo consolidado do exercício		—	—	—	—
19 — Interesses minoritários		—	—	—	—
Total do activo		5 770 916	163 681	5 607 235	5 025 574

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	18	—	—
a) À vista		40 279	28 587
b) A prazo ou com pré-aviso		471 385	364 926
2 — Débitos para com clientes	18	—	—
a) Depósitos de poupança		93 276	119 905
b) Débitos à vista		1 164 644	946 195
c) Débitos a prazo		2 759 743	2 573 009
3 — Débitos representados por títulos	18, 19	—	—
a) Obrigações em circulação		45 540	20 000
b) Outros		1 567	27 225
4 — Outros passivos	31	44 917	36 816
5 — Contas de regularização	27	74 279	60 915
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial		—	—
7 — Diferenças de consolidação		—	—
8 — Provisão para riscos e encargos	24	—	—
a) Provisões para pensões e encargos similares		28	—
b) Outras provisões		47 368	41 152
9 — Fundo para riscos bancários gerais	3	12 260	14 281
10 — Passivos subordinados		200 000	150 000
11 — Capital subscrito	29	470 925	448 500
12 — Prémios de emissão	29	151 104	151 104
13 — Reservas	29	(18 642)	(7 347)
14 — Reservas de reavaliação		—	—
15 — Resultados transitados	29	—	(869)
16 — Interesses minoritários	29	3 610	2 822
17 — Lucro consolidado do exercício		44 952	48 353
<i>Total do passivo</i>		5 607 235	5 025 574

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2005	2004
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	23	451 702	409 189
Dos quais:			
Aceites e endossos		—	—
Garantias e avales		419 457	377 517
Outros		32 245	31 672
2 — Compromissos	23	882 709	704 668
Dos quais:			
Resultantes de operações de venda com opção de recompra		—	—

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração consolidada dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	53	126 860	113 860
2 — Comissões	54	11 678	10 331
3 — Prejuízos em operações financeiras	55	35 350	73 096
4 — Gastos gerais administrativos		—	—
a) Custos com pessoal	34	72 207	66 441
b) Outros custos administrativos		58 073	63 068
5 — Amortizações do exercício	11	15 736	16 894
6 — Outros custos de exploração	39	4 202	3 894
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	24	57 513	61 116

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
8 — Provisões para imobilizações financeiras	24, 50	414	131
9 — Perdas extraordinárias	39	7 049	6 906
10 — Impostos sobre os lucros	41	12 428	9 270
11 — Outros impostos		1 666	1 481
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		905	1 340
13 — Interesses minoritários		12	—
14 — Lucro consolidado do exercício		44 952	48 353
<i>Total</i>		449 045	476 181

PROVEITOS

	Notas	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	53	269 364	241 957
2 — Rendimento de títulos	53	548	7 282
3 — Comissões	54	68 742	60 445
4 — Lucros em operações financeiras	55	38 338	84 909
5 — Reposições e anulações de provisões	24	24 639	28 427
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		14 372	10 504
7 — Outros proveitos de exploração	39	24 653	35 219
8 — Ganhos extraordinários	39	8 389	7 293
9 — Interesses minoritários		—	145
10 — Prejuízo consolidado do exercício		—	—
<i>Total</i>		449 045	476 181

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota introdutória:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A. (SLN — SGPS, S. A.), é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura em 11 de Setembro de 1998, tendo por objecto social as actividades legalmente consentidas a este tipo de sociedade, nomeadamente a gestão de participações sociais noutras sociedades.

A actividade da SLN — SGPS, S. A. está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As notas às contas a seguir apresentadas contêm as indicações e o ordenamento estabelecido pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração não figuram neste anexo não são aplicáveis.

1 — Valores comparativos:

Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, pelo que os valores de 2005 são comparáveis, nos aspectos relevantes, aos do exercício de 2004.

3 — Bases de apresentação, política contabilística e critérios valorimétricos:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais da SLN — SGPS, S. A., das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

As demonstrações financeiras da SLN — SGPS, S. A., referentes a 31 de Dezembro de 2005, estão pendentes de aprovação pelos corresponsáveis órgãos sociais.

No entanto, é convicção do conselho de administração da SLN — SGPS, S. A., que estas demonstrações financeiras serão aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as contas da SLN — SGPS, S. A., das suas subsidiárias e associadas, foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, e respeitam aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004. Neste contexto, procedeu-se à uniformização dos critérios contabilísticos de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi julgado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

A consolidação das empresas subsidiárias foi efectuada segundo o método de integração global nas situações em que se verifique uma relação de domínio, tendo em conta as exclusões previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março.

Os saldos e as transacções existentes, materialmente relevantes, entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica interesses minoritários.

Nas contas consolidadas, as participações em empresas filiais encontram-se valorizadas segundo o método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação nessas empresas.

A inclusão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira é precedida da sua conversão para euros com base no câmbio da divisa, divulgado pelo Banco de Portugal. Os activos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos ao câmbio do final de ano e os proveitos e custos ao câmbio médio do ano, sendo o efeito cambial originado na conversão reconhecido em outras reservas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas (diferenças de consolidação, positivas e negativas, e de reavaliação — *goodwill*) apuradas à data da primeira consolidação (exercício de 1999), ou à data de aquisição, se posterior, foram anuladas directamente por contrapartida da rubrica de outras reservas.

O investimento em empresas com participação inferior a 20% é contabilizado ao custo de aquisição, sendo os respectivos proveitos reconhecidos quando recebidos.

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

a) *Especialização de exercícios.* — A SLN — SGPS, S. A., e as suas subsidiárias seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança. Porém, nos casos em que as operações se encontrem vencidas há mais de 90 dias (excepto no caso de terem garantias reais em que não há suspensão de juros) ou, embora não vencidas, existam dúvidas razoáveis relativamente à sua cobrabilidade, a SLN — SGPS, S. A., e as suas subsidiárias suspendem a contagem dos juros correspondentes, os quais apenas são reconhecidos em proveitos se e quando recebidos.

b) *Provisões:*

Provisões para riscos de crédito:

As provisões para riscos de crédito foram apuradas nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro, e incluem:

i) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos destinada a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco, da natureza do crédito e do tipo da garantia, caso exista;

ii) Uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa destinada a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, sendo consideradas como tais:

a) As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

1) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

2) Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a 10 anos;

24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

A parte vincenda dos créditos referidos na presente alínea deve ser reclassificada — apenas para efeitos de provisionamento — como crédito vencido;

b) Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos.

Esta provisão é apresentada no activo a deduzir à rubrica créditos sobre clientes, correspondendo esta a uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido, aplicada às prestações vincendas do crédito concedido a um mesmo cliente em que se verifique a aplicação desta situação. Os créditos e juros vencidos abatidos ao activo foram considerados como provisionados a 100% para efeitos de determinação desta provisão;

iii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito destinada a cobrir riscos potenciais existentes, sendo apresentada no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, correspondente a um mínimo de:

0,5% no crédito não vencido à habitação;

1,5% no crédito não vencido, considerado ao consumo;

1% no restante crédito não vencido concedido pelas instituições de crédito.

O crédito inclui o representado por aceites, garantias e avales prestados.

Provisões para títulos:

As provisões para menos-valias em títulos apresentadas no activo a deduzir à rubrica de acções e outros títulos de rendimento variável, incluem:

i) Uma provisão específica para títulos e juros vencidos, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre

os saldos de títulos e juros vencidos, em função da classe de risco, da natureza dos títulos e da existência ou não de garantias;

ii) Uma provisão específica destinada a cobrir o total das menos-valias latentes de títulos, à data do encerramento das contas, nos termos do n.º 10 do mencionado aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

Provisões para imobilizações financeiras:

As provisões para imobilizações financeiras destinam-se a fazer face ao risco imputado aos activos imobilizados financeiros, sendo constituídas de acordo com os avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, e n.º 4/2002, de 11 de Junho, do Banco de Portugal.

Até 30 de Junho de 2002 (exclusive), a constituição de provisões para participações financeiras foi efectuada nos termos do aviso n.º 3/95, que não obrigava à constituição daquelas provisões salvo se, relativamente à entidade participada, se verificar alguma das circunstâncias seguintes:

Ter apresentado resultados negativos em três exercícios seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos; e

Encontrar-se em situação de insolvência, ter cessado a actividade, ter sido objecto de alguma providência de recuperação de empresas ou ter sido declarada em estado de falência.

A partir de 30 de Junho de 2002 (inclusive), o Banco de Portugal, através do seu aviso n.º 4/2002, de 11 de Junho, tornou também obrigatória a constituição de provisões para menos-valias latentes nas demais participações financeiras. Assim, quando o montante da menos-valia latente numa participação financeira — calculada com base na média das cotações diárias dos últimos seis meses, no caso de títulos cotados, ou, calculada pelo produto da parte correspondente à situação líquida da sociedade participada pelo factor 1,5, no caso dos títulos não cotados — exceder 15% do valor de inscrição no balanço, há lugar à constituição de uma provisão correspondente a, pelo menos, 40% daquele excesso, sendo o montante não provisionado daquele excesso deduzido aos fundos próprios.

O aviso n.º 4/2002 estabeleceu ainda um regime transitório para as participações que já se encontravam em carteira em 31 de Dezembro de 2001. Assim a constituição de provisões para as menos-valias latentes apuradas naquele conjunto de participações podem ser diferidas ao longo de dez anos (até 2011) para empresas não sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal ou cinco anos (até 2006) para empresas sujeitas à supervisão daquelas entidades. Ao abrigo deste regime, as provisões constituídas desde 2003 podem ser registadas por contrapartida de reservas.

Provisões para risco-país:

As provisões para risco país destinam-se a fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países e territórios classificados de risco, sendo constituída de acordo com o aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal e com a instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal, incluindo as alterações ao disposto no n.º 4 (listagem revista anualmente dos países e territórios classificados segundo os seus graus de risco) da mesma instrução.

Provisões para outros riscos e encargos:

Estas provisões destinam-se a fazer face a outros riscos e encargos, mas afectas a finalidades específicas.

c) *Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável.* — As compras e vendas de títulos são registadas na data da transacção, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os títulos transaccionados são objecto de esquemas de contabilização diferenciados em função das suas características e da prévia explicitação sobre a intenção de aquisição.

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não pode exceder seis meses, e em que a sua natureza e principais características não ofereçam quaisquer dúvidas quanto à sua negociabilidade (v. nota n.º 10).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados pelo valor de aquisição e reavaliados com base no valor de mercado, acrescido dos juros corridos e não cobrados. Não existindo valor de

mercado, estes títulos são valorizados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento. As diferenças apuradas entre o valor de aquisição e o valor de valorização são registadas como custos ou proveitos.

As acções e outros títulos de rendimento variável são valorizados com base na cotação do mercado, ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou estimado de mercado. As diferenças de valorização relativas a outras acções são registadas em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se trate de perdas ou de ganhos potenciais, dando as perdas lugar à constituição de uma provisão.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja detenção assume um carácter duradouro (ou adquiridos há mais de seis meses), e que não sejam considerados como imobilizações financeiras (v. nota n.º 10).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, apurados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, contabilizados nas respectivas contas de regularização do activo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso, que constitui o prémio ou desconto verificado no momento da compra, é amortizada de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

A diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição (corrigido dos montantes dos prémios ou dos descontos reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, é provisionada por contrapartida de resultados.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é relevado nas respectivas contas de regularização do passivo. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo a diferença quando positiva, entre este custo e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, totalmente provisionada por contrapartida de resultados.

d) Operações em moeda estrangeira. — As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal. Relativamente aos proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, esta conversão é efectuada mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês. As compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações *currency forwards* são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

e) Instrumentos derivados. — Os instrumentos financeiros derivados são classificados contabilisticamente em negociação ou cobertura em função do objectivo a que se destinam.

Contratos de fixação de taxa de juro a prazo (*forward rate agreement* — FRA):

Os contratos de fixação de taxa de juro a prazo (*forward rate agreement* — FRA) permanecem registados nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento.

Nos contratos classificados como cobertura, os juros pagos ou recebidos na data da liquidação são registados em contas de custos ou proveitos diferidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios até ao vencimento dos contratos. Os contratos de classificados como negociação são valorizados a preços de mercado.

Contratos de trocas de taxas de juro (*interest rate swaps* — IRS):

Os contratos de troca de taxas de juro (*Interest rate swaps* — IRS) permanecem registados nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento.

Nos contratos classificados como cobertura os juros pagos ou recebidos são registados em contas de custos ou proveitos diferidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios até ao vencimento das operações. Os contratos de negociação são valorizados a preços de mercado.

Contratos de trocas de divisas (*currency swaps*):

Os contratos de troca de moeda (*currency swaps*) — operações da posição cambial à vista cobertas por operações a prazo — não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios ou descontos destas operações são amortizados até à data do seu vencimento por contrapartida de custos ou proveitos.

Swaps de cotações (equity swaps):

As operações de *equity swaps* referem-se essencialmente a estruturas contratadas para a cobertura dos riscos inerentes aos produtos estruturados comercializados pelo Banco, sendo classificadas como de cobertura. Estas operações permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao vencimento. A componente de taxa de juro relativa ao período em curso é reconhecida em contas de regularização por contrapartida de resultados e a componente *equity* é registada através da reavaliação dos derivados implícitos nos contratos.

Derivados de crédito (*credit default swaps*):

As operações de Credit Default Swaps (CDS) são classificadas como de negociação ou de cobertura consoante os seus objectivos na data de contratação e permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento.

As operações de negociação são valorizadas a preços de mercado, sendo os resultados inerentes a estas operações reconhecidos como custos e proveitos do exercício. As operações de cobertura são valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos.

Futuros:

As posições de negociação em contratos de futuros transaccionados em mercados organizados são registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional e são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo que as perdas e os ganhos, realizados e não realizados (proveito ou custo necessário ao encerramento das posições), são relevados em resultados do exercício.

f) Partes de capital em empresas associadas, partes de capital em empresas coligadas e em empresas filiais excluídas de consolidação e outras participações financeiras. — A rubrica de partes de capital em empresas associadas inclui as participações em empresas associadas, as quais são registadas ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão específica sempre que sejam estimadas perdas no respectivo valor de realização, no balanço individual, e pelo método de equivalência patrimonial no balanço consolidado.

A rubrica de partes de capital em empresas coligadas e empresas filiais excluídas da consolidação inclui as partes de capital em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão específica sempre que sejam estimadas perdas no respectivo valor de realização, no balanço individual, e pelo método de equivalência patrimonial no balanço consolidado.

A rubrica de outras participações financeiras regista as participações com carácter de estabilidade, mas cuja percentagem do capital detido é inferior a 20%, as quais não são objecto de consolidação,

sendo registadas ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão específica sempre que sejam estimadas perdas no respectivo valor de realização.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho de contas.

g) *Imobilizações incorpóreas.* — O imobilizado incorpóreo da SLN — SGPS, S. A. e das suas subsidiárias é composto essencialmente por custos capitalizados relativos a despesas notariais e de registo com aumentos de capital, despesas com estudos de desenvolvimento, despesas no período de formação do pessoal admitido para expansão da rede de balcões e com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados.

A semelhança de anos anteriores, os custos com formação e adaptação aos procedimentos técnicos do Grupo, que correspondem, em média a pouco mais de três meses de actividade não produtiva dos novos empregados, foi imobilizado apenas na componente salarial, a fim de serem amortizados em três anos a contar da data de admissão. O valor desta imobilização, equivalente aos três primeiros meses de actividade, elevou-se no decurso do ano a 486 milhares de euros (valor líquido de amortizações — 324 milhares de euros).

Estas imobilizações são amortizadas no período de três anos pelo método das quotas constantes, de acordo com o critério fiscal aplicável.

h) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo das subsidiárias da SLN — SGPS, S. A., encontra-se registado pelo seu custo de aquisição, com excepção dos bens transferidos da Soserfin — Sociedade de Investimentos e Serviços Financeiros, S. A., para o BPN, os quais foram objecto de reavaliação de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 41/92, de 25 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro. A reserva de reavaliação então gerada, no montante líquido de 407 milhares de euros, foi integrada nos capitais próprios do Banco, aquando do processo de fusão que lhe deu origem.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, tendo por base as taxas máximas, permitidas para efeitos fiscais, pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que se considera não diferirem significativamente da vida útil estimada dos bens. O período de amortização, utilizado para os diversos grupos de activos, é o seguinte:

	Anos
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outras imobilizações	10

Nos termos das disposições legais em vigor, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações registadas não é considerada como custo para efeitos fiscais.

Bens recebidos em dação:

Os imóveis e outros bens recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica de outros activos — aplicações por recuperação de créditos pelo valor acordado no contrato de dação. Sempre que o valor presumível de realização destes imóveis (apurado através de avaliações periódicas) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, é constituída uma provisão para fazer face a menos-valias potenciais.

i) *Pensões de reforma.* — Até 31 de Dezembro de 1997 o BPN, S. A., ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da segurança social. Durante o ano de 1998, o BPN, S. A., celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêm que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S. A.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido.

As responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2002 foram avaliadas respeitando os pressupostos correspondentes ao aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal. Este aviso veio introduzir um conjunto de alterações ao regime de cálculo, registo e financiamento das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. As alterações e os aspectos mais significativos deste novo regime são:

i) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado.

ii) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referência para o cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do exercício que serve de referencial para o cálculo dos desvios.

O Banco utilizou esta faculdade de diferimento, tendo registado em flutuação de valores o montante de 3225 milhares de euros.

iii) Não utilização, no cálculo do valor actual por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluído o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo à garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros;

Nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, os ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de alterações nas condições gerais dos respectivos planos de pensões bem como a parcela não enquadrável no «corredor» dos ganhos e perdas actuarias resultantes de diferenças entre os pressupostos actuarias e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados devem ser amortizados no prazo máximo de 10 anos;

O financiamento das responsabilidades com pensões de reforma dos empregados no activo é efectuado pelo Banco e suas subsidiárias do sector financeiro da seguinte forma:

i) As responsabilidades por serviços passados dos activos admitidos na Banca antes de 1995, são financiadas integralmente através de um plano de amortizações de prestações uniformes anuais até 2014;

ii) O acréscimo de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, calculado de acordo com o referido aviso n.º 12/2001, resultante do somatório das componentes, custo do serviço corrente, custo dos juros, rendimento esperado dos activos do Fundo e ganhos e perdas actuariais, são financiadas integralmente através de contribuições efectuadas pelo Banco;

iii) O acréscimo de responsabilidades resultante de programas de reforma antecipada é também integralmente financiado pelo BPN e suas subsidiárias.

j) *Fiscalidade.* — A SLN — SGPS, S. A., e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a SLN — Madeira, SGPS, S. A., BPN — Madeira, SGPS, S. A. e a sucursal financeira exterior do BPN, S. A., sediadas na Zona Franca da Madeira, beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

Adicionalmente, foram ainda considerados como impostos diferidos, e registados na rubrica de provisões para riscos e encargos, a estimativa de imposto a pagar sobre os resultados de operações cujos proveitos ou custos serão imputáveis ao exercício da liquidação das correspondentes operações, designadamente com as operações de fixação de câmbios a prazo.

k) *Locação financeira.* — Locação financeira é uma locação na qual, em substância, o locador transfere para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à detenção de um activo, independentemente de o título de propriedade poder, ou não, vir a ser transferido.

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica de imobilizações corpóreas por contrapartida da rubrica de outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação

vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea h).

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos do exercício e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica de outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço com créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) *Locação operacional*. — Locação operacional é uma locação que não se enquadra nas condições descritas no parágrafo inicial da alínea k), locação financeira.

Como locatário:

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de credores diversos por contrapartida de custos do exercício.

Como locador:

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de imobilizado corpóreo — imobilizado em locação operacional pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na nota n.º 3.3 alínea h).

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de devedores — clientes de locação operacional por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

m) *Factoring*. — As operações de *factoring* com recurso são relevadas como crédito concedido pelos valores dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Caso as operações de *factoring* sejam contratadas sem recurso, estas são igualmente relevadas como crédito concedido mas por contrapartida da rubrica de credores por operações de *factoring*. Esta última conta é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de *factoring*, que não foram objecto de adiantamento ao aderente são registadas na rubrica extrapatrimonial de contratos com recurso — facturas não financiadas. A regularização do seu saldo ocorrerá à medida que essas facturas forem sendo liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas seguem o regime geral de contabilização previsto nas contas extrapatrimoniais.

n) *Fundo de Garantia de Depósitos*. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos

que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, ficando ainda definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN, S. A. e o Banco Efisa fazem parte integrante.

As contribuições iniciais, efectuadas no final de 1994, foram amortizadas em cinco anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2005 esta componente foi de 67%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

o) *Sistema de indemnização aos investidores*. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, foi criado o sistema de indemnização aos investidores destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela instituição.

Durante o exercício de 2005, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o sistema de indemnização aos investidores.

p) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito*. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor de cotação, ou na sua falta ao valor nominal.

q) *Fundo para riscos bancários gerais*. — O BPN, S. A. possui um fundo para riscos bancários gerais, que se destina a cobrir riscos contingentes de natureza não específica, relacionados com a sua actividade.

4 — Derrogações a critérios valorimétricos:

Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário.

5 — Activos com valor de balanço diferente do valor de mercado:

As menos-valias referentes aos títulos de negociação e de investimento, decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação), são provisionados de acordo com a política referida na nota n.º 3.3, alínea c), sendo o valor das provisões apresentado como dedução aos respectivos activos.

6 — Participações financeiras:

A SLN — SGPS, S. A., detém participações em empresas subsidiárias (coligadas ou filiais) e associadas, cujas aquisições foram efectuadas com intenção de intervenção na gestão das empresas, quer pela existência de ligações quer por complementaridade com a sua actividade.

São consideradas empresas subsidiárias, as participações de capital superiores a 50%, em que seja exercido controlo pela sociedade. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro, cuja participação da sociedade no seu capital se situa entre 20% e 50% e em relação às quais não existe uma relação de domínio.

A informação mais relevante relativa às participações detidas, directa ou indirectamente pela SLN — SGPS, S. A., resume-se como se segue:

Empresa/sede	Percent. da participação	Último exercício	Capitais próprios	Resultados	Valor da participação	Parte proporc.	Diferença	Método de consolidação	Tipo de participação	Participante
BPN — SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	310 441	25 837	283 253	310 441	27 188	Integral	Directa	SLN — SGPS, S. A.
BPN — Banco Port. de Negóc., S. A. — Av. da França, 680-694 — Porto	100,00	2005	353 513	37 636	323 858	353 513	29 655	Integral	Indir.	BPN — SGPS, S. A.
BPN Particip. Financeiras, SGPS, L.ª — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	99,80	2005	40 491	33 675	50	40 410	40 360	Integral	Indir.	BPN — Banco Port. de Negóc., S. A.
BPN Crédito — Instit. Financeira de Crédito, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	83 050	9 917	63 932	63 050	19 118	Integral	Indir.	BPN — Part. Finan., SGPS, L.ª
Banco Etisa, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	25 527	2 616	21 519	25 527	4 008	Integral	Indir.	BPN — Part. Finan., SGPS, L.ª
BPN Imofundos — Soc. Gestora Fundos Investim. Imobiliário, S. A. — Av. da França, 686-694 — Porto	100,00	2005	7 522	5 849	574	7 522	6 948	Integral	Indir.	BPN — Part. Finan., SGPS, L.ª
BPN Gestão de Activos — Soc. Gest. de Fundos de Invest. Mobil., S. A. — Avenida da França, 696-708 — Porto	100,00	2005	5 630	3 702	4 952	5 630	678	Integral	Indir.	BPN — Part. Finan., SGPS, L.ª
BPN — Madeira, SGPS, S. A. — Avenida Arriaga, 34 — Funchal	100,00	2005	82	(6)	100	82	(18)	Integral	Indir.	BPN — Part. Finan., SGPS, L.ª
BPN — IFI, S. A. — Achada de St. António — Cidade da Praia, Cabo Verde	100,00	2005	6 158	158	6 000	6 156	158	Integral	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
Soserfin — Serviços Financeiros, S. A. — Av. da França, 697-708 — Porto	100,00	2005	59	(1)	25	59	34	Integral	Indir.	BPN — Part. Finan., SGPS, L.ª
SLN — Madeira, SGPS, S. A. — Rua São João de Deus, 12 — Funchal	100,00	2005	4 989	3 782	250	4 989	4 739	Integral	Indir.	BPN — Part Finan., SGPS, L.ª
BPN Cayman, Ltd. — Cayman Islands	100,00	2005	44 015	3 967	38 145	44 015	5 870	Integral	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
BPN Brasil — Banco Múltiplo, S. A. — São Paulo, Brasil	80,00	2005	12 191	53	14 942	9 753	(5 189)	Integral	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
BPN Créditos (Brasil) — Promotora de Vendas, L.ª — São Paulo, Brasil	50,00	2005	(327)	(1 519)	464	(164)	(628)	Equiv. patr.	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
Cervejas de Nampula, S. A. R. L. — Nampula, Moçambique	7,56	—	—	—	507	—	—	Custo hist.	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
ERGI, Empreendimentos, S. A. São Paulo, Brasil	20,00	—	—	—	882	—	—	Custo hist.	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
Real Re Ltd. — Hamilton, Bermuda	100,00	2005	519	(20)	118	519	401	Equiv. patr.	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
Real Vida Seguros, S. A. — Av. da França, 316 — Porto	100,00	2005	16 463	707	18 085	16 463	(1 622)	Equiv. patr.	Indir.	BPN — Banco Port. de Negóc., S. A.
Gamboia — Promoção Imobiliária, S. A. — Achada de St. António — Cidade da Praia, Cabo Verde	100,00	—	—	—	55	—	—	Equiv. patr.	Indir.	SLN Madeira — SGPS, S. A.
Soc. Clínica da Prelada, L.ª — Alameda Dr. António Macedo, 85-87 — Porto	49,00	2000	(89)	(190)	122	(44)	(122)	Equiv. patr.	Indir.	Real Vida Seguros, S. A.
Cimporfin — Projectos Téc. e Financ., S. A. — Av. da República, 53, 3.º — Lisboa	18,75	—	—	—	299	—	—	Custo hist.	Indir.	BPN — Banco Port. de Negóc., S. A.
Real Seguros, S. A. — Av. da França, 316 — Porto	96,53	2005	33 022	6 900	20 267	31 876	11 609	Equiv. patr.	Indir.	BPN — SGPS, S. A.
Fincor, SGPS, S. A. — Rua Braancamp, 9, 7.º — Lisboa	80,00	2005	1 335	(231)	4 495	1 068	(3 427)	Integral	Indir.	BPN — SGPS, S. A.
Rentilusa — Loc. e Com. de Equip. e Serviços, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	475	278	49	475	426	Equiv. patr.	Indir.	BPN — SGPS, S. A.
AVS — Corretores de Seguros, S. A. — Rua Julieta Ferrão, 10, 14.º — Lisboa	67,00	2005	1 590	257	4 356	1 065	(3 291)	Equiv. patr.	Indir.	BPN — SGPS, S. A.
BPN Serviços — Serv. Admin., Operac. e Inform., ACE — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	100	—	85	100	15	Integral	Indir.	Subsidiárias financeiras.
Plêiade — Investimentos e Participações, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	22 448	703	41 088	22 446	(18 840)	Integral	Directa	SLN — SGPS, S. A.

		(Em milhares de euros)								
Empresa/sede	Percent. da participação	Último exercício	Capitais próprios	Resultados	Valor da participação	Parte proporc.	Diferença	Método de consolidação	Tipo de participação	Participante
CNE — Distrib. de Cimentos Nacion. e Estrang., S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	6 715	677	7 782	8 715	(1 087)	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Inapal Plásticos, S. A. — Rua da Estação do Aratújo — Leça do Balio	70,00	2005	12 605	(182)	9 560	6 824	(757)	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Geslusa Trading, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	5 291	147	5 494	5 291	(203)	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Omni — Aviação e Tecnologia, S. A. — Aeródromo Municipal de Cascais — Tires	16,35	—	—	—	1 049	—	—	Custo hist.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
VSEGUR — Activ. de Segurança Privada, S. A. — Rua Fernandes Tomás — Porto	100,00	2005	(173)	77	250	(173)	(250)	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Vantec — Tecnologias de Vanguarda, Sistemas de Informação, S. A. — Rua da Preciosa, 306, 1.º — Porto	50,00	2003	(147)	(75)	155	(74)	(155)	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Pet Gest — Serviços e Produtos para Animais, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	50,80	2005	(628)	(134)	51	(319)	(51)	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Complementus — Empresa de Trab. Temporário, S. A. — Av. da República, 53, 1.º — Lisboa	100,00	2005	61	12	50	61	11	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Serviplex — Gestão de Recursos Humanos, S. A. — Rua Conselheiro Lopo Vaz, 36 — Lisboa	100,00	2005	(614)	82	250	(614)	(250)	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Plêiade Investissement, S. A. R. L. — Rabat — Marrocos	100,00	2004	156	—	10	158	148	Equiv. patr.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Nórdica, SGPS, S. A. — Av. da República, 53, 6.º — Lisboa	10,00	—	—	—	3 000	—	—	Custo hist.	Indir.	Plêiade — SGPS, S. A.
Partinvest — SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	4 331	2 228	5 237	4 331	(906)	Integral	Directa	SLN — SGPS, S. A.
Caves da Raposeira, S. A. — Cambres, Lamego	89,90	2005	9 450	2 129	9 000	6 496	(504)	Equiv. patr.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A. (80%) — Soc. Agríc. Com. do Varosa, S. A. (20%).
Soc. Agrícola e Comercial do Varosa, S. A. — Abadia Velha — Ucanha, Tarouca	49,50	2005	11 308	2 008	1 204	5 597	4 393	Equiv. patr.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A.
Tapada do Chaves — Soc. Agrícola e Comercial, S. A. — Frangoneiro, Portalegre	89,50	2005	1 738	93	1 531	1 555	24	Equiv. patr.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A. (80%) — Soc. Agríc. Com. do Varosa, S. A. (20%).
Limpeque — Serviços de Limpeza Gerais, S. A. — Rua Conselheiro Lopo Vaz, 38-E — Lisboa	100,00	2005	161	110	2 698	181	(2 517)	Equiv. patr.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A.
Morais & Cabral — Soc. Imobiliária, Lda — Rua Marquês Sá da Bandeira, 311 — Vila Nova de Gaia	26,00	2004	40	—	460	10	(450)	Custo hist.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A.
Geosil — Empreend. Agrosilvícolas, S. A. — Bairro da Estação, Rua C, 6 — Bragança	100,00	2005	726	2	763	726	(37)	Equiv. patr.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A.
Socenta — Construções Imobiliárias, S. A. — Rua de Moçambique, 20 — Aveiro	40,00	2004	100	—	40	40	—	Equiv. patr.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A.
Sortegel — Prod. Congelados, S. A. — Sortes, Bragança	100,00	2005	4 711	295	—	4 711	4 711	Equiv. patr.	Indir.	Geosil, S. A.
Castânia — Soc. Agroflorestal, S. A. — Bairro da Estação, Rua C, 8 — Bragança	100,00	2005	344	6	168	344	178	Equiv. patr.	Indir.	Partinvest — SGPS, S. A.
SLN — Investimentos, SGPS, S. A. — Rua D. João V, 30 — Lisboa	100,00	2005	7 735	798	5 000	7 735	2 735	Integral	Directa	SLN — SGPS, S. A.
Turiscaramulo — Empreend. Turist. do Caramulo, S. A. — Caramulo — Tondela	100,00	2005	10 010	(229)	4 313	10 010	5 697	Equiv. patr.	Indir.	SLN Investimentos — SGPS, S. A.
Santa Maria Park Hotel, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	2 500	—	2 500	2 500	—	Equiv. patr.	Indir.	SLN Investimentos — SGPS, S. A.
World Rest, S. A. — Av. Gen. Humberto Delgado, 47, Costa de Caparica	75,00	2005	102	19	3 000	77	(2 924)	Equiv. patr.	Indir.	SLN Investimentos — SGPS, S. A.

		(Em milhares de euros)									
Empresa/sede	Participante	Percent. da participação	Último exercício	Capitais próprios	Resultados	Valor da participação	Parte proporc.	Diferença	Método de consolidação	Tipo de participação	
Animacorpus — Gestão de SPAs e Health Club, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	SLN Investimentos — SGPS, S. A.	100,00	2005	56	—	50	56	6	Equiv. patr.	Indir.	
SLN — Novas Tecnologias, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	SLN — SGPS, S. A.	100,00	2005	7 128	803	5 000	7 128	2 128	Integral	Directa	
Easy Quick — Gestão e Sistemas de Pagamentos, S. A. — Av. João Crisóstomo, 29 — Lisboa	SLN Novas Tecnologias — SGPS, S. A.	100,00	2005	1 107	607	500	1 107	607	Equiv. patr.	Indir.	
Datacomp — Sist. de Informática, S. A. — Rua Dr. José Espírito Santo, lote 1-A — Lisboa	SLN Novas Tecnologias — SGPS, S. A.	97,50	2005	2 042	139	6 128	1 991	(4 137)	Equiv. patr.	Indir.	
I2S — Informática, Sistemas e Serviços, S. A. — Trav. Ribeiro de Sousa, 40 — Porto	SLN Novas Tecnologias — SGPS, S. A.	51,00	2005	6 885	1 731	2 500	3 511	1 011	Equiv. patr.	Indir.	
New Link Solut. Internat. LLC — Nova Iorque, EUA	SLN Novas Tecnologias — SGPS, S. A.	100,00	2004	493	67	2 300	493	(1 807)	Equiv. patr.	Indir.	
SLN — Car, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	SLN — SGPS, S. A.	100,00	2005	1 693	196	4 490	1 693	(2 797)	Integral	Directa	
CoimbraCar — Soc. Comercial de Automóveis, S. A. — Variante de Cernache, km 184 — Coimbra	SLN Car, SGPS, S. A.	100,00	2005	1 539	(111)	5 246	1 539	(3 707)	Equiv. patr.	Indir.	
PortalegreCar — Soc. Comercial de Automóveis, S. A. — Zona Industrial, lote 51-52 — Portalegre	CoimbraCar, S. A.	100,00	2004	206	(8)	499	206	(293)	Equiv. patr.	Indir.	
Garagem Lopes, S. A. — Rua da Paz, 23 — Viseu	SLN Car, SGPS, S. A.	100,00	2005	393	141	2 052	393	(1 659)	Equiv. patr.	Indir.	
Sorel, SGPS, S. A. — Rua Dr. José Espírito Santo — Lisboa	SLN Car, SGPS, S. A.	19,50	—	—	—	1 323	—	—	Custo hist.	Indir.	
S.L.V. — Soc. de Leilões de Veículos, S. A. — Rua Mano Castelhana, 11 — Queluz	SLN Car, SGPS, S. A.	51,00	2005	419	92	625	214	(411)	Equiv. patr.	Indir.	
Miatacar — Com. de Automóveis, S. A. — Variante de Cernache, km 184 — Coimbra	SLN Car, SGPS, S. A.	100,00	2005	109	1	399	109	(290)	Equiv. patr.	Indir.	
Autolote — Comercializ. de Veic. Motorizados, S. A. — Rua São Francisco Xavier, 68 — Lisboa	SLV, S. A.	100,00	2005	44	(11)	50	44	(6)	Equiv. patr.	Indir.	
Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	SLN — SGPS, S. A.	100,00	2005	(514)	(1 195)	2 500	(514)	(3 014)	Integral	Directa	
Foz Garden — Soc. Imobiliária, S. A. — Av. da Boavista, 1160, 7.º — Porto	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	99,92	—	—	—	5 369	—	—	Custo hist.	Indir.	
Quinta da Torre S. António — Soc. Imobiliária, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	15,00	—	—	—	1 746	—	—	Custo hist.	Indir.	
Urbinegócios — Negócios e Serv. Imobiliários, S. A. — Rua do Crucifixo, 40, 3.º — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	15,00	—	—	—	900	—	—	Custo hist.	Indir.	
Parvir — Participações, Gestão e Prom. Imobil., S. A. — Av. da França, 694 — Porto	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	6,00	—	—	—	310	—	—	Custo hist.	Indir.	
Dywidagll — Gestão e Manutenção de Edifícios, L.ª — Rua do Corpo Santo, 10, 1.º — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	50,00	2005	—	—	125	—	(125)	Equiv. patr.	Indir.	
Partenon — Prestação de Serviços, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	80,00	2005	(751)	471	40	(601)	(40)	Equiv. patr.	Indir.	
Planmediação — Med. Imobiliária, S. A. — Rua Dr. Nicolau Bettencourt, 5, 4.º — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	100,00	2005	54	64	150	54	(96)	Equiv. patr.	Indir.	
Imostrong — Sociedade Imobiliária, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	100,00	2005	(129)	(86)	50	(129)	(50)	Equiv. patr.	Indir.	
Turifenus — Investim. Imobiliários e Turísticos, S. A. — Rua do Crucifixo, 40, 3.º — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	100,00	2005	165	—	7 388	185	(7 223)	Custo hist.	Indir.	
H2Q — Health and House Quality — Certif. de Qual. Ambiental, S. A. — Rua Saraiva de Carvalho, 49 — Lisboa	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	60,00	2005	(16)	11	30	(10)	(40)	Equiv. patr.	Indir.	

		(Em milhares de euros)									
Empresa/sede	Percent. da participação	Último exercício	Capitais próprios	Resultados	Valor da participação	Parte proporc.	Diferença	Método de consolidação	Tipo de participação	Participante	
Brick & Sand — Soc. Imobiliária, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	(179)	(28)	32 500	(179)	(32 500)	Custo hist.	Indir.	Partinvest Imobiliária — SGPS, S. A.	
Grupo Português de Saúde — SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2005	13 425	(1 342)	14 999	13 425	(1 574)	Integral	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
Clínica Lotus, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	—	—	—	1 189	—	—	Custo hist.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
Clínica Lotus (Coimbra) — Clube Residencial, S. A. — Urb. Quinta da Romeira, lote 55 — Coimbra	74,98	2005	1 407	(25)	1 177	1 055	(122)	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
Turigon — Turismo de Gondomar, S. A. — Lugar de Esporada, Foz do Sousa — Gondomar	100,00	—	—	—	856	—	—	Custo hist.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
L.U.K.H — Lisbon United Kingdom Hospital — Serviços de Saúde, S. A. — Rua Saraiva de Carvalho, 49 — Lisboa	50,00	2005	193	(512)	500	97	(404)	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
British Hospital Lisbon XXI, S. A. — Rua Saraiva de Carvalho, 49 — Lisboa	80,00	2005	3 283	1	9 208	2 626	(6 582)	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
Microcular — Centro de Microcirurgia Ocular Laser e Diagnóstico, S. A. — Edif. Monumental, Av. Praia da Vitória, 71, 2.º-B — Lisboa	67,49	2005	277	101	4 007	187	(3 820)	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
4M — Sociedade Médica, S. A. — Rua Manuel Teixeira Gomes, 57 — Camaxide	15,03	—	—	—	46	—	—	Custo hist.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
Cedima — Centro de Imagiol. Médica, S. A. — Av. Barbosa do Bocage, 107, 1.º-B — Lisboa	100,00	2005	1 290	354	3 750	1 290	(2 460)	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
GPSaude — Clínica do Porto, S. A. — Rua Vitorino Nemésio, 81 — Porto	100,00	2005	—	—	50	—	—	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
GP Dialise, S. A. — Av. da Liberdade, 245, 8.º-A — Lisboa	100,00	2005	59	9	50	59	9	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
GP Dialise Clínica de Cascais, S. A. — Av. da Liberdade, 245, 6.º-A — Lisboa	100,00	2005	50	—	50	50	—	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
GP Dialise Clínica de Sacavém, S. A. — Av. da Liberdade, 245, 8.º-A — Lisboa	100,00	2005	50	—	50	50	—	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
IMI — Imagens Médicas Integradas, S. A. — Av. da República, 99-B — Lisboa	100,00	2005	3 284	812	16 500	3 284	(13 216)	Equiv. patr.	Indir.	Grupo Portug. de Saúde — SGPS, S. A.	
SLN Internacional, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100,00	2004	838	(6)	2 450	838	(1 612)	Integral	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
AlBorada, S. A. — Rabat — Marrocos	100,00	—	—	—	2 608	—	—	Custo hist.	Indir.	SLN Internacional — SGPS, S. A.	
Turvisa — Agência de Viagens, L.ª — Av. Almirante Reis, 215-B — Lisboa	69,00	—	—	—	376	—	—	Custo hist.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
Socenta — Construções Imobiliárias, S. A. — Rua de Moçambique, 20 — Aveiro	10,00	—	—	—	10	—	—	Custo hist.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
Planfin — Serv. de Planeam. Financ. Internac., S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	19,00	—	—	—	47	—	—	Custo hist.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
Dumple Holdings, BV — Amesterdão — Holanda	100,00	—	—	—	27	—	—	Custo hist.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
Marinapart, SGPS, S. A. — Rua de São Klicolau, 105, 3.º — Lisboa	30,00	2004	32 900	8 900	10 000	9 870	(130)	Equiv. patr.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
Lusenerg — Energias Renováveis, SGPS, S. A. — Rua Latino Coelho, 37-B — Lisboa	10,00	—	—	—	5	—	—	Custo hist.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
ABZ — Urban. e Construções, L.ª — Rua Santo António, 201 — Vale de Cambra	50,00	—	—	—	3	—	—	Custo hist.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	
Sinesp — Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S. A. — Av. da República, 53 — Lisboa	33,00	—	—	—	17	—	—	Custo hist.	Directa	SLN — SGPS, S. A.	

Empresas incluídas na consolidação, valorizadas pelo preço de custo:

(Em milhares de euros)			
	Valor da participação	Situação líquida	Diferença
Por falta de materialidade:			
Turívisa — Agência de Viagens, L. ^{da}	376	n. d.	n. d.
Dumpfê Holdings, BV	27	n. d.	n. d.
ABZ — Urbanismo e Construções, L. ^{da}	3	n. d.	n. d.
Empresas sem actividade ou em fase de investimento:			
AlBorada, S. A.	2 608	n. d.	n. d.
Clínica Lotus, S. A. (a)	1 189	n. d.	n. d.
Cervejas de Nampula, S. A. R. L.	507	n. d.	n. d.
Foz Garden, Sociedade Imobiliária, S. A.	5 369	n. d.	n. d.
Socenta — Construções Imobiliárias, S. A.	10	n. d.	n. d.
ERGI Empreendimentos, S. A.	670	n. d.	n. d.
Morais & Cabral Sociedade Imobiliária, L. ^{da}	460	n. d.	n. d.
Turifenus — Investimentos Imobiliários e Turísticos, S. A.	7 388	165	(7 223)
Turigon Turismo de Gondomar, S. A.	856	n. d.	n. d.
Brick & Sand Sociedade Imobiliária, S. A.	32 500	(179)	(32 500)
Siresp — Gestão de Redes Digitais de Seg. e Emergência, S. A.	17	n. d.	n. d.
Participação inferior a 20%:			
Quinta da Torre S. António — Soc. Imobiliária, S. A. (a)	1 746	849	(897)
Sorel — SGPS, S. A.	1 323	n. d.	n. d.
Omni — Aviação e Tecnologia, S. A.	1 049	n. d.	n. d.
Urbinegócios — Negócios e Serviços Imobiliários, S. A. (a)	900	206	(694)
Parvir — Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S. A. (a)	310	207	(103)
Planfin — Serviços de Planeamento Financeiro Internacional, S. A.	47	n. d.	n. d.
4M — Sociedade Médica, L. ^{da}	46	n. d.	n. d.
Cimpofin — Projectos Técnicos e Financeiros, S. A.	299	n. d.	n. d.
Nórdica — SGPS, S. A.	3 000	n. d.	n. d.
Lusenerg — Energias Renováveis, SGPS, S. A.	5	n. d.	n. d.

(a) Diferença imputável ao desvio entre os valores contabilísticos e os justos valores.

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

Em 31 de Dezembro de 2004 o montante dos títulos de rendimento fixo resume-se no quadro seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De emissores públicos	41 085	46 331
De outros emissores	91 451	60 485
	<u>132 536</u>	<u>106 816</u>
Provisão para menos-valias	—	(924)
	<u>132 536</u>	<u>105 892</u>

Os títulos que compõem o saldo do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e que têm vencimento durante o exercício de 2006 ascendem a 50 415 milhares de euros, tendo os restantes títulos o seu vencimento em exercícios posteriores.

8 — Créditos sobre empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante dos créditos concedidos pelo Grupo SLN a empresas participadas ascende a 15 171 milhares de euros (em 2004 eram 2037 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta quadro no seguinte:

Débitos e créditos com empresas participadas e coligadas

(Em milhares de euros)				
Empresas	Débitos		Créditos	
	Participadas	Coligadas	Participadas	Coligadas
Banco da África Ocidental	293	—	—	—
Bypass	7	—	—	—
ABZ, L. ^{da}	—	439	—	400
Soc. Agrícola e Comercial do Varosa, S. A.	—	42	—	611

(Em milhares de euros)

Empresas	Débitos		Créditos	
	Participadas	Coligadas	Participadas	Coligadas
Planfin, S. A.	—	—	—	56
Planfin Contas, S. A.	—	—	—	34
Real Vida Seguros, S. A.	—	30 897	—	46
Real Seguros, S. A.	—	7 222	—	220
I2S — Informática, Sistemas e Serviços, S. A.	—	1 005	—	—
AVS — Correctoras de Seguros, S. A.	—	1 030	—	171
Gnelse Trading, S. A.	—	3	—	6
CNE — Distribuição de Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S. A.	—	1 553	—	14 659
New Link Solutione, S. A.	—	917	—	31
Clínica Lotus (Coimbra), S. A.	—	63	—	—
Mietacar — Comércio de Automóveis, S. A.	—	326	—	569
Santa Maria Park Hotel, S. A.	—	20	—	—
Turiscaramulo — Empreendimentos Turísticos do Caramulo, S. A.	—	586	—	5
CoimbraCar — Sociedade Comercial de Automóveis, S. A.	—	423	—	910
Caves da Raposeira, S. A.	—	319	—	—
Sortegel — Produtos Congelados, S. A.	—	30	—	3 799
Pet Gest — Serviços e Produtos para Animais, S. A.	—	17	—	26
SLV — Sociedade de Leilões de Veículos, S. A.	—	500	—	222
Turivisa — Agência de Viagens, L.ª Dywidagll — Gestão e Manutenção de Edifícios, L.ª Efisacer — Aluguer Com., Bens Móveis, S. A.	— — 57	45 16 —	— — 2 806	253 109 —
Vantec — Tecnologia de Vanguarda, Sistemas de Informação, S. A.	—	13	—	98
Complementus — Emp. Trabalho Temporário, S. A.	—	141	—	—
Cínica Lotus, S. A.	—	17	—	7 850
British Hospital — Lisbon XXI, S. A.	—	3 015	—	133
Rentilusa — Locação e Comércio de Equipamentos e Serviços, S. A.	—	21	—	15 663
Turifenus — Investimentos Imobiliários Turísticos, S. A.	—	—	—	7 542
PortalegreCar — Sociedade Comercial de Automóveis, S. A.	—	441	—	230
Plenmediação — Mediação Imobiliária, S. A.	—	32	—	19
Vsegur — Actividades de Segurança Privada, S. A.	—	167	—	617
ErgoRent — Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S. A.	—	—	1 916	—
Datacomp — Sistemas Informáticos, S. A.	—	28	—	1 206
Partenon — Prestação de Serviços, S. A.	—	6	—	4 025
H2Q — Health and House Quality, S. A.	—	—	—	57
Animecorpus — Gestão de SPAs e Health Clubs, S. A.	—	23	—	—
Garagem Lopes, S. A.	—	158	—	711
Foz Garden — Sociedade Imobiliária, S. A.	—	390	—	550
Turigon — Turismo de Gondomar, S. A.	—	—	—	2 145
Limpeque — Serviços de Limpeza Gerais, S. A.	—	43	—	226
Tapada do Chaves — Sociedade Agrícola e Comercial, S. A.	—	—	—	19
Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique, S. A. R. L.	—	—	1 218	—
Cimpofin — Projectos Técnicos e Financeiros, S. A.	—	—	13	—
Socenta — Construções Imobiliárias, S. A.	—	24	—	—
Geosil — Empreendimentos Agrosilvícolas, S. A.	—	2	—	150
Castênia — Sociedade Agro-florestal, S. A.	—	25	—	100
Sensorent, S. A.	—	—	3 460	—
Centro de Estudos e Línguas do Fogueteiro, SGPS, S. A.	—	—	45	—
Nea Rent — Aluguer e Comércio de Equipamentos, S. A.	—	—	3 276	—
Nea Rent Ibérica, SL Schoolgest — SGPS, S. A.	1 21	— —	283 2 150	— —
Soc. Clínica da Cidade da Preteda, L.ª SMN — Serviços Médicos Nocturnos, S. A.	— —	— 107	— —	128 69
GP Diálise — Cascais, S. A.	—	18	—	—
Serviplex — Gestão de Recursos Humanos, S. A.	—	74	—	760
SEAC Banche, SPA Easy Quick, S. A.	— —	755 89	— —	— 8
Imostrong, S. A. Brick & Send, S. A.	— —	24 2	— —	— —
Albumarina — Sociedade Gestora da Marinas, S. A.	—	—	—	135
Assessor, L.ª Cliuni — Clínica Unida, S. A.	— —	— —	— —	32 73
Concrelope, S. A. Medinorte — Serviços Médicos Nocturnos, L.ª Microcular — Centro de Microcirurgia Ocular Laser Diagnóstico, S. A.	— — —	— — —	— — —	359 78 30
Monta da Quinta, S. A. OMNI — Aviação e Tecnologia, S. A.	— —	— —	— —	33 686
Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Recreio, S. A. Stargreen — Soc. Gestora de Emp. Turist. e Parques de Estacionamento, S. A.	— —	— —	— —	17 8
Total	379	51 070	15 171	66 506

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante dos créditos concedidos pelo Grupo SLN a empresas coligadas ascende a 66 506 milhares de euros (em 2004 eram 34 348 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta do quadro anterior.

10 — Inventário da carteira de títulos:

O inventário da carteira de títulos da SLN — SGPS, S. A., elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, consta do quadro seguinte:

Inventário de títulos e de participações financeiras (consolidado) em 31 de Dezembro de 2005

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euros			Milhares de euros		
		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias de títulos de rendim. variável	Provisões
A) Títulos — negociação	—	—	—	—	67 967	98	—
De rend. fixo — emitidos por residentes	—	—	—	—	10 288	—	—
De outros residentes	—	—	—	—	10 288	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	973	—	—
RESID 0 6-6-08	140 222	—	—	85,04	119	—	—
Blue Flag Frn 13-7-06	457 756	—	—	99,93	457	—	—
Blue Flag 0 9-27-06	399 486	—	—	99,13	396	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	9 313	—	—
ARL6 2005-EULR C3E	66 922	—	—	100,15	67	—	—
BANFIN 0 12-31-05	504 298	—	—	100,00	504	—	—
BANIF 0 08-5-09	1 070 000	—	—	100,81	1 079	—	—
BANIF 0 11-21-06	500 000	—	—	100,52	503	—	—
BANIF 0 12-29-49	784 617	—	—	102,61	805	—	—
BPIN 0 8-29-49	423 420	—	—	105,44	446	—	—
Banif 0 10-27-08	1 000 000	—	—	100,31	1 003	—	—
CENTAURI	3 143 196	—	—	100,93	3 173	—	—
CXGD 0 6-29-49	124 196	—	—	100,86	125	—	—
CXGD 0 9-29-49	150 000	—	—	100,23	150	—	—
ITAUEU 0 7-24-06	689 000	—	—	100,73	694	—	—
MONTPI 0 2-28-13	100 000	—	—	101,69	102	—	—
ALFARU 8 4-13-06	278 920	—	—	86,73	242	—	—
BANSAO 5 7-8-08	490 121	—	—	85,78	420	—	—
De rend. fixo — emitidos por não residentes	—	—	—	—	49 251	—	—
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	—	6 612	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	735	—	—
RUSSIA 8 1-4 3-10-10	398 518	—	—	92,09	367	—	—
BRAZIL 7 7-8 3-7-15	398 518	—	—	92,44	368	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	7 876	—	—
BRAZIL 9 1-2 10-07	152 624	—	—	112,52	172	—	—
BRAZIL 7 4-23-08	610 000	—	—	56,96	347	—	—
TURKEY 4 3-4 7-6-12	332 096	—	—	103,12	342	—	—
LFTs — Letras Financeiras do Tesouro, com vencimentos em 2007	1 000	1 000,00	016,32	937,18	937	—	—
LFTs — Letras Financeiras do Tesouro, com vencimentos em 2006	1 173	1 000,00	862,80	937,76	1 100	—	—
LFTs — Letras Financeiras do Tesouro, com vencimentos em 2006	1 250	1 000,00	894,84	937,77	1 172	—	—
LFTs — Letras Financeiras do Tesouro, com vencimentos em 2006	500	1 000,00	880,94	937,77	469	—	—
POLGB 5,75%	12 000 000	0,26	0,27	0,26	3 338	—	—
De organ. financeiros internacionais	—	—	—	—	966	—	—
LANISL 0 10-29-07	300 000	—	—	100,52	302	—	—
RBS 0 7-29-49	150 000	—	—	101,58	152	—	—
RENAUL 0 9-22-09	83 403	—	—	100,45	84	—	—
STABAN 0 11-22-06	264 338	—	—	98,98	262	—	—
VTB 0 6-22-06	218 853	—	—	85,08	186	—	—
De outros não residentes	—	—	—	—	39 854	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	14 103	—	—
K2 Corp 2006	1 381 752	—	—	85,83	1 186	—	—
Mobtel 9 3-4 1-30-08	278 920	—	—	93,51	261	—	—
ALROSA 8 7-8 3-9-06	279 191	—	—	87,59	245	—	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euros			Milhares de euros		
		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias de títulos de rendim. variável	Provisões
White Pine 12-31-13	1 041 659	—	—	86,05	896	—	—
GAZPRU 6 1-2 9-15	388 504	—	—	65,09	339	—	—
TITIM 0 2-1-11	67 254	—	—	85,78	58	—	—
DCX 0 10-31-08	970 846	—	—	85,47	830	—	—
BTAS 0 11-23-08	788 716	—	—	85,75	676	—	—
DRSDNR 7,95 5-28-09	197 284	—	—	85,58	169	—	—
RUSSAG 6 7-8 11-29-10	361 754	—	—	85,80	310	—	—
MDMBK 7 1-2 12-07-07	264 331	—	—	84,96	225	—	—
ALFARU 8 5-8 12-09-15	287 944	—	—	85,72	247	—	—
VTB 0 9-21-07	992 134	—	—	85,10	644	—	—
DRSDNR 0 12-31-06	326 421	—	—	84,89	277	—	—
DRSDNR 0 2-15-06	550 415	—	—	101,16	557	—	—
INTNED 0 3-20-06	397 620	—	—	99,78	397	—	—
SBERRU 0 10-24-2006	1 450 600	—	—	86,56	1 256	—	—
ATFBP 8 1-2 5-4-07	278 266	—	—	87,49	243	—	—
VTB 0 7-30-07	612 789	—	—	88,70	544	—	—
MDMBK 9 3-6 9-23-06	206 324	—	—	88,60	185	—	—
Mosnar 0 10-05-07	483 739	—	—	87,52	423	—	—
ORICB 6 7-8 7-29-08	550 336	—	—	89,06	490	—	—
RUBKD 6 1-2 8-11-08	207 194	—	—	87,55	181	—	—
STABAN 0 7-10-15	403 492	—	—	86,07	347	—	—
C 0 3-8-06	1 113 253	—	—	100,58	1 120	—	—
EUROF 0 4-18-06	100 000 000	—	—	0,50	500	—	—
ESF 0 7-30-06	289 270	—	—	101,34	293	—	—
HBCY 0 11-14-2006	800 000	—	—	100,59	805	—	—
ESPSAN 0 12-30-06	199 520	—	—	99,91	199	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	25 552	—	—
INTNED 0 9-28-09	472 007	—	—	101,48	479	—	—
BACR 0 3-20-07	600 000	—	—	99,08	594	—	—
CBRY 0 6-29-07	39 169	—	—	100,14	39	—	—
LLE 08-22-07 — S037	2179 506	—	—	103,12	2 248	—	—
PRTP 0 10-22-07	239 235	—	—	101,03	242	—	—
DB 0 11-25-07	251 986	—	—	96,55	243	—	—
ECL 5-27-09 — S585	847 959	—	—	101,44	657	—	—
ECL 5-27-09 — S598	180 000	—	—	100,71	181	—	—
DTO 11-23-09	72 263	—	—	100,45	73	—	—
ITRX 0 6-20-10	300 000	—	—	100,23	301	—	—
ITRX 6 12-20-10	1 986 225	—	—	99,88	1 984	—	—
MUNDI 0 2-4-11	134 336	—	—	101,38	136	—	—
EDNIM 0 7-19-11	422 282	—	—	101,44	428	—	—
Parkland SN 15-9-11	3 150 000	—	—	100,20	3 156	—	—
TITIM 0 12-6-12	133 706	—	—	100,27	134	—	—
WINDAC 9 3-4 12-1-2015	265 702	—	—	104,35	277	—	—
ITAUEU 0 12-22-15	281 581	—	—	99,93	281	—	—
HERME 8 B	500 000	—	—	100,61	504	—	—
HERME 9 A	900 000	—	—	100,09	901	—	—
SAEC 5 A	400 000	—	—	92,18	369	—	—
ARENA 2005-I A	900 000	—	—	100,11	901	—	—
DRSDNR 0 4-5-07	437 331	—	—	97,79	428	—	—
ITAU 0 7-12-07	300 000	—	—	100,96	303	—	—
CFC 0 11-24-08	1 050 000	—	—	100,73	1 056	—	—
BCRBK 3 3-4 12-5-08	263 045	—	—	101,04	266	—	—
VW 0 3-24-09	86 007	—	—	100,83	87	—	—
BOCCY 0 6-20-11	491 547	—	—	100,57	494	—	—
SNSBNK 0 5-14-13	239 784	—	—	101,85	244	—	—
TPEIR 0 9-29-14	140 000	—	—	100,47	141	—	—
FINANS 0 9-29-15	316 748	—	—	100,28	316	—	—
JPM 0 10-12-15	437 148	—	—	100,41	439	—	—
HBOS 0 3-29-49	270 000	—	—	101,07	273	—	—
Fortis 0 4-29-49	150 000	—	—	102,89	154	—	—
NATGRE 0 7-29-49	269 811	—	—	107,04	269	—	—
ANZO 12-15-53	187 592	—	—	100,85	169	—	—
BAVB 0 12-29-49	843 197	—	—	103,14	870	—	—
ARIES 0 10-25-07	900 000	—	—	106,10	955	—	—
Allegro 30-4-10	292 126	—	—	99,88	292	—	—
TUIGR 0 12-10-10	198 305	—	—	100,34	199	—	—
BANVOR 0 7-11-0B	630 156	—	—	86,49	545	—	—
TBSCI NOTES	45	85 045,31	85 045,31	86 233,79	3 881	—	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euros			Milhares de euros		
		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias de títulos de rendim. variável	Provisões
Valores de rendimento variável	—	—	—	—	8 429	98	—
Emitidos por residentes	—	—	—	—	7 506	98	—
Acções	—	—	—	—	135	—	—
EDP	29 922	1,00	2,60	2,60	78	—	—
SEMAPA	2 500	1,00	6,60	6,61	17	—	—
SONAE.COM	6	1,00	3,78	3,66	—	—	—
Nexpart, SGPS, S. A. (a)	22 222	1,00	1,80	1,80	40	—	—
Unidades de participação	—	—	—	—	7 373	95	—
JPMF INV — GBLB BOND-C	26 573	—	—	13 881,74	3 715	16	—
PATF Fund	302 503	—	—	112,69	341	3	—
Pangaea Defensivo Series	2 722 162	—	—	121,84	3 317	76	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—	921	—	—
Unidades de participação	—	—	—	—	921	—	—
Fairfield Sentry Ltd.	989	870,92	870,92	932,06	921	—	—
B) Títulos — investimento	—	—	—	—	11 737	—	1 187
De rend. fixo — de emissores públicos	—	—	—	—	32 473	—	—
De dívida pública portuguesa	—	—	—	—	32 473	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	32 473	—	—
PGB 4,875 08/2007	110	0,01	1,03	1,05	113	—	—
OT Fev. 97/07	5 000 000	0,01	0,01	0,01	52	—	—
OT Jul. 08	305 000 000	0,01	0,01	0,01	3 097	—	—
OT Ago 2007 — PTOTEXOE0018 (a)	1 020 000	1,00	101,31	105,00	1 033	—	—
OT Julho 2008 — PTOTEWOE0009 (a)	28 150 000	1,00	100,01	103,55	28 153	—	—
Obrigações do Tesouro 2010	1 898 880	—	19,77	21,96	19	—	—
Obrigações do Tesouro 2009	600 000	—	5,31	5,47	6	—	—
De rend. fixo — de outros emissores	—	—	—	—	40 525	—	—
Emitidos por residentes	—	—	—	—	1 532	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	1 447	—	—
Soc. Agrícola Oliveira do Bairro, 8.º (a)	1 446 514	1,00	1,00	1,00	1 447	—	—
A médio e longo prazos	—	—	—	—	85	—	—
OB Caixa BPN	85 000	1,00	1,00	1	85	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—	38 994	—	—
Por outros não residentes	—	—	—	—	38 994	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	38 994	—	—
PROMISEPLC 2000-2010	1 000 000	1,00	1,00	1,00	1 000	—	—
AMSTEL SECUR	1 000 000	1,00	1,00	1,00	1 000	—	—
ABN AM RO	260 321	1,00	1,00	1,00	259	—	—
K2 CAPITAL NOTES	2 000 000	1,00	0,85	0,85	1 695	—	—
BNP Paribas série 2782	3 500 000	1,00	0,61	0,85	2 119	—	—
Archstone Float 10	2 000 000	1,00	1,00	1,00	2 000	—	—
Eclipse Income Notes (FI)	2 201 015	0,85	0,77	0,85	1 695	—	—
Classic I	3 000 000	1,00	0,99	0,99	2 971	—	—
Eurohypo 25 Jun 22	1 000 000	1,00	0,99	0,99	990	—	—
Holmes Fin 15 Jul 40	1 000 000	1,00	0,99	0,99	990	—	—
Aurum Inv	1 000 000	1,00	0,99	0,99	990	—	—
Silver Maple III	1 000 000	0,85	0,85	0,85	846	—	—
Silver Maple VII	1 000 000	0,85	0,85	0,85	846	—	—
Jubll V-X W	1 325 000	1,00	1,00	1,00	1 325	—	—
Harbm 5X B2E	800 000	1,00	1,00	1,00	800	—	—
Harbm 6X B2E	1 000 000	1,00	1,00	1,00	1 000	—	—
Sadna Finance Corporation	2 000 000	1,00	1,00	1,00	2 000	—	—
Sallarin Limited «The Company»	4 000 000	1,00	1,46	1,46	5 837	—	—
Leverage India Fund LLC	2 885 957	1,00	1,00	1,00	2 886	—	—
K2 Corporation (a)	7 903 268	500,00	84,77	84,77	6 699	—	—
Investments Circle, S. A./Apollo (a)	208 791	—	5,00	5,00	1 044	—	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euros			Milhares de euros		
		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias de títulos de rendim. variável	Provisões
Valores de rendimento variável	—	—	—	—	138 739	—	1 187
Emitidos por residentes	—	—	—	—	122 952	—	—
Acções	—	—	—	—	5	—	—
Real Seguros	944	5,00	4,99	4,99	5	—	—
Unidades de participação	—	—	—	—	122 945	—	—
Fundo Capital Risco	274	25 000,00	25 000,00	25 000	6 850	—	—
Fundo Imodesenvolvimento	1 891 070	8,03	6,03	8	13 571	—	—
Fundo Investimento BPN Acções — PTY BPFLM0008 (a)	250 000	4,99	4,99	5,76	1 247	—	—
Fundo Investimento Imoreal — BPN IMOREALOA (a)	649 026	106,85	106,85	111,56	69 348	—	—
BPN Imoglobal (a)	14 252	1 056,95	1 056,95	1 122,81	15 064	—	—
Imosocial — Fundo Inv. Imobiliário — PT SELAIP0004 (a)	1 749 276	6,13	6,13	6,21	10 722	—	—
Excellence Assets Funds	18 084	—	—	1,00	18	—	—
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	310	7 750,00	7 750,00	—	6 125	—	—
Outros valores	—	—	—	—	2	—	—
Pirites Alentejanas	2 329	1,00	1,00	0,00	2	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—	16 788	—	1 187
Acções	—	—	—	—	3 770	—	—
Taib Bank	11 000	1,00	0,86	0,75	8	—	—
Investments Circle, S. A. (a)	80 000	47,02	47,02	47,02	3 761	—	—
Outros valores	—	—	—	—	12 017	—	1 187
Floating Rates Notes (Class BB)	—	—	—	—	8 200	—	—
Chaves Funding N.º 3 Residual Certific.	—	—	—	—	3 817	—	1 187
D) Imobilizações financeiras	—	—	—	—	280 852	—	2 169
Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—	23 397	—	4
Em outras empresas no país	—	—	—	—	22 274	—	2
Schoolgest, S. A.	1 000	10,00	10,00	—	13	—	—
Nea Rent, S. A.,	1 000	4,99	17,51	—	66	—	—
Avipronto — Prod. Alimentares, L.ª ..	755 100	1,00	1,00	—	5 165	—	—
Centro de Estudos e Línguas do Fogue- teiro, SGPS, S. A.	847 900	1,00	1,00	—	848	—	—
Bypass	4 500	5,00	5,00	—	23	—	—
Soc. Agrícola e Com. do Varosa, S. A.	59 400	5,00	94,40	—	5 607	—	—
Morais & Cabral — Soc. Imobil., L.ª	1	10 375,00	460 390,46	—	460	—	—
Marinapart, SGPS, S. A.	449 980	5,00	22,22	—	10 000	—	—
SIRESP	16 500	1,00	1,00	—	17	—	—
Ergorent, S. A.	1 000	4,99	4,99	—	53	—	2
Sensorent, S. A.	1 000	4,99	4,99	—	20	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	1 123	—	2
Locagest, S. A. R. L.	5 000	3,20	3,53	—	18	—	—
Payshop Moçambique	35 000	3,20	3,20	—	112	—	—
CGM — Compras em Grupo de Moçamb.	212	31,96	31,96	—	7	—	2
Nea Rent Ibérica, S. A.	1 000	6,01	6,01	—	104	—	—
ERGI Empreendimentos, S. A.	3 000 000	0,00	0,29	—	882	—	—
Partes de capital em empresas filiais excl. da consolidação	—	—	—	—	165 740	—	1 454
Em instit. de crédito no estrangeiro	—	—	—	—	—	—	—
BPN Crédilus Brasil, L.ª	1 354 003	0,27	0,34	—	—	—	—
Em outras empresas no País	—	—	—	—	159 983	—	—
Real Vida Seguros, S. A. (a)	3 000 000	5,00	5,49	—	16 463	—	—
Real Seguros, S. A.	3 378 404	0,01	7,04	—	21 657	—	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euros			Milhares de euros		
		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias de títulos de rendim. variável	Provisões
Rentilusa — Locação, Comércio de Equipamentos e Serviços, S. A.	50 000	0,00	9,49	—	475	—	—
AVS — Corretores de Seguros, S. A.	134 000	0,01	0,03	—	1 054	—	—
Turiscaramulo — Empreend. Turísticos do Caramulo, S. A.	1 200 000	5,00	3,34	—	10 010	—	—
Hotel Nova Costa da Caparica	50 000	1,00	2,42	—	121	—	—
AnimaCorpus	50 000	1,00	1,00	—	56	—	—
Santa Maria Park Hotel, S. A.	2 500 000	1,00	1,00	—	2 500	—	—
Clínica Lotus (Coimbra) — Clube Residencial, S. A.	1 125	1,00	93,79	—	1 055	—	—
Lisbon United Kingdom Hospital — Serviços de Saúde, S. A.,	500 000	1,00	0,28	—	142	—	—
Clínica Lotus, S. A.	50 000	1,00	23,78	—	1 189	—	—
Turigon — Turismo de Gondomar, S. A.	120 000	4,99	6,70	—	856	—	—
British Hospital — Lisbon XXI, S. A. ...	4 000 000	1,00	2,32	—	2 282	—	—
Microcular — Centro Microcir. Ocular, Laser e Diagnóstico, S. A.	528 150	0,01	0,35	—	187	—	—
Cedima	50 000	1,00	27,08	—	1 354	—	—
IMI	50 000	5,00	65,66	—	3 234	—	—
Clínica do Porto	50 000	1,00	1,00	—	50	—	—
GP Diálise Cascais	50 000	1,00	1,00	—	50	—	—
GP Diálise Sacavém	50 000	1,00	1,00	—	50	—	—
GP Diálise	50 000	1,00	0,92	—	46	—	—
Inapal Plásticos, S. A.	1 610 000	5,00	5,65	—	9 096	—	—
CNE — Distrib. de Cimentos Nacionais a Estrangeiros, S. A.	5 000 000	1,00	1,34	—	6 701	—	—
Geslusa Trading, S. A.	5 000 000	1,00	1,06	—	5 291	—	—
Complementus — Empresa de Trabalho Temporário, S. A.	50 000	1,00	1,23	—	61	—	—
Serviplex	250 000	1,00	1,00	—	250	—	—
Coimbracar — Sociedade Comercial de Veículos, S. A.	348 005	4,99	—	—	1 499	—	—
Garagem Lopes, S. A.	500 000	1,00	—	—	393	—	—
Miatacar — Com. de Automóveis, S. A.	50 000	5,00	—	—	109	—	—
SLV — Soc. Leiloeira de Veículos, S. A.	204 000	1,00	1,05	—	214	—	—
Datacomp — Sist. de Informática, S. A.	390 000	5,00	5,37	—	2 093	—	—
I2S — Informát., Sist. e Serviços, S. A.	102 000	5,00	36,35	—	3 912	—	—
Easy Quick — Gestão de Sist. de Pagamentos, S. A.	500 000	1,00	2,22	—	1 109	—	—
Limpeque — Serv. de Limp. Gerais, S. A.	50 000	1,00	3,61	—	181	—	—
Caves da Raposeira, S. A.	8 990	5,00	1 601,26	—	14 395	—	—
Geosil — Empreend. Agrosilvícolas, S. A.	146 000	5,00	4,97	—	726	—	—
Castânia — Soc. Agroflorestal, S. A.	75 000	5,00	4,59	—	344	—	—
Tapada do Chaves — Soc. Agrícola e Comercial, S. A.	89 455	5,00	15,91	—	1 424	—	—
Socenta — Constr. Imobiliárias, S. A.	12 000	4,99	—	—	50	—	—
Dyvidagll — Gestão e Man. de Edif., L. ^{da}	250 000	1,00	0,11	—	26	—	—
Foz Garden — Soc. Imobiliária, S. A.	50 000	5,00	—	—	5 369	—	—
Turifenus — Investimentos Imobiliários e Turísticos, S. A.	10 000	5,00	738,76	—	7 386	—	—
Planmediação — Med. Imobiliária, S. A.	50 000	1,00	—	—	54	—	—
Brick and Sand	50 000	1,00	608,23	—	30 411	—	—
A6Z — Construções e Urbanismo, L. ^{da}	3 000	1,00	1,00	—	3	—	—
Sinase — Soc. Investigação Aplicada ao Serviço da Empresa, L. ^{da}	1	0,00	—	—	38	—	—
Soc. de Desenvolvimento Exploração da Marina da Barra (a)	1 250 000	1,00	1,00	—	1 250	—	—
Sortegel	—	—	1,00	—	4711	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	5 757	—	1 454
Real Re, Ltd.	—	—	—	—	459	—	—
BPN Créditos Corretora de Seguros, L. ^{da}	100 000	0,36	7,41	—	7	—	—
Biz Service Tecnol. em Meios de Pagam.	4 237 290	0,36	1 343,78	—	1 344	—	—
Gamboa — Promoção Imobil., S. A.	500	90,69	110,00	—	55	—	—
Pleiada Investissement, S. A. R. L.	1 000	152,00	152,00	—	158	—	—
Dumpfe Holding, B.V.	450	45,38	60,00	—	27	—	—
Oaklaigh	—	—	—	—	226	—	—
Alborada	—	—	—	—	2 608	—	1 454
Clear Gain — Consultores, Serviços, S. A.	—	—	—	—	300	—	—
NLS International, LLC	—	—	—	—	570	—	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euros			Milhares de euros		
		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias de títulos de rendim. variável	Provisões
Outras participações financeiras	—	—	—	—	14 518	—	712
Em instit. de crédito no estrangeiro	—	—	—	—	785	—	—
Banco África Ocidental	23 373	7,62	7,62	—	178	—	—
Banco de Desenvolvimento a Comércio de Moçambique	190 000	1 239,26	25,98	—	607	—	—
Em outras empresas no País	—	—	—	—	12 652	—	634
Calzeus — Calçado e Aces. de Moda, S. A.	63 428	5,00	22,02	—	1 397	—	318
PME Investimentos, S. A. (b)	2 000	9,98	9,98	—	9	—	—
PME Capital — Sociedade Portuguesa de Risco, S. A. (b)	2 000	9,98	9,98	—	9	—	—
Efisacar — Aluguer e Comércio de Bens Móveis, S. A.	60 000	5,00	14,67	—	880	—	148
Fund Box	25 585	0,75	11,75	—	301	—	93
Combravita — Agência de Desenvolvimento Regional, S. A. (a)	74 820	0,00	1,00	1,00	75	—	—
Cimpoфин — Projectos Técnicos e Financeiros, S. A. (a)	129 687	5,00	5,00	5,00	648	—	—
AMB — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (a)	33 300	4,99	4,99	4,99	166	—	17
Quartenaire Portugal — Rec. H., S. A. (a)	4 920	4,99	8,17	8,17	40	—	—
Adrave — Agência de Desenvolvimento do Vale do Ave, S. A. (a)	5 000	4,99	4,99	4,99	25	—	—
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A. (a)	20 000	4,99	117,12	117,12	2 342	—	—
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A. (a)	5 000	4,99	110,89	110,89	554	—	58
Entigere — Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S. A. (a)	100 000	1,00	1,00	1,00	100	—	—
Finloja	1 000	—	4,99	—	5	—	—
Bullfin, S. A.	7 500	—	7,50	—	8	—	—
Peninsulafin, S. A.	500	—	0,50	—	1	—	—
Leirimercados, S. A.	5 000	—	5,00	—	5	—	—
Classe Mercados, S. A.	5 000	—	5,00	—	5	—	—
Bragafin, S. A.	500	—	0,50	—	0	—	—
Finmalacor, S. A.	500	—	0,50	—	1	—	—
R. Duarte e S. Vicente, S. A.	500	—	0,50	—	1	—	—
Finmat, S. A.	5 000	—	5,00	—	5	—	—
Tradeoff, S. A.	500	—	0,50	—	1	—	—
Aveimercados, S. A.	5 000	—	5,00	—	5	—	—
S. J. Mercados, S. A.	10 000	—	9,99	—	10	—	—
Profactors, S. A.	500	—	0,50	—	1	—	—
Sintrafin, S. A.	10 000	—	10,00	—	10	—	—
V. Mercados	5 000	—	5,00	—	5	—	—
Feirafin	2 500	—	2,50	—	3	—	—
Finocal, S. A.	500	—	0,50	—	1	—	—
Espinhofin, S. A.	5 000	—	5,00	—	5	—	—
Spot — Gestão Financeira, S. A.	5 000	—	5,00	—	5	—	—
4M — Sociedade Médica	1	46,00	46,00	—	46	—	—
Omni — Aviação e Tecnologia, S. A.	44 078	5,00	24,14	—	1 064	—	—
Sorel, SGPS, S. A.	881 010	1,00	2,16	—	1 907	—	—
Bizfirst	22 500	1,00	0,33	—	8	—	—
Urbinegócios — Negócios e Serv. Imobiliários, S. A.	180	5,00	5 000,00	—	900	—	—
Quinta da Torre de Santo António — Sociedade Imobiliária, S. A.	349	5,00	5 002,27	—	1 746	—	—
Parvir — Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S. A.	750 000	5,00	0,41	—	310	—	—
Planfin — Serviços de Planeam. Financeiro Internacional, S. A.	9 500	5,00	4,99	—	47	—	—
Lusenerg — Energias Renov., SGPS, S. A.	5 000	1,00	1,00	—	5	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	1 080	—	78
Disperfum SL	4 435	6,01	117,74	—	522	—	78
Moçambique — Comp. de Seg., S. A. R. L.	1 080 000	0,03	0,03	—	35	—	—
Velmax, L.ª	—	16 067,12	16 067,12	—	16	—	—
Cervejas de Nampula, S. A. R. L.	14 214	35,68	35,68	—	507	—	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euros			Milhares de euros		
		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias de títulos de rendim. variável	Provisões
Outras imobilizações financeiras	—	—	—	—	77 198	—	—
Suprimentos	—	—	—	—	77 198	—	—
Jaime Lacerda	—	—	—	—	2	—	—
CGM — Compras em Grupo de Moçamb.	—	—	—	—	28	—	—
ERGI Empreendimentos, S. A.	—	—	—	—	1 000	—	—
Rentilusa — Loc., Comércio de Equip. e Serviços, S. A.	—	—	—	—	450	—	—
Dywidag II	—	—	—	—	1	—	—
Partenon	—	—	—	—	555	—	—
Imostrong	—	—	—	—	1 481	—	—
Brick and Sand	—	—	—	—	2 091	—	—
H2Q, S. A.	—	—	—	—	20	—	—
Quinta da Torre, S. A.	—	—	—	—	1 745	—	—
Turifénus	—	—	—	—	1 000	—	—
CNE	—	—	—	—	12 400	—	—
Vanlec	—	—	—	—	358	—	—
Gelusua	—	—	—	—	2 815	—	—
VSegur	—	—	—	—	300	—	—
Global Pet	—	—	—	—	200	—	—
Clínica Lotus, S. A.	—	—	—	—	278	—	—
GPDialise	—	—	—	—	270	—	—
Tuhgon	—	—	—	—	1 678	—	—
LUKH	—	—	—	—	104	—	—
Geosil — Empreend. Agrosilvícolas, S. A.	—	—	—	—	4 121	—	—
Socanta	—	—	—	—	248	—	—
Limpeque, S. A.	—	—	—	—	340	—	—
Tapada do Chaves	—	—	—	—	1 280	—	—
Coimbracar	—	—	—	—	280	—	—
Sorel	—	—	—	—	8 450	—	—
Garagem Lopes	—	—	—	—	300	—	—
Quinta da Torre de Santo António	—	—	—	—	20	—	—
Turiscaramulo	—	—	—	—	1 609	—	—
Animacorpus	—	—	—	—	4 832	—	—
Santa Maria Park Hotel	—	—	—	—	2 085	—	—
WorldRest	—	—	—	—	4 435	—	—
NLS International	—	—	—	—	259	—	—
Datacomp	—	—	—	—	2 400	—	—
Lusenerg	—	—	—	—	5 284	—	—
Planfin	—	—	—	—	569	—	—
Socenta	—	—	—	—	500	—	—
Rentilusa — Locação, Comércio de Equip. e Serviços, S. A.	—	—	—	—	5	—	—
Marinapart	—	—	—	—	3 250	—	—
Gelusua	—	—	—	—	9 934	—	—
Turivisa	—	—	—	—	220	—	—
<i>Total</i>					560 556	98	3 356

(a) Títulos da carteira individual do BPN.

(b) Dos quais 4 milhares de euros pertencentes à carteira individual do BPN.

(c) Dos quais 51 milhares de euros pertencentes à carteira individual do BPN.

11 — Activo imobilizado:

Os movimentos e saldos do activo imobilizado constam a seguir, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário:

Imobilizações corpóreas e incorpóreas

(Em milhares de euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amortiz-do exerc.	Regula-rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dez. de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aqui-sições	Reaval. (líquido)					
Imobilizações incorpóreas	27 478	19 184	775	—	1	2 928	121	—	6 263
Trespases	2 427	—	13	—	—	—	—	—	2 440
Despesas de estabelecim.	8 220	6 413	180	—	(184)	853	66	—	1 016
Custos plurianuais	1 404	1 404	—	—	61	44	—	—	17

(Em milhares de euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dez. de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líquido)					
Despesas de investig. e desen- volvimento	2 759	1 177	50	—	—	542	—	—	1 090
Sistemas de tratamento auto- mático de dados (<i>software</i>)	12 186	9 727	511	—	13	1 464	55	—	1 574
Outras	482	463	21	—	111	25	—	—	126
Imobilizações corpóreas	89 507	41 022	12 119	—	48	12 808	(571)	3 277	43 996
Imóveis de serviço próprio ...	5 537	766	1 252	—	1 072	267	16	—	6 844
Obras em imóveis arrendados	20 189	7 331	1 837	—	18	2 021	(348)	66	12 278
Outros imóveis	1 257	169	—	—	(1 088)	—	—	—	—
Equipamento	39 236	23 666	4 066	—	47	6 351	(267)	148	12 917
Património artístico	904	—	981	—	(1)	—	(1)	—	1 883
Imobiliz. em loc. operacional	16 500	4 532	3 768	—	—	3 419	—	2 962	9 355
Imobiliz. em loc. financeira	5 430	4 299	212	—	(3)	699	29	101	569
Outras imobiliz. corpóreas	454	259	3	—	3	51	—	—	150
Imobilizações em curso	3 082	—	9 856	—	(49)	—	—	2 084	10 805
Imobilizações incorpóreas	178	—	2 914	—	—	—	—	1 715	1 377
Imóveis	106	—	137	—	(1)	—	—	139	103
Equipamento	2 456	—	6 386	—	(48)	—	—	—	8 794
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobiliz. corpóreas	192	—	1	—	—	—	—	—	193
Adiant. por conta de imobiliz.	150	—	418	—	—	—	—	230	338
<i>Totais</i>	120 067	60 206	22 750	—	—	15 736	(450)	5 361	61 064

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Outros créditos sobre instituições de crédito:

Quanto à sua natureza, os créditos sobre instituições de crédito analisam-se no quadro seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Aplic. em instit. de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário	1 550	—
Depósitos com pré-aviso e a prazo	1 872	1 843
Outras aplicações	2 420	—
Aplic. em instit. de crédito no estrangeiro:	5 842	1 843
Depósitos com pré-aviso e a prazo	9 097	17 497
Aplicações a muito curto prazo	1 611	—
Outras aplicações	16 275	61 710
	26 983	79 207
	32 825	81 050

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o escalonamento dos outros créditos sobre instituições de crédito, desdobrados em função da sua duração residual, era o seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Até três meses	23 359	62 448
De três meses a um ano	2 643	18 416
De um a cinco anos	4 703	—
Mais de cinco anos	—	186
Duração indeterminada	2 120	—
	32 825	81 050

Créditos sobre clientes:

Quanto à sua natureza, os créditos sobre clientes analisam-se no quadro seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Crédito interno:		
Desconto	185 973	189 586
Outros créditos titulados por efeitos	130 606	149 797
Créditos em conta corrente	1 527 198	1 468 078
Descobertos em depósitos à ordem	95 478	104 335
Créditos tomados — <i>factoring</i>	104 851	86 522
Créditos em oper. de loc. financeira	285 589	242 640
Outros créditos	1 475 889	1 264 045
	3 805 584	3 505 003
Crédito ao exterior	440 288	322 145
	4 245 872	3 827 148
Crédito e juros vencidos	102 318	98 985
	4 348 190	3 926 133
Provisão para créd. de cobr. duvidosa	(15 027)	(19 488)
Provisão para crédito vencido	(76 140)	(67 392)
Provisão para risco-país	(698)	(864)
Total de provisões	(91 865)	(87 744)
	4 256 325	3 838 389

Para além da provisão para créditos e juros vencidos e para risco-país, o Grupo tem outras provisões apresentadas no passivo (v. nota n.º 24), no valor de 43 784 milhares de euros (2004: 38 981 milhares de euros), que também se destinam a cobrir riscos de crédito (provisões para riscos gerais de crédito).

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Até três meses	1 183 683	1 183 775
De três meses a um ano	1 364 602	1 095 706
De um a cinco anos	886 030	829 323
Mais de cinco anos	869 874	717 827
Duração indeterminada	44 001	99 502
	4 348 190	3 926 133

No Grupo SLN — SGPS, a carteira de crédito, no final de 2005, encontrava-se distribuída pelas seguintes instituições:

(Em milhares de euros)

Empresa	2005 (a)	2004 (a)	Variação anual (percent.)	Total do crédito (percent.)
BPN, S. A.	3 319 157	3 073 194	8,0	73,0
Banco Efisa	201 018	202 139	- 0,6	4,4
BPN Cayman	153 553	132 898	15,5	3,4
BPN Crédito, IFIC	777 838	766 836	1,4	17,1
BPN Créditos Brasil (b)	-	-	-	-
BPN Brasil	42 351	12 646	234,9	0,9
BPN IFI	50 786	-	-	1,1
	4 544 703	4 187 713	8,5	100,0

(a) Inclui o crédito securitizado no montante de 196 513 milhares de euros em 2005 e de 261 580 milhares de euros em 2004.

(b) Em 2005 a empresa foi consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

Por sectores de actividade, o crédito apresenta a seguinte distribuição:

(Em milhares de euros)

	2005 (a)	2004 (a)	Variação anual (percent.)	Total do crédito (percent.)
Agricultura, silvicultura, caça e pescas	53 070	53 389	- 0,6	1,2
Indústrias extractivas	38 950	42 297	- 7,9	0,9
Alimentação, bebidas e tabacos	60 664	59 998	1,1	1,3
Têxteis	76 556	85 244	- 10,2	1,7
Madeira e cortiça	35 099	36 843	- 4,7	0,8
Papel, artes gráficas e editoras	37 550	33 061	13,6	0,8
Químicas e actividades conexas	28 973	19 566	48,1	0,6
Produtos minerais não metálicos	81 262	62 580	29,9	1,8
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	61 681	57 121	8,0	1,4
Fab. mobiliário e outras ind. transformadoras	80 657	76 177	5,9	1,8
Electricidade, água e gás	12 006	20 087	- 40,2	0,3
Construção	512 626	489 598	4,7	11,3
Actividades imobiliárias	757 348	619 026	22,3	16,7
Comércio a retalho (excepto de veículos)	138 428	120 090	15,3	3,0
Comércio por grosso e agentes de comércio	328 905	296 776	10,8	7,2
Comércio, manutenção e reparação de veículos	89 443	79 750	12,2	2,0
Restaurantes e hotéis	97 001	73 896	31,3	2,1
Transporte, armazenagem e comunicações	99 844	96 034	4,0	2,2
Outras actividades de serviços prestados	267 556	287 358	- 6,9	5,9
Intermediação financeira	148 060	288 101	- 48,6	3,3
Outros	423 585	234 550	80,6	9,3
Particulares	1 115 439	1 056 173	5,6	24,5
Total	4 544 703	4 187 713	8,5	100,0

(a) Inclui o crédito securitizado no montante de 196 513 milhares de euros em 2005 e de 261 580 milhares de euros em 2004.

16 — Trespases, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento:

Conforme o mapa de movimentos e saldos do activo imobilizado apresentado na nota n.º 11, encontram-se reflectidos na rubrica de imobilizações incorpóreas os seguintes montantes (valores consolidados):

Trespases — 2439 milhares de euros relativos à aquisição dos direitos de arrendamento para instalação de agências do BPN;

Despesas de estabelecimento — 8281 milhares de euros referentes a despesas de constituição e aberturas de agências;

Custos plurianuais — 1465 milhares de euros respeitantes a despesas com aumentos de capital e publicidade institucional;

Despesas de investigação e desenvolvimento — 2809 milhares de euros relativos a custos com desenvolvimento interno de *software* e com estudos de mercado;

Sistemas de tratamento automático de dados — 12 765 milhares de euros relativos, essencialmente, à aquisição e desenvolvimento de programas informáticos.

18 — Débitos para com instituições de crédito, para com clientes e outros débitos representados por títulos:

Débitos para com instituições de crédito:

O saldo desta rubrica, à vista e a prazo ou com pré-aviso, é composto, quanto à sua natureza pelos seguintes valores:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
À vista:		
No País	12 088	7 564
No estrangeiro	28 191	21 023
	<u>40 279</u>	<u>28 587</u>

A prazo ou com pré-aviso:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
No País:		
Mercado monetário interbancário ...	—	4 000
Depósitos a prazo	93 831	52 682
Outros recursos	20 030	35 911
	<u>113 861</u>	<u>92 593</u>
No estrangeiro:		
Depósitos a prazo	19 827	66 396
Outros recursos	337 697	205 937
	<u>357 524</u>	<u>272 333</u>
	<u>511 664</u>	<u>393 513</u>

Quanto à sua duração residual, os débitos para com instituições de crédito decompõem-se da seguinte forma:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Exigível à vista	<u>40 279</u>	<u>28 587</u>

	(Em milhares de euros)			2004 — Total
	2005		Total	
	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	
Exigível à vista	—	1 164 644	1 164 644	946 195
Exigível a prazo:				
Até três meses	25 869	1 823 107	1 848 976	1 821 335
De três meses a um ano	65 241	812 213	877 454	795 719
De um a cinco anos	2 166	123 206	125 372	74 982
Mais de cinco anos	—	54	54	151
Duração indeterminada	—	1 163	1 163	727
	<u>93 276</u>	<u>2 759 743</u>	<u>2 853 019</u>	<u>2 692 914</u>
	<u>93 276</u>	<u>3 924 387</u>	<u>4 017 663</u>	<u>3 639 109</u>

Débitos representados por títulos — outros:

Esta rubrica, relativamente à sua duração residual, decompõe-se como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Exigível a prazo:		
Até três meses	132	72
De três meses a um ano	21	27 144
De um ano a cinco anos	1 414	9
	<u>1 567</u>	<u>27 225</u>

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Exigível a prazo:		
Até três meses	165 790	212 271
De três meses a um ano	35 270	33 044
De um a cinco anos	270 325	110 000
Duração indeterminada	—	9 611
	<u>471 385</u>	<u>364 926</u>
	<u>511 664</u>	<u>393 513</u>

Débitos para com clientes:

O saldo desta rubrica de é composto quanto à sua natureza pelos seguintes valores:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
À vista:		
Depósitos à ordem	1 164 644	946 195
A prazo:		
Depósitos a prazo	2 642 728	2 544 346
Cheques e ordens a pagar	22 106	7 427
Outros	94 909	21 236
	<u>2 759 743</u>	<u>2 573 009</u>
Depósitos de poupança:		
Reformados	46 563	41 767
Outros	46 713	78 138
	<u>93 276</u>	<u>119 905</u>
	<u>4 017 663</u>	<u>3 639 109</u>

Quanto à sua duração residual, estes débitos decompõem-se da seguinte forma:

	(Em milhares de euros)			2004 — Total
	2005		Total	
	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	
Exigível à vista	—	1 164 644	1 164 644	946 195
Exigível a prazo:				
Até três meses	25 869	1 823 107	1 848 976	1 821 335
De três meses a um ano	65 241	812 213	877 454	795 719
De um a cinco anos	2 166	123 206	125 372	74 982
Mais de cinco anos	—	54	54	151
Duração indeterminada	—	1 163	1 163	727
	<u>93 276</u>	<u>2 759 743</u>	<u>2 853 019</u>	<u>2 692 914</u>
	<u>93 276</u>	<u>3 924 387</u>	<u>4 017 663</u>	<u>3 639 109</u>

20 — Débitos perante empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante dos débitos do Grupo SLN relativos a empresas participadas ascende a 379 milhares de euros (2004: 1209 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta do quadro da nota n.º 8.

21 — Débitos perante empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante dos débitos do Grupo SLN relativos a empresas coligadas ascende a 51 070 milhares de euros (2004: 88 648 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta do quadro da nota n.º 8.

22 — Passivos subordinados:

A rubrica de passivos subordinados compõe-se como segue:

(Em milhares de euros)

Denominação	Montante	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	25 000	Maio 2003	Maio 2013	(a)
Obrigações de caixa subordinadas BPN	50 000	Junho 2003	Junho 2013	(a)
Obrigações de caixa subordinadas BPN	25 000	Junho 2003	Junho 2013	(a)
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	50 000	Dezembro 2005	Dezembro 2015	(b)
Obrigações de caixa subordinadas SLN	50 000	Outubro 2004	Outubro 2014	(c)

(a) A taxa de juro do 1.º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no 2.º dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do 5.º ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(b) A taxa de juro é de 4,5% até ao cupão de Outubro de 2009, sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,75%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por sorteio entre as obrigações ainda não amortizadas, a partir do 5.º ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(c) A taxa de juro é de 4,5% até ao cupão de Outubro de 2009, sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,75%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por sorteio entre as obrigações ainda não amortizadas, a partir do 5.º ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Os compromissos assumidos perante terceiros encontram-se relevados nas contas extrapatrimoniais, tendo a seguinte discriminação:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avals prestados	389 943	358 240
Cartas de crédito <i>stand-by</i> — papel comercial	4 439	4 439
Créditos documentários abertos	25 074	14 837
	<u>419 456</u>	<u>377 516</u>
Activos dados em garantia	32 245	31 672
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis	176 601	119 219
Compromissos revogáveis	706 108	585 448
	<u>882 709</u>	<u>704 667</u>
Responsabilidades por prestações de serviços:		
Por depósito e guarda de valores	5 803 024	6 160 261
Por cobrança de valores	82 518	74 549
	<u>5 885 542</u>	<u>6 234 810</u>

24 — Movimento de provisões:

Os movimentos ocorridos nas várias rubricas de provisões decompõem-se no quadro seguinte:

(Em milhares de euros)

	Saldo inicial	2005				Saldo final
		Reforços	Reposições	Utilizações	Transferências	
Proveitos para créditos de cobrança duvidosa	19 488	5 218	(9 679)	—	—	15 027
Proveitos para crédito vencido	67 392	43 935	(9 211)	(26 900)	924	76 140
Proveitos para depreciação de títulos de investimento	4 722	1 217	(1 416)	(2 412)	(924)	1 187
Proveitos para risco-país	864	517	(683)	—	—	698
Proveitos para imobilizações financeiras	2 001	418	(246)	(3)	—	2 170

(Em milhares de euros)

	Saldo inicial	2005				Saldo final
		Reforços	Reposições	Utilizações	Transferências	
Proveitos para outras aplicações	1 332	233	(150)	—	—	1 415
Proveitos para riscos gerais de crédito	38 981	6 138	(1 233)	(106)	—	43 780
Proveitos para pensões reforma e sobrevivência	—	11	—	—	17	28
Proveitos para outros riscos e encargos	2 171	2 451	—	(1 034)	—	3 588
	136 952	60 139	(22 617)	(30 454)	17	144 033

Na subsidiária BPN, S. A., foi calculado um montante de 2211 milhares de euros sobre os resultados do exercício, como impostos diferidos, que foram registados na rubrica de provisão para outros riscos e encargos tendo como contrapartida a rubrica de impostos sobre os lucros.

25 — Critérios de distinção entre títulos de negociação e de investimento:

Os critérios utilizados para distinguir os títulos de negociação constantes das rubricas de obrigações e os outros títulos de rendimento fixo e acções e outros títulos de rendimento variável do activo, dos que constituem títulos de investimento estão referidos na nota n.º 3.3, alínea c).

27 — Contas de regularização:

Contas de regularização do activo:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Proveitos a receber:		
De disponibilidades	9	5
De aplicações	26 121	26 341
De imobilizações	179	179
De outros proveitos a receber	1 488	1 790
De operações extrapatrimoniais	190	42
	<u>27 987</u>	<u>28 357</u>
Despesas com custo diferido:		
De recursos alheios	2 287	173
Outras despesas	26 120	11 960
Comissões pagas	3 562	2 251
De operações extrapatrimoniais	972	466
	<u>32 941</u>	<u>14 850</u>
Flutuação de valores:		
Ganhos e perdas actuariais	5 898	4 138
Em imobilizações	3 623	11 972
Outras	400	214
	<u>9 921</u>	<u>16 324</u>
Outras contas de regularização:		
Proveitos e custos em suspenso	3 603	3 527
Operações activas a regularizar	28 641	6 019
	<u>32 244</u>	<u>9 546</u>
	<u>103 093</u>	<u>69 077</u>

Contas de regularização do passivo:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Custos a pagar:		
De recursos alheios	24 631	28 669
De capitais próprios e equiparados	333	259

(Em milhares de euros)

	2005	2004
	De custos administrativos	8 747
De outros custos a pagar	1 988	1 129
De operações extrapatrimoniais	261	52
	<u>35 960</u>	<u>37 878</u>
Receitas com proveito diferido:		
De aplicações	2 531	3 030
De recursos alheios	89	—
De rendas de locação operacional	—	165
Outras receitas	15 388	2 171
De operações extrapatrimoniais	807	622
	<u>18 815</u>	<u>5 988</u>
Flutuação de valores:		
Em aplicações	155	104
Outras contas de regularização:		
Proveitos e custos em suspenso	379	1 176
Valores cobrados a regularizar	386	326
Outras	18 584	15 443
	<u>19 349</u>	<u>16 945</u>
	<u>74 279</u>	<u>60 915</u>

28 — Valorização da carteira de títulos:

a) O montante ainda não imputado a resultados respeitante a:

Títulos emitidos pela SLN — SGPS e pelas suas subsidiárias — 4 milhares de euros;

A diferença nos títulos de investimento que tenham sido adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso ascende ao montante de 79 milhares de euros (prémio), sendo repartido igualmente de forma escalonada até ao vencimento dos mesmos;

A diferença nos títulos de investimento que tenham sido adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso ascende ao montante de 1080 milhares de euros (desconto), sendo repartido igualmente de forma escalonada até ao vencimento dos mesmos;

A movimentação de títulos a vencimento — não existem movimentos.

b) A diferença entre o valor de mercado e o montante por que estão contabilizados os títulos de investimento é positiva em 2038 milhares de euros, não tendo sido constituídas provisões para menos-valias potenciais existentes.

c) Existem títulos de negociação nos activos à data de 31 de Dezembro de 2005 nos quais o valor de mercado é:

Superior ao valor de aquisição no montante de 114 milhares de euros;

Inferior ao valor de aquisição no montante de 61 milhares de euros.

d) Não existem lucros e prejuízos não realizados, e imputados aos resultados do exercício, com origem na avaliação a preços de mercado dos títulos da carteira de negociação constante do balanço à data de 31 de Dezembro de 2005.

29 — Movimento nas contas de capitais próprios:

O movimento ocorrido nas contas de capitais próprios foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 31 de Dez. de 2004	Aumentos	Reduções	Transfe- rências	Saldo em 31 de Dez. de 2005
Capital subscrito	448 500	—	—	22 425	470 925
Prémios de emissão	151 104	—	—	—	151 104
Reservas:					
Reserva legal	2 460	—	—	723	3 183
Outras reservas	(9 807)	—	(35 566)	23 548	(21 825)
	(7 347)	—	(35 566)	24 271	(18 642)
Resultados transitados	(869)	—	—	869	—
Interesses minoritários	2 822	—	—	788	3 610
Resultados do exercício:					
De 2004	48 353	—	—	(48 353)	—
De 2005	—	44 952	—	—	44 952
	642 563	44 952	(35 566)	—	651 949

Capital subscrito:

Em 26 de Julho de 2005 ocorreu um aumento de capital, conforme deliberação da assembleia geral de 13 de Maio de 2005, por incorporação de reservas, no montante de 22 425 milhares de euros, mediante a emissão de 22 425 000 de novas acções ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada. À data de 31 de Dezembro de 2005, o capital social está representado por 470 925 000 acções de 1 euro cada e encontra-se totalmente realizado.

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada nas instituições de crédito com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Outras reservas:

(Em milhares de euros)

	Montante
Reservas em 31 de Dezembro de 2004	(9 807)
Lucro consolidado de 2004	48 353
Dividendos distribuídos de 2004	(20 264)
Distribuição aos colaboradores	(1 643)
Transferência para reservas livres	(12 922)
Aumento de capital	(22 425)
Outros ajustamentos	(3 117)
	(21 825)

Resultado consolidado:

O resultado consolidado da SLN foi determinado da seguinte forma:

(Em milhares de euros)

	Montante
Grupo BPN — SGPS	42 899
SLN — SGPS	40 749
SLN Investimentos — SGPS	798
Grupo Português de Saúde — SGPS	(1 342)
Partinvest — SGPS	2 226
Plêiade — SGPS	703
SLN Car — SGPS	196
SLN Novas Tecnologias — SGPS	803
Partinvest Imobiliária — SGPS	(1 195)
SLN Internacional — SGPS	(6)
Ajustamentos de consolidação	(40 879)
	44 952

31 — Outros activos e passivos:

Outros activos:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Ouro, outros metais preciosos, numis- mática, medalhist.e outras disponib.	307	4
Devedores:		
Por bonificações a receber	(122)	3
IVA a recuperar	1 401	1 278
Por IRC a recuperar	634	1 032
Diversos	83 930	81 080
Aplicações por recup. de créditos	44 260	26 622
Aplicações — conta caução	2	—
Devedores por operações sobre futuros e opções	1 203	1 007
Outras aplicações	13 326	42 950
Outras imobilizações financeiras	326	—
Suprimentos	77 198	65 840
	222 465	219 816

Outros passivos:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Credores:		
Fornecedores	5 020	9 325
Credores por contratos de <i>factoring</i>	3 628	2 928
Credores por operações sobre valores mobiliários	3 208	2 873
Credores diversos	19 416	11 444

Sector público administrativo:

IRC a pagar	4 778	2 739
Outros impostos a entregar ao Estado	7 478	6 077
Outras	1 389	1 430
	44 917	36 816

Na rubrica supra de outros activos — outras aplicações estão incluídos os montantes de 13 114 milhares de euros adquiridos no exercício, e respeitantes à aquisição da componente de juros nos contratos cedidos no âmbito de operações de securitização pelas subsidiárias financeiras do Grupo.

O detalhe do saldo de suprimentos concedidos consta na nota n.º 10.

32 — Fundos administrados em nome próprio por conta de outrem:

A SLN — SGPS, S. A., não tem fundos por conta de outrem administrados em nome próprio. Contudo, as suas subsidiárias administram os fundos a seguir indicados:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Administração em nome próprio mas por conta de outrem	221 321	191 109
Administração por procuração	375 956	294 894
Fundos de investimento	1 947 743	1 580 772
	2 545 020	2 066 775

De referir ainda que a subsidiária BPN Crédito IFIC, S. A., de acordo com os *receivables servicing agreement* celebrado no momento da concretização de titularização de créditos, recebe valores de rendas (capital e juros) dos contratos titularizados por conta das entidades adquirentes daquelas, valores que entrega até dia 10 do mês seguinte a que dizem respeito.

A 31 de Dezembro de 2005 encontram-se registados na rubrica de outros passivos 2889 milhares de euros (3831 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2004) entregues em Janeiro de 2006.

33 — Operações a prazo:

Com referência a 31 de Dezembro de 2005, existiam os seguintes montantes respeitantes a operações a prazo, realizadas pelo Grupo SLN e ainda não vencidas:

	(Em milhares de euros)			
	Valor de contrato	Valor de mercado	Valor de balanço	Risco de crédito
Operações cambiais:				
<i>Forward:</i>				
Compra	96 734	81 650	81 650	81 650
Venda	98 998	83 687	83 687	81 650
<i>Non delivery forward:</i>				
Compra	60 012	59 961	59 961	59 961
Venda	69	72	72	59 961
<i>Currency swap:</i>				
Compra	88 055	88 436	88 436	88 436
Venda	92 105	93 935	93 935	88 436
<i>Interest rate swaps:</i>				
Cobertura	141 969	262	(70)	282
Negociação	1 049 760	1 942	1 942	5 395
<i>Equity swaps:</i>				
Cobertura	107 962	1 070	48	3 504
Compra	84 650	(1 070)	190	4 695
Venda	84 650	1 070	(190)	4 695
<i>Currency interest rate swaps:</i>				
Negociação:				
Compra	14	14	14	—
Futuros de taxa de juro:				
Negociação:				
Compra	220 550	220 426	220 426	16
Venda	112 078	112 265	112 265	16
<i>Credit default swaps:</i>				
Cobertura:				
Compra	1 500	(131)	131	131
Negociação:				
Compra	22 000	(76)	(76)	(76)

A decomposição do valor nocional, em 31 de Dezembro de 2005, dos contratos por maturidade é como segue:

	(Em milhares de euros)					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Operações cambiais:						
<i>Forward:</i>						
Compra	65 340	31 394	—	—	—	96 734
Venda	78 824	20 174	—	—	—	98 998

(Em milhares de euros)

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<i>Non delivery forward:</i>						
Compra	60 012	—	—	—	—	60 012
Venda	69	—	—	—	—	69
<i>Currency swap:</i>						
Compra	88 055	—	—	—	—	88 055
Venda	77 920	14 185	—	—	—	92 105
<i>Interest rate swaps:</i>						
Cobertura	—	—	—	141 969	—	141 969
Negociação	314 621	—	—	227 825	507 314	1 049 760
<i>Equity swaps:</i>						
Cobertura	—	—	13 130	94 832	—	107 962
Compra	—	—	5 000	79 650	—	84 650
Venda	—	—	5 000	79 650	—	84 650
<i>Currency interest rate swaps:</i>						
Negociação:						
Compra	10	4	—	—	—	14
<i>Futuros de taxa de juro:</i>						
Negociação:						
Compra	147 661	—	72 889	—	—	220 550
Venda	39 219	—	72 859	—	—	112 078
<i>Credit default swaps:</i>						
Cobertura:						
Compra	—	—	1 500	—	—	1 500
Negociação:						
Compra	—	—	2 000	—	20 000	22 000

A 31 de Dezembro de 2005, encontram-se registados em *interest rate swaps* de negociação, 350 761 milhares de euros, respeitantes às titularizações efectuadas (v. nota n.º 48).

O montante registado em *forward rate agreements* e o montante de 250 000 milhares de euros constante na rubrica de *interest rate swap* de negociação, respeitam a operações de cobertura de taxa de juro de balanço (macrocobertura).

34 — Efectivo médio anual dos colaboradores:

O efectivo médio anual dos colaboradores ao serviço do Grupo SLN/BPN — SGPS resume-se como segue:

	2005	2004
Colaboradores do BPN	1 395	1 304
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	646	654
Total de colaboradores em empresas financeiras do Grupo	2 041	1 958
Colaboradores das subsidiárias não financeiras do Grupo	456	443
	2 497	2 401

A distribuição, por grandes categorias profissionais, do número médio de colaboradores resume-se como segue:

Grupo SLN/BPN — SGPS		
	2005	2004
Funções de administração	37	24
Funções de quadros superiores	177	187
Outras funções	2 283	2 190
	2 497	2 401

Os custos com o pessoal ascendem aos montantes constantes do quadro anexo:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Remun. dos órgãos de gestão e fiscaliz.	4 054	4 246
Remunerações de empregados	48 404	46 683
Encargos sociais:		
Obrigatórios	15 071	13 430
Facultativos	166	186
Outros custos com o pessoal	4 512	1 896
	<u>72 207</u>	<u>66 441</u>

35 — Remunerações dos órgãos sociais:

As remunerações pagas pela SLN — SGPS, S. A., e suas subsidiárias financeiras aos membros das diversas administrações, durante o exercício de 2005, ascenderam a 4054 milhares de euros.

Aos fiscais únicos e revisores oficiais de contas da SLN — SGPS, S. A., e subsidiárias financeiras foram pagos no exercício de 2005, a título de honorários o montante de 364 milhares de euros.

Não foram assumidos ou contratados quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros daqueles órgãos.

37 — Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

O contravalor em euros em 31 de Dezembro de 2005 das rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, do Grupo SLN, expressas em moeda estrangeira, bem como o seu peso relativo face ao activo líquido e ao passivo total, é como segue:

(Em milhares de euros)

	2005							Total
	Dólares americanos	Ienes	Libras esterlinas	Franco suíços	Reais brasileiros	Coroas norueguesas	Outras moedas	
Activo	166 647	1 396	11 263	1 011	46 792	126	6 691	233 926
Passivo	318 355	1 427	15 523	2 836	15 928	592	7 639	362 300
Activo/(passivo) líquidos	— 151 708	— 31	— 4 260	— 1 825	30 864	— 466	— 948	— 128 374
Operações cambiais a prazo	139 016	114	4 524	2 122	—	437	2 796	149 009
Posição cambial global	(12 692)	83	264	297	30 864	(29)	1 848	20 635
Representado por:								
Posição estrutural	444	—	—	—	1 346	—	507	2 297
Posição operacional	(13 136)	83	264	297	29 518	(29)	1 341	18 338

38 — Distribuição dos proveitos por linhas de negócio e por mercados geográficos:

O detalhe dos proveitos gerados no exercício de 2004 por linhas de negócio e por mercados geográficos constam dos mapas seguintes:

Modelo de segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem (retalho)	Banca de retalho	Banca comercial	Pagam. e liquid.	Cus-tódia	Gestão de activos	Outros	Total
Juros e proveitos equiparados	3 903	21 380	1	68 471	160 438	—	—	146	15 025	269 364
Juros e custos equiparados	4 644	8 327	—	37 852	63 855	—	—	216	11 966	126 860
Comissões (proveito)	2 372	6	4 526	11 224	27 390	847	203	16 239	5 935	68 742
Comissões (custo)	547	817	1 163	2 472	3 041	—	—	23	3 615	11 678
Rendimento de títulos	79	428	—	—	—	—	—	41	—	548
Lucros em oper. financ.	—	30 863	378	1 359	5 738	—	—	—	—	38 338
Prej. em oper. financeiras	—	28 918	175	160	6 097	—	—	—	—	35 350
Repos. e anul. respeit. a correc. de valor relat. a créditos e provis. para passivos eventuais e para compromissos	200	306	—	13 225	8 795	—	—	57	2 056	24 639
Provisões para créd. de cobr. duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	—	66	4	22 908	34 132	—	—	289	114	57 513
Outros prov. de exploração	3 560	263	73	7 318	11 481	—	—	72	1 886	24 653
Result. líquido do exercício	4 923	15 118	3 636	38 205	106 717	847	203	16 027	9 207	194 883
Créditos sobre clientes	10 263	—	148	971 146	3 365 615	—	—	—	1 018	4 348 190
Débitos para com clientes	841	9 204	618	1 637 340	2 278 620	—	—	512	90 528	4 017 663
Activo líquido total	47 877	476 816	13 210	954 772	2 280 287	—	—	2 880	1 831 393	5 607 235

Modelo de segmentação por mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	Resto do Mundo	Total
Juros e proveitos equiparados	233 557	14 284	5 673	12 470	269 364
Juros e custos equiparados	105 021	872	597	17 865	126 860
Comissões (proveito)	62 310	1 779	869	3 771	68 742
Comissões (custo)	8 932	78	195	2 473	11 678
Rendimento de títulos	548	—	—	—	548

(Em milhares de euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	Resto do Mundo	Total
Lucros em operações financeiras	13 803	1 849	5 289	17 379	38 338
Prejuízos em operações financeiras	10 784	—	6 062	18 502	35 350
Reposições e anul. respeitantes a correc. de valor relat. a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	24 179	258	—	202	24 639
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	54 045	738	1 759	463	57 513
Outros proveitos de exploração	23 122	17	1	1 513	24 653
Resultado líquido do exercício	178 737	16 499	3 219	(3 968)	166 300
Créditos sobre clientes	4 067 301	34 198	42 352	153 553	4 348 190
Débitos para com clientes	3 480 937	60 556	1 730	295 787	4 017 663
Activo líquido total	5 318 618	83 509	66 488	73 730	5 607 235

39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

Outros proveitos e custos de exploração:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Outros proveitos de exploração:		
Rendas de locação operacional	3 403	4 511
Prestação de serviços diversos	6 250	19 866
Reembolso de despesas	7 065	5 405
Lucros na alien. de bens adquiridos por cobrança de créditos	—	420
Mais-valias em bens de locação	902	5 017
Outros	7 033	—
	<u>24 653</u>	<u>35 219</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	297	313
Outros	3 905	3 581
	<u>4 202</u>	<u>3 894</u>

Ganhos e perdas extraordinários:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados	5 210	3 597
Indemnizações por incumprimento contratual	361	469
Recuperação de créditos incobráveis	60	1
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	957	1 193
Outros	1 801	2 033
	<u>8 389</u>	<u>7 293</u>
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias realiz. na venda de imóveis	30	530
Outras perdas em valores imobiliz.	—	—
Multas e outras penalidades legais	93	178
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	33	27
Indemnizações por incumprimento contratual	103	4
Perdas relat. a exercícios anteriores	5 083	5 185
Outras perdas extraordinárias	1 707	982
	<u>7 049</u>	<u>6 906</u>

40 — Encargos no exercício relativos a passivos subordinados:

Os encargos no exercício relativos a passivos subordinados da SLN — SGPS, S. A., e das suas subsidiárias foram os seguintes:

(Em milhares de euros)

	2005
Encargos imputados com passivos subordinados	6 533
Encargos pagos com passivos subordinados	6 497

41 — Imposto sobre o rendimento:

A SLN — SGPS, S. A., e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos, individualmente, a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

As declarações de autoliquidação, da SLN — SGPS, S. A., e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2001 e posteriores ficam sujeitas a inspecção durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. Contudo, é convicção dos conselhos de administração da SLN — SGPS, S. A. e das suas subsidiárias que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A carga fiscal e os impostos pagos resumem-se no quadro seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003
Provisão para impostos sobre lucros	12 428	9 270	6 532
Pagamentos por conta de IRC efectuados no exercício	6 375	5 721	4 432
Impostos diferidos	2 211	(1 265)	(609)
Entrega adicional/(reembolso) a efectuar no exercício seguinte	3 842	4 814	2 709

De acordo com o artigo 68.º-B do Código do IRC, os resultados das operações sobre instrumentos financeiros derivados (resultados com os contratos a prazo sobre divisas) são imputáveis ao exercício da liquidação das correspondentes operações, estando o imposto diferido no montante de 3074 milhares de euros sobre estes resultados, registado na rubrica de provisões para riscos e encargos.

A 31 de Dezembro de 2005, tal como no exercício anterior, a BPN Crédito não tem registado no seu activo qualquer montante correspondente a impostos diferidos activos. No entanto, o seu valor calculado relativamente à data supra referida ascende a 4166 milhares de euros, resultando de diferenças temporais entre os resultados contabilísticos e fiscais, sendo convicção da administração da sociedade que os mesmos são integralmente realizáveis. Em 31 de Dezembro de 2004, este valor ascendia a 7000 milhares de euros.

42 — Incidência do imposto sobre o rendimento:

A estimativa do imposto sobre os lucros do exercício, numa base consolidada, ascende a 12 428 milhares de euros, incidindo, essencialmente, sobre os resultados correntes e extraordinários.

44 — Empresas filiais noutros Estados-Membros da União Europeia:

A SLN — SGPS, S. A. não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-membros da União Europeia, tendo o BPN, S. A., duas sucursais em França.

45 — Montante das operações de locação financeira e locação operacional:

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante das operações de locação financeira, como locador, ascende a 285 589 milhares de euros (2004: 242 639 milhares de euros), o qual se encontra registado na rubrica de créditos sobre clientes.

O saldo referente a 31 de Dezembro de 2005 é repartido pelo BPN Crédito, IFIC (271 543 milhares de euros) e pelo Banco Efisa (14 046 milhares de euros).

Em relação às operações de locação operacional, as rendas futuras relativas a contratos deste tipo de locação ascendem a 9354 milhares de euros.

Este saldo é na sua totalidade do BPN Crédito, IFIC.

47 — Resultados provenientes de transacções com subsidiárias:

Os resultados individuais da SLN — SGPS, S. A., incluem 393 milhares de euros de custos e 46 232 milhares de euros de proveitos provenientes de transacções realizadas com empresas subsidiárias.

Os custos suportados pela sociedade dizem respeito essencialmente a trabalhos especializados decorrentes da sua actividade corrente.

Em relação aos proveitos estes referem-se essencialmente a rendimentos de participações e a juros e proveitos equiparados provenientes de suprimentos concedidos e de depósitos constituídos.

48 — Operações de titularização:

No exercício de 2004, a BPN Crédito — IFIC, S. A., concretizou uma operação de titularização de créditos no valor total de 185 622 milhares de euros, à entidade Chaves Funding N.º 4 Plc. No presente exercício, a sociedade, e dado que à operação aqui descrita, está associado um período de *revolving* de três anos, cedeu créditos adicionais no montante de 77 152 milhares de euros.

A sociedade Chaves Funding N.º 4 Plc, foi responsável pela emissão dos títulos (*notes*) para o mercado, com as seguintes características:

(Em milhares de euros)

Denominação	Valor	Vencimento	Rating		Taxa de juro (percentagem)
			S&P	Moody's	
Class A Secured Floating Rate Notes	150 300	Maio de 2015	AAA	Aaa	Euribor 3M + 0,18
Class B Secured Floating Rate Notes	11 100	Maio de 2015	AA	Aa2	Euribor 3M + 0,35
Class C Secured Floating Rate Notes	9 300	Maio de 2015	A	A2	Euribor 3M + 0,50
Class D Secured Floating Rate Notes	14 900	Maio de 2015	BBB	Baa2	Euribor 3M + 0,95
	185 600				

A entidade Chaves Funding n.º 4 Plc emitiu adicionalmente *residual certificates* no valor total de 15.000 milhares de euros, que foram adquiridos pela sociedade na data de emissão.

Os contratos cedidos desta forma deixaram de ser reconhecidos nas contas da sociedade dada a transferência da sua posse a título definitivo à entidade Chaves Funding No. 4 Plc, acima mencionada.

Entretanto, Novembro de 2005, a sociedade alienou os títulos em causa, numa operação que qualifica como «cessão efectiva e completa».

O valor de venda destes títulos foi de 27 750 milhares de euros, correspondendo a uma mais-valia de 15 289 milhares de euros, a qual está a ser diferida pelo prazo remanescente de *revolving* da Operação de Titularização Chaves 4 (prazo inicial de três anos, faltando decorrer 18 meses à data de alienação destes títulos).

Também durante o exercício de 2005, foi exercida a *call option* da operação de titularização de créditos «Chaves II», que terminou assim antecipadamente em 2005.

Deste modo, estão a decorrer neste momento duas operações de titularização de créditos, «Chaves III» e «Chaves IV» sendo que, o saldo total sob gestão das referidas operações era a 31 de Dezembro de 2005 de 196 513 milhares de euros.

Os contratos cedidos desta forma deixaram de ser reconhecidos no activo da sociedade, dada a sua transferência a título definitivo para as sociedades adquirentes.

Os contratos cedidos no âmbito da operação «Chaves 3» continuam a ser provisionados de acordo com o estipulado pelo Banco de Portugal, não sendo necessária a constituição e ou reforço de qualquer provisão para fazer face ao risco desta operação.

Os contratos cedidos no âmbito da operação «Chaves 4» deixaram de ser provisionados da mesma forma, desde a data de cedência dos *residual certificates*, dado esta cedência implicar a transferência do risco da operação para entidade externa ao Grupo SLN.

As entidades envolvidas na operação e respectivas funções foram as seguintes:

Entidade cedente/*originator*:

BPN Crédito IFIC, S. A.

Entidade compradora e emitente dos títulos/*Issuer*:

Chaves Funding n.º 4 Plc.

Gestores/*managers*:

HSBC Bank plc.
Banco Efisa, S. A.

Principal agente pagador:

HSBC Bank plc.

Agente pagador:

Dexia Banque Internationale à Luxembourg, S. A.

Agente depositário/*trustee*:

HSBC Trustee (C. I.), Ltd.

Conselheiros legais:

Matheson Ormsby Prentice.

Norton Rose.

Rebello de Sousa & Associados.

Vieira de Almeida & Associados.

Audidores da entidade emitente/*issuer*:

BDO Simpson Xavier.

Listing agent:

Dexia Banque Internationale à Luxembourg, S. A.

Também durante o exercício de 2005, foi exercida a *call option* da operação de titularização de créditos «Chaves II», que terminou assim antecipadamente em 2005.

Deste modo, estão a decorrer neste momento duas operações de titularização de créditos, «Chaves III» e «Chaves IV» sendo que, o saldo total sob gestão das referidas operações era a 31 de Dezembro de 2005 de 196 513 milhares de euros.

Os contratos cedidos no âmbito da operação «Chaves 3» continuam a ser provisionados de acordo com o estipulado pelo Banco de Portugal, não sendo necessária a constituição e ou reforço de qualquer provisão para fazer face ao risco desta operação.

Os contratos cedidos no âmbito da operação «Chaves 4» deixaram de ser provisionados da mesma forma, desde a data de cedência dos *residual certificates*, dado esta cedência implicar a transferência do risco da operação para entidade externa ao Grupo BPN.

49 — Pensões de reforma e de sobrevivência:

a) Descrição do plano de pensões:

O plano de pensões reflecte as responsabilidades decorrentes do cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho da Actividade Ban-

cária para com os empregados do BPN e das suas subsidiárias financeiras BPN Crédito IFIC, BPN Imofundos e BPN Gestão de Activos.

Estas responsabilidades estão cobertas por um Fundo de Pensões, e de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

Em 31 de Dezembro de 2005, a população abrangida é constituída por:

Número de empregados — 1739.
Número de reformados e pensionistas — 6.

b) Sociedade Gestora do Fundo de Pensões:

O fundo é gerido pela companhia Real Vida Seguros, S. A.

c) Valor actual das responsabilidades:

1 — Reformados e pensionistas:

(Em milhares de euros)	
	2005
Pensão de viuvez e órfãos	612
Reforma antecipada	442
	1 054

2 — Activos:

2.1 — Responsabilidades com reformas (invalidez e velhice):

(Em milhares de euros)	
Consolidado	2005
Responsabilidades com serviços passados	54 073
Responsabilidades com serviços futuros	154 434
	208 507

2.2 — Responsabilidades com sobrevivência imediata:

(Em milhares de euros)	
Consolidado	2005
Responsabilidades com serviços passados	4 253
Responsabilidades com serviços futuros	6 890
	11 143

2.3 — Responsabilidades com encargos de doença:

(Em milhares de euros)	
Consolidado	2005
Responsabilidades com serviços passados	3 670
Responsabilidades com serviços futuros	10 240
	13 910

2.4 — Responsabilidades com prémios de antiguidade:

(Em milhares de euros)	
Consolidado	2005
Responsabilidades com serviços passados	3 192
Responsabilidades com serviços futuros	5 057
	8 249

d) Valor do Fundo de Pensões:

O valor do Fundo de Pensões à data de 31 de Dezembro de 2005 ascende a 57 322 milhares de euros.

e) Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo:

O montante das responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo, com origem nos empregados admitidos na Banca antes de 1 de Janeiro de 1995, ascende a 2942 milhares de euros.

f) Activos do fundo utilizados por sociedades em relação de grupo:

Não existe qualquer activo do fundo utilizado pelas sociedades em relação de grupo.

g) Reconhecimento de custos:

(Em milhares de euros)	
Revelação contabilística dos custos anuais	2005
1 — Custos com o pessoal:	
1.1 — Custo do serviço corrente	4 984
1.2 — Custos dos juros	2 392
1.3 — Rendim. esperado dos activos do fundo de pensões	(2 226)
2 — Resultados extraordinários — perdas relat. a exercícios anteriores:	
2.1 — Custo anual das responsabil. por serv. passados de pessoal no activo em 31 de Dez. de 1994, com idade presum. de reforma depois de 31 de Dez. de 1997	320
2.2 — Amortiz. anual de despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas	—
3 — Resultados extraordinários — outras perdas:	
3.1 — Amortiz. anual de despesas com custo diferido relativas a perdas actuariais result. de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	558
3.2 — Amortiz. anual de despesas com custo diferido relativas a perdas actuariais resultantes de alterações dos pressupostos ou das condições dos planos	378
4 — Resultados extraordinários — outros ganhos:	
4.1 — Amortiz. anual de despesas com custo diferido relativas a ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos ou das condições dos planos	(218)
5 — Reconhecimento como custos do exercício	6 188

h) Contribuições entregues ao Fundo no exercício:

No exercício de 2005 foram efectuadas entregas para o Fundo de Pensões no montante de 19 175 milhares de euros (Banco: 17 500 milhares de euros)

i) Montante das pensões pagas pelo Fundo durante o exercício:

Durante este exercício o Fundo de Pensões efectuou o pagamento de 58 milhares de euros.

j) Principais pressupostos actuariais e financeiros (em percentagem):

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80
Taxa de rendimento para os pensionistas	5
Taxa de rendimento para os activos	5,25
Taxa de crescimento salarial	2,5
Taxa de crescimento para as pensões	1,5

k) Movimentos verificados no exercício de 2005:

A taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões foi de 4%;
A taxa de crescimento dos salários foi aproximadamente de 7%, resultante, entre outros efeitos, do crescimento da tabela salarial do ACTV e das promoções obrigatórias;

As pensões em pagamento cresceram de acordo com o crescimento das tabelas salariais do ACTV;

Não se registou qualquer situação de reforma;

Não se registou qualquer situação de invalidez;

Não se registou qualquer óbito;

Tratando-se de um Grupo bancário em forte expansão não foi considerado qualquer *turnover* em termos estatísticos;

Foram considerados dois tipos de decrementos: invalidez e morte.

l) Método de valorização actuarial utilizado:

Nas avaliações das responsabilidades com pensionistas é utilizado o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, em curso de pagamento.

Nas avaliações das responsabilidades com os colaboradores no activo é utilizado o método do *unit credit projectado* [nota n.º 3, alínea i)].

m) Contratos de seguro:

Não existe qualquer contrato de seguro tendo em vista a cobertura das responsabilidades mencionadas no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal.

50 — Participações financeiras:

Na nota n.º 6 deste anexo são já referenciadas algumas informações sobre as participações directas e indirectas detidas pelas instituições de crédito e sociedades financeiras do Grupo SLN. No quadro abaixo estão descritas outras informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre estas participações financeiras, nomeadamente sobre aquelas para as quais foram apuradas menos:

(Em milhares de euros)

Participadas	Valor de aquisição	Valor de mercado	Mais/ menos-valias latentes	Provisão	Fundos próprios
AMB — SGPS, S. A.	166	94	(72)	17	26
CGM, L.ª	7	—	(7)	2	3
Calzeus, S. A.	1 397	305	(1 091)	318	476
Coimbravita — Agência D. Regional, S. A.	75	73	(2)	—	—
Disperfum SL	522	248	(274)	78	118
Efisacar (Plane)	880	338	(542)	148	222
Ergorent, S. A.	5	—	(5)	2	2
Fund Box — Soc. Gestora de Fundos de Invest. Imobiliário	301	24	(277)	93	139
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	554	107	(447)	58	88

O critério utilizado para a determinação do valor de mercado das participações não cotadas foi o que está definido no aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal.

A subsidiária SLN Internacional, SGPS, S. A. tem uma provisão, já constituída em exercícios anteriores, para a sua participação na sociedade Alborada, S. A., pelo montante de 1454 milhares de euros.

51 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

O saldo desta rubrica é composto como se segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Caixa	72 584	72 381
Depósitos à ordem em bancos centrais	227 714	215 829
	<u>300 298</u>	<u>288 210</u>

A rubrica de depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

O BPN e o Banco Efisa estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável sobre esta matéria o disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu.

De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em bancos centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

52 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

O saldo desta rubrica de é composto pelos seguintes valores:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Dispon. sobre instit. de crédito no País:		
Depósitos à ordem	5 294	3 074
Cheques a cobrar	95 920	79 440
Outras disponibilidades	—	—
	<u>101 214</u>	<u>82 514</u>

(Em milhares de euros)

	2005	2004
	Dispon. sobre instit. de crédito no estrang.:	
Depósitos à ordem	42 595	21 088
Cheques a cobrar	8 583	5 173
Outras disponibilidades	88	521
	<u>51 266</u>	<u>26 782</u>
	<u>152 480</u>	<u>109 296</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País foram enviados para cobrança no primeiro dia útil subsequente à data em referência.

53 — Margem financeira:

A demonstração da margem financeira apurada é a constante do quadro seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
	Juros e proveitos equiparados:	
Juros de disponibilidades	2 146	2 009
Juros de aplicações:		
Instituições de crédito	15 821	10 029
Crédito	221 587	203 428
Títulos	16 856	12 580
Devedores e outras aplicações	3 554	3 498
Crédito vencido	3 538	3 812
Outros juros e prov. equiparados	5 862	6 601
	<u>269 364</u>	<u>241 957</u>
Rendimentos de títulos	548	7 282
Juros e custos equiparados:		
Juros de recursos alheios:		
Instituições de crédito	20 613	13 755
Depósito	92 726	88 806
Respons. represent. por títulos	4 153	4 316
De credores	10	71

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Juros de cap. próprios e equiparados	4 291	4 267
Outros juros e custos equiparados	5 067	2 645
	<u>126 860</u>	<u>113 860</u>
	<u>143 052</u>	<u>135 379</u>

54 — Comissões:

A rubrica de comissões tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Comissões recebidas:		
Por garantias prestadas	7 008	5 146
Por compromissos perante terceiros	160	355
Por oper. camb., de taxas de juro e sobr.	—	17
Por serviços prestados	37 238	34 273
Por operações de <i>factoring</i>	1 830	1 787
Por operações realiz. por terceiros	8 450	8 274
Outras	14 056	10 593
	<u>68 742</u>	<u>60 445</u>
Comissões pagas:		
Por oper. camb., de taxas de juro e sobr.	—	—
Por serviços bancários de terceiras	1 225	1 272
Por operações realiz. por terceiros	4 742	5 095
Outras comissões	5 711	3 964
	<u>11 678</u>	<u>10 331</u>
	<u>57 064</u>	<u>50 114</u>

55 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Lucros em operações financeiras:		
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	20 001	67 835
Lucros em oper. sobre disponib.	1	1
Lucros e difer. de reaval. de aplicações	2 946	5 295
Lucros em operações extrapatrimoniais	13 692	6 191
Outros lucros e proveitos	1 698	5 587
	<u>38 338</u>	<u>84 909</u>
Prejuízos em operações financeiras:		
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	18 612	63 978
Prejuízos e diferenças de reavaliação de aplicações	2 346	2 175
Custos em operações extrapatrimoniais	14 174	6 500
Outros custos e proveitos	218	443
	<u>35 350</u>	<u>73 096</u>
	<u>2 988</u>	<u>11 813</u>

Proposta de aplicação de resultados

SLN — Contas individuais:

Nos termos da alínea *f*) do n.º 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado positivo do exer-

cício, no montante de 40 749 372,76 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal — 2 037 468,64 euros.

Para resultados transitados — 38 711 904,12 euros.

O resultado consolidado foi de 44 952 milhares de euros.

Lisboa, 20 de Abril de 2006. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 5 607 235 milhares de euros e um total de capital próprio de 651 949 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 44 952 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

8 — É também nosso parecer que o relatório de gestão é concorde com as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 22 de Abril de 2006. — J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório e parecer do fiscal único sobre as contas consolidadas

Srs. Accionistas:

No cumprimento do disposto nos estatutos da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., e na legislação vigente, vem o fiscal único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida na sociedade e emitir o seu parecer sobre o relatório de gestão, balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados e o correspondente anexo, referentes ao exercício de 2005, que lhe foram apresentados para apreciação pelo conselho de administração.

1 — Actuação do fiscal único:

No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os gestores da sociedade, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciámos as actas do conselho de administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e ou as exclusões foram definidas pela SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciámos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

2 — Relatório consolidado de gestão:

O relatório de gestão, da responsabilidade do conselho de administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2005, bem como as perspectivas para 2006, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo BPN e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

3 — Documentos de prestação de contas:

O balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e o correspondente anexo, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BPN, em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado consolidado das suas operações do exercício findo nesta data. A actividade do Banco em 2005 ficou marcada pela concessão de um crédito sindicado de 130 milhões de euros e pela constituição do BPN IFI — Instituição Financeira Internacional, em Cabo Verde, em Junho de 2005. Em Setembro de 2005 o Grupo lançou o *NetPay*, expandindo a sua actividade à aceitação de cartões de crédito e débito, Visa e Mastercard.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados no anexo, merecem a nossa concordância e foram consistentes com os aplicados no ano anterior.

4 — Geral:

Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelo seu conselho de administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

5 — Parecer:

Face ao exposto, o fiscal único é de parecer que a assembleia geral aprove o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração

consolidada de resultados e o correspondente anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, apresentados pelo conselho de administração da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.

Lisboa, 22 de Abril de 2006. — O Fiscal Único: J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A. (adiante também designada por SLN), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um activo líquido de 5 607 235 milhares de euros e um total de capital próprio de 651 949 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 44 952 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados e o anexo referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — *Âmbito.* — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 10% do activo líquido consolidado e cerca de 5% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, em cujas certificações legais de contas baseámos a nossa opinião. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sistema bancário, regulados pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 22 de Abril de 2006. — O Auditor, (*Assinatura ilegível.*)
3000210453